



Relatório e Contas

2023

VICTORIA - Seguros, S.A.

Índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	37
Demonstração de resultados	39
Demonstração do Rendimento Integral	40
Demonstração de Fluxos de Caixa	41
Demonstração das alterações nos capitais próprios	42
Notas às Demonstrações Financeiras	43
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	145
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	151

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

José António de Melo Pinto Ribeiro
Presidente

Marcos Manuel Guimarães de Sousa Guedes
Secretário

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Célia Custódio
Vogal

Eduardo Rêgo
Vogal

Patricia Caldinha
Suplente

Conselho de Administração

Presidente
Jacques Chanut

Vogais
Francisco Campilho
Carlos Suárez
Hervé Leblanc
Pierre Esparbes
Philippe Desurmont

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A. (SROC nº 43)
(representada por Paulo Alexandre Rosa
Pereira Antunes (ROC nº 1610))
Efetivo

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Francisco Campilho
Presidente

Carlos Suárez
Vogal

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

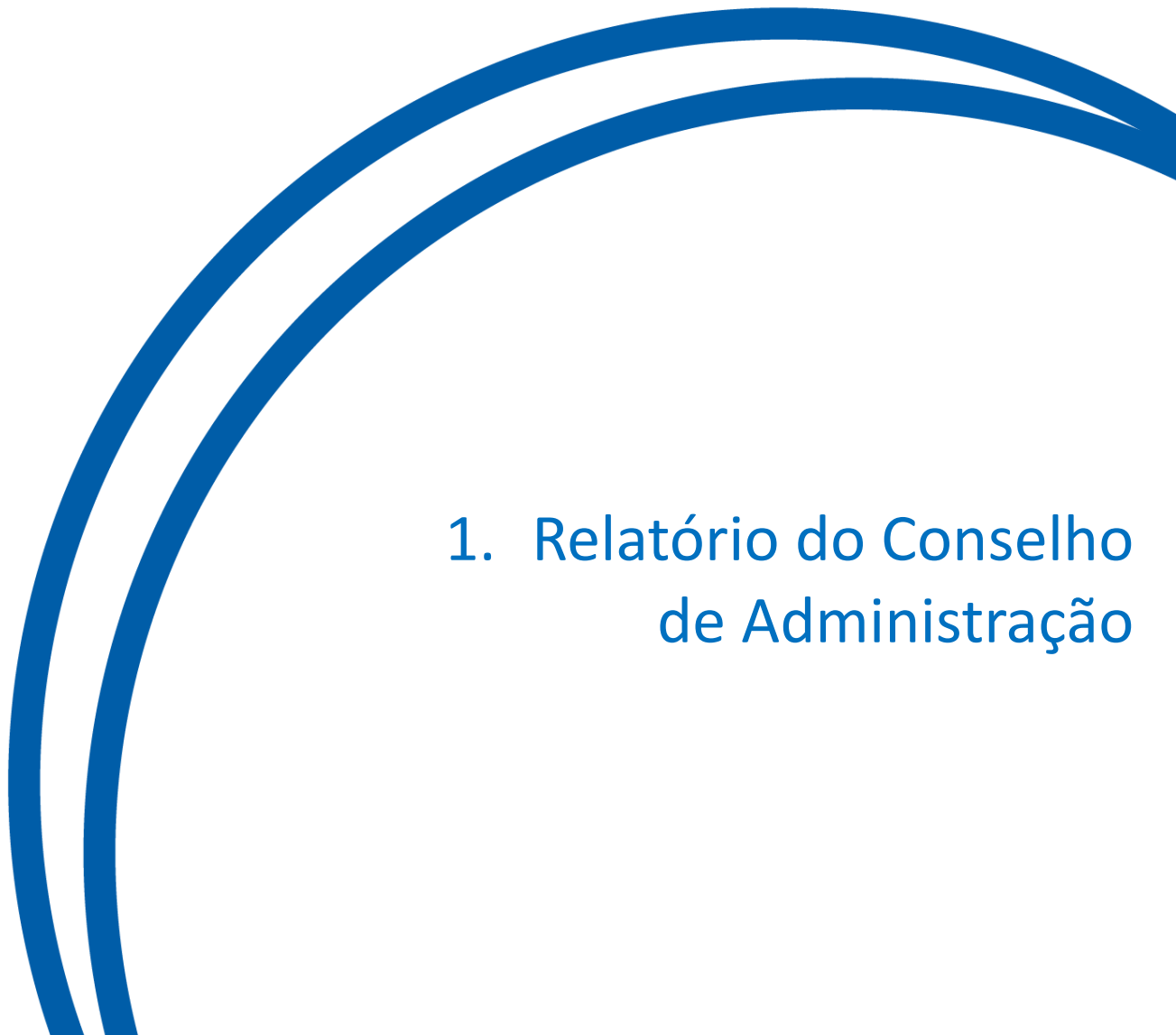
Carla Martins
Dep. Novos Canais

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the content.

1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as

Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2023.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O ano de 2023 continuou a ser marcado por um aumento dos riscos geopolíticos, em particular pelo impasse da guerra na Ucrânia e uma nova guerra no Médio Oriente, mas também pela deterioração da situação política em muitos países. Apesar destes crescentes riscos geopolíticos e do aumento dos riscos financeiros com o forte aperto monetário nos países ocidentais, o crescimento global acabou por registar apenas um ligeiro abrandamento em 2023, embora com alguma disparidade regional. As economias beneficiaram, por um lado, da atenuação do choque energético o que contribuiu para uma descida das taxas de inflação, e, por outro lado, de políticas orçamentais relativamente expansionistas. Embora os bancos centrais tenham continuado uma política monetária restritiva em 2023, começaram, no entanto, a sugerir no Outono que o fim do ciclo de subida das taxas estaria próximo, o que favoreceu um rali nos mercados financeiros no final do ano.

O crescimento mundial abrandou ligeiramente em 2023 (para 3,1% em média anual, após 3,5% em 2022) embora, tal

como referido tenham existido diferenças regionais.

A aceleração da economia dos EUA foi provavelmente uma das maiores surpresas económicas do ano, com um crescimento do PIB de 2,5% ao ano (2022: 1,9%), graças, em parte, a uma política orçamental expansionista. O consumo privado foi impulsionado pelo dinamismo do mercado de trabalho e utilização pelas famílias de parte das poupanças acumuladas durante a pandemia. As empresas americanas continuaram a beneficiar de preços de energia mais baixos e de subsídios governamentais para apoiar a reindustrialização "verde".

O dinamismo económico americano contrastou com a alguma estagnação na economia europeia. Apesar, do impacto positivo da atenuação da crise energética, graças à queda do preço do gás e ausência de perturbações nos stocks, sofreu, no entanto, uma perda de competitividade devido ao efeito negativo da subida das taxas de juro, principalmente nos setores da construção e imobiliário. No geral, o PIB deverá ter crescido 0,5% em 2023 (2022: 3,4%). Este número esconde dinâmicas

muito diferentes: a economia alemã, muito industrial, contraiu-se cerca de 0,3% (2022: 1,8%), enquanto as economias mais orientadas para os serviços viram o seu PIB crescer, em particular a França (cerca de 0,8% face a 2,5% no ano anterior) e Portugal por exemplo. Portugal superou de facto o crescimento médio da Zona Euro, apresentando um aumento de 2,1% no PIB (2022: 6,8%). Este crescimento assentou na resiliência da procura interna e na manutenção de algum dinamismo do setor exportador. A taxa de desemprego recuou de 6,7% para 6,4% e o saldo das contas públicas deverá apresentar um superavit de 1,1% do PIB face a um défice de 0,3% em 2022.

Por seu lado, a China beneficiou da reabertura da sua economia no início de 2023, permitindo que o crescimento recuperasse para uma média anual de 5,2% (após 3% em 2022). No entanto, o crescimento permaneceu enfraquecido pelo efeito deflacionista da bolha imobiliária, e que levou as autoridades a flexibilizar a política orçamental e monetária. Destaca-se também o efeito positivo do desenvolvimento da produção ou, em particular de automóveis elétricos, que reforçou o setor exportador.

O preço das matérias-primas (alimentares, industriais e energéticas) registou uma descida quase universal em 2023. Após a crise energética de 22, os preços do petróleo, mas especialmente os do gás

caíram significativamente durante o ano, graças à combinação de vários fatores: procura limitada por um menor crescimento económico, um inverno ameno na Europa e melhoria da oferta). O preço do petróleo (Brent) perdeu 5% em 2023, voltando a cair abaixo dos 80 dólares por barril. Esta descida dos preços das matérias-primas contribuiu significativamente para a descida acentuada da inflação em 2023. Na área do euro, desceu de uma média homóloga de 8,4% em 2022 para 5,5% em 2023. Nos Estados Unidos, a tendência é a mesma, com a inflação a descer de 8% para 4,1% em 2023. Portugal também apresentou um perfil inflacionista semelhante, tendo este indicador atingindo 5,3% em média em 2023 (após 8,1% em 2022).

A pandemia de Covid-19 em 2020 e 21 e a crise energética de 2022, levaram os governos a medidas excecionais de apoio à economia, com natural impacto negativo nas contas públicas. Para 2023 era de esperar algum regresso a um maior controlo orçamental, o que efetivamente não aconteceu. Em diferentes graus, os governos mantiveram os défices públicos em níveis elevados, destacando-se o caso dos Estados Unidos que apresentaram uma deterioração do défice orçamental federal para 6,3% do PIB em 2023. Os principais países da zona euro reduziram ligeiramente o seu défice público durante o ano. Simultaneamente, os bancos centrais

mantiveram o controlo monetário que iniciaram em meados de 2022. A Reserva Federal nos EUA aumentou a sua taxa de juro de referência em 100 p.b., para 5,50% em julho, e depois manteve-a inalterada.

Um pouco atrás, o Banco Central Europeu, aumentou a taxa diretora em 200 p.b., atingido os 4% em setembro.

MERCADOS FINANCEIROS

Apesar dos riscos geopolíticos e da continuação das políticas monetárias restritivas, os ativos financeiros obtiveram um bom desempenho em 2023. As principais classes de ativos financeiros, nomeadamente mercado monetário, obrigações soberanas e de empresas europeias e mercados acionistas europeus e norte-americanos registaram retornos positivos no ano. Os mercados viveram um episódio de stress em março de 2023, na sequência da falência de alguns bancos regionais dos EUA (SVB, First Republic...) seguida da aquisição do Credit Suisse pelo UBS. A resposta rápida das autoridades monetárias dos EUA – fornecendo liquidez aos bancos e garantindo implicitamente os depósitos dos bancos mais pequenos – ajudou a conter os receios dos investidores quanto à solidez do sistema financeiro. Também, a divulgação de más notícias sobre a situação financeira dos promotores imobiliários chineses teve um efeito reduzido nos mercados. Após estes episódios de stress, os mercados passaram a acreditar num cenário "cor de rosa" caracterizado por um abrandamento suave do crescimento e o regresso da inflação

para os 2%, o que permitiria aos bancos centrais começar o processo de redução das taxas de juro. Efetivamente no último trimestre a Reserva Federal deu como certo que as taxas de juro teriam atingido o seu máximo neste ciclo, o que contribuiu para uma valorização dos mercados no final do ano.

Depois da queda em 2022, os índices de ações tiveram um desempenho excecional em 2023, tendo beneficiado de um certo entusiasmo pelas ações tecnológicas relacionadas com o tema emergente da Inteligência Artificial e, no final do ano, das expectativas de cortes de taxas por parte dos bancos centrais. O índice global de ações MSCI World teve uma performance de 21,8% em dólares. O S&P500 superou os seus homólogos europeus com um ganho de 24,2% em 2023, com o Eurostoxx50 e o PSI a subirem 19,2% e 11,7%, respetivamente. O MSCI Emerging Markets subiu mais moderadamente 7,1% ao longo do ano, arrastado por algumas ações asiáticas (China em particular).

Após a sua forte subida em 2022, as taxas de juro europeias a 10 anos caíram em 2023 (-54 pontos base na taxa alemã e -95 pontos

Relatório do Conselho de Administração

base na taxa portuguesa), enquanto a taxa de juro a 10 anos nos EUA quase estabilizou. No entanto, estas variações ocultam movimentos significativos ao longo do ano, com uma tendência ascendente das taxas de juro de longo prazo até ao setembro, antes de uma descida significativa no final do ano. As taxas de juro a 10 anos atingiram um pico em meados de outubro, com 2,97% para a taxa alemã a 10 anos e 4,98% para a taxa de rendibilidade a 10 anos dos EUA.

A mudança de tom do Reserva Federal e o aumento das expectativas dos investidores em relação ao futuro das taxas de juro levaram a um rali dos títulos no final do ano. As yields alemã, portuguesa e norte-americana a 10 anos terminaram o ano em

2,02%, 2,63% e 3,88%, respetivamente. As taxas de rendibilidade das obrigações de empresas seguiram a mesma tendência, subindo no primeiro semestre do ano, antes de descerem significativamente no final do ano. O índice Bloomberg de Obrigações Soberana Euro subiu 7,1%, enquanto o índice iBoxx de Obrigações de Empresas Euro subiu 8,2%.

O preço do ouro fechou o ano em 2.072 USD, uma valorização de 13,4% em relação ao ano de 2023. Depois de valorizar em 2022, o dólar perdeu valor no ano em relação à maioria das principais moedas, como resultado da retórica mais branda da Reserva Federal. O euro ganhou 3,3 e encerrou a cotar nos 1,1064 dólares/euro.

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2023 o mercado de seguros registou um volume global de prémios de 11,8 mil milhões de euros mantendo a tendência decrescente dos últimos dois anos. Este valor representa uma diminuição face ao ano de 2022 de -2,0%, no entanto observando-se uma queda menor do que a verificada no ano passado (-9,7%). O Ramo Vida voltou a registar uma redução da sua quota para 43,7%, que se situava em quase 63% em 2018, o que denota, por outro lado, o comportamento

consistentemente positivo dos Ramos Não Vida nestes últimos anos.

Com um volume de prémios de 5,2 mil milhões de euros, o Ramo Vida apresentou uma redução de 14,3% relativamente a 2022 e de 33,2% face aos valores registados no ano de 2021. É interessante analisar a composição deste ramo de atividade. Os seguros não ligados com 3,7 mil milhões de euros registaram um crescimento de 28,5% face a 2022, passando a representar 72% (39% em 2021). Tem sido o comportamento dos seguros ligados, que registaram uma quebra de 53,9%, a determinar a evolução do Ramo Vida. Num período de alteração da

conjuntura de taxas de juro, como aquele que se viveu no ano 2023, foram inúmeros os produtos que concorreram na captação de poupanças, destacando-se desde logo os Certificados de Aforro do Estado.

Os Ramos Não Vida atingiram um volume global de prémios de 6,7 mil milhões de euros o que representa uma taxa de crescimento face a 2022 de 10,2%. Como referido anteriormente, o crescimento destes ramos tem sido consistente e positivo ao longo dos últimos anos: 18,3% face a 2021 e 23,9% relativamente aos prémios Não Vida registados em 2020. Os únicos Ramos com comportamento negativo neste ano foram o de Mercadorias Transportadas (-26,7%), Aéreo (-19,9%) e Marítimo e Transportes (-0,7%). Os Ramos com maior crescimento foram: Saúde (16,7%), Acidentes de Trabalho (11,0%) e Incêndio e Outros Danos (10,1%). O Ramo Automóvel registou um crescimento de 5,8%, mantendo a sua posição de liderança e representado 31,5% do total dos Ramos Não Vida. Por outro lado, a Saúde reforça a sua posição de segundo maior Ramo Não Vida ultrapassando os 1,3 milhões de euros de prémios enquanto o Ramo de Incêndios e Outros Danos consolida a sua terceira posição nos Ramos Não Vida, e os Acidentes de Trabalho, apesar de terem registado um dos maiores crescimentos anuais, mantêm a quarta posição do ranking.

Confirmam-se algumas das tendências de curto prazo, e por isso mais conjunturais, e

outras de mais médio prazo, que se vêm desenhando ao longo dos últimos anos, como o crescimento do Ramo Saúde, e que de certa forma estão a moldar o futuro da atividade seguradora.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar da atividade seguradora, o ano de 2023 ficou marcado pela publicação e entrada em vigor dos diplomas seguintes:

- Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS17 – entra em vigor em 01 de janeiro de 2023
- Circular n.º 1/2023, de 24 de janeiro – impacto da inflação na avaliação prudencial das Empresas de Seguros – em vigor a partir de 30 de janeiro de 2023;
- Circular n.º 3/2023, de 29 de março – recomendações sobre informação a prestar pelos seguradores nas alterações dos prémios de seguro (posteriormente alterada pela Circular n.º 1/2024, de 4 de janeiro) – em vigor a partir de 31 de março de 2023 e período transitório até 31 de dezembro de 2024;
- Circular n.º 5/2023, de 18 de abril – recolha de informação sobre riscos físicos abrangidos pelos ramos de "incêndio e elementos da natureza" e "outros danos em coisas";
- Lei n.º 22/2023, de 25 de maio – regula as condições em que a morte medicamente assistida não é punível e altera o Código Penal – entra em vigor 30 dias após a publicação da respetiva

regulamentação (a aprovar no prazo de 90 dias);

- Lei n.º 32/2023, de 10 de julho – elimina a obrigação de afixação do dístico do seguro automóvel – em vigor a partir de 11 de julho de 2023;
- Norma Regulamentar n.º 8/2023-R, de 10 de novembro – altera a regulamentação do registo central de contratos de seguro de vida, contratos de seguro de acidentes pessoais e operações de capitalização com beneficiários em caso de morte – em vigor a partir de 11 de novembro de 2023;
- Norma Regulamentar n.º 9/2023-R, de 21 de novembro – estabelece os procedimentos de registo prévio junto da ASF para o exercício de funções reguladas – aplicável aos requerimentos apresentados à ASF a partir de 22 de novembro de 2023;
- Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro – orçamento do Estado para 2024. Destacam-se, em particular, as alterações efetuadas em matéria de “direito ao esquecimento” (artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril e artigo 7.º da Lei n.º 75/2021, de 18 de novembro).

O exercício de 2023 fica marcado pelos desafios da implementação da Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS17 e a adaptação do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, reconhecidamente

assumido como um processo de elevada complexidade para todos os intervenientes.

A questão dos Protection Gaps da economia portuguesa, nomeadamente em termos de risco sísmico, e a falta de proteção de seguros para catástrofes naturais foram temas que ganharam neste ano uma nova visibilidade. Em 2021, a Estratégia Nacional para a Proteção Civil Preventiva 2030 tinha estabelecido como um dos objetivos estratégicos a criação de um Sistema de Proteção de Riscos Catastróficos baseado em soluções de seguros para a cobertura destes riscos. Mas foi em junho deste ano, que uma Resolução da Assembleia da República, recomendou ao Governo a criação de um Fundo de Garantia para os Riscos Climáticos e Sísmicos, constituindo a cobertura do risco sísmico o primeiro pilar de um sistema que poderá vir a abranger outras catástrofes naturais. Finalmente, já em outubro, foi publicado o Despacho 10256/2023 que veio solicitar o apoio técnico da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para a criação de um sistema de cobertura do risco de fenómenos sísmicos. A data de entrega do Relatório Final ficou marcada para o final de março de 2024. Estando concluída a recolha de informação junto das diversas entidades, encontramos-nos assim cada vez mais perto da concretização deste primeiro passo para a construção de um sistema de proteção adequado à realidade nacional.

ATIVIDADE DA EMPRESA

Portugal os ramos de seguro não vida, designadamente, Acidentes Trabalho, Acidentes Pessoais, Saúde, Incêndio, Automóvel, Transportes, Responsabilidade Civil e Diversos.

No ano 2023, a VICTORIA - Seguros, S.A. preservou, com independência da maior agressividade do mercado, a sua orientação estratégica na captação de negócio e manutenção de carteira rentável. Assim, continuou a manifestar um posicionamento de seguradora generalista, ao tempo que evidenciou a manutenção da sua força naqueles que são os seus nichos de especialidade. Fruto dessa estratégia, a VICTORIA - Seguros, S.A. atingiu valores de produção praticamente históricos na sua globalidade (apenas o ano de 2010 apresenta números superiores) e, certamente, sem precedentes em linhas como saúde, mercadorias transportadas ou responsabilidades, e ramos como engenharia.

No tocante à distribuição do negócio – e porque o mercado mais tradicional da intermediação seguradora prossegue com a sua particular metamorfose – a VICTORIA - Seguros, S.A. adaptou o seu modelo de acompanhamento no terreno dos canais de agentes e corretores, multiplicando a presença junto dos profissionais mais proativos e reequacionando a sua proposta

canais, o ano de 2023 significou, a partir do terceiro trimestre, o fim da parceria de cinco anos com o EuroBic. Pela sua vez, o canal exclusivo de pessoais manteve o foco no desenvolvimento de consultores especialistas na mitigação dos riscos derivados da perda de rendimentos. Ainda em relação ao negócio, foi possível finalizar a primeira fase do projeto de automatização e sistematização da ação comercial, avançar nos projetos de simuladores-emissores e ampliar o número de ligações web com os distribuidores.

Durante o ano de 2023, um dos maiores focos da Empresa manteve-se na garantia de adaptação ao novo âmbito contabilístico, determinado pelas normas IFRS 17 e 9. Por outro lado, dedicou-se uma particular atenção à implementação do novo modelo de organização de trabalho híbrido, adaptando-o ao projeto “Casa Nova!”: a nova localização dos serviços centrais, provisoriamente instalados em 2023 no Edifício VICTORIA, e que irão ocupar, após as obras de renovação, um outro edifício do Grupo na zona do Marquês de Pombal, o Camilo Castelo Branco-CCB 46.

Transversalmente, a VICTORIA - Seguros, S.A. continuou a sua aposta na formação como eixo de desenvolvimento estratégico, destinando-a tanto ao universo interno de colaboradores como aos distribuidores, e

Relatório do Conselho de Administração

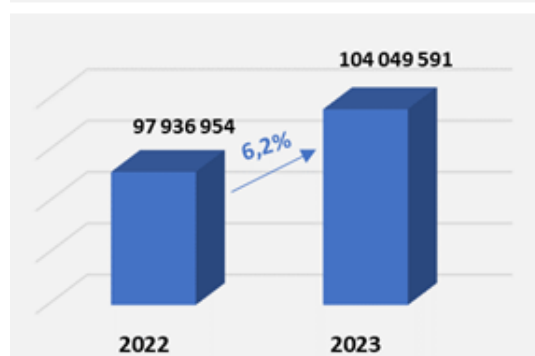
quer em matérias obrigatórias, como a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo ou a gestão de dados pessoais, quer em matérias técnicas ou comerciais. Igualmente, prosseguiu com o investimento na melhoria contínua dos processos de subscrição e sinistros, o tratamento de dados, a robotização das operações de apoio ao negócio, a segurança das estruturas e sistemas de informação e o desenvolvimento de soluções inerentes às exigências legais e regulamentares.

Numa vertente institucional, foram renovados os mandatos dos órgãos sociais, até 2025, ao tempo que se modificou o modelo de governo da sociedade, em conformidade com a Norma nº4/2022 da

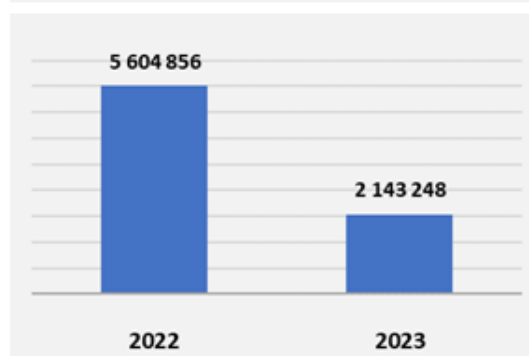
ASF. Avançou-se, também, com uma nova abordagem para a definição do plano estratégico, no propósito de afinar o seu alinhamento com o plano operacional e sistematizar as iniciativas encetadas para responder aos desafios de contexto como a digitalização, os pilares ESG, a gestão do talento ou o incremento da pressão regulatória. Ainda no âmbito institucional, a VICTORIA - Seguros, S.A. garantiu a manutenção das iniciativas nos seus ecossistemas de especialidade, reforçando a colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, a Nova Medical School, distintas publicações da fileira C&I, Câmaras de Comércio e Embaixadas.

INDICADORES-CHAVE DE DESEMPENHO

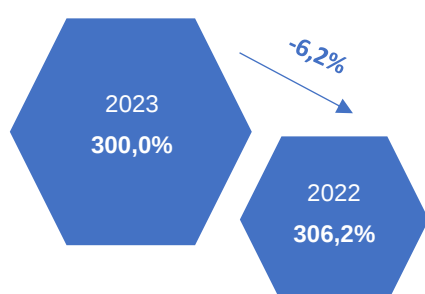
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS



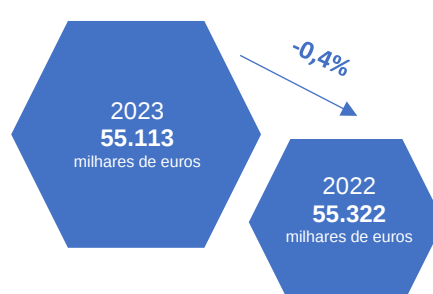
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

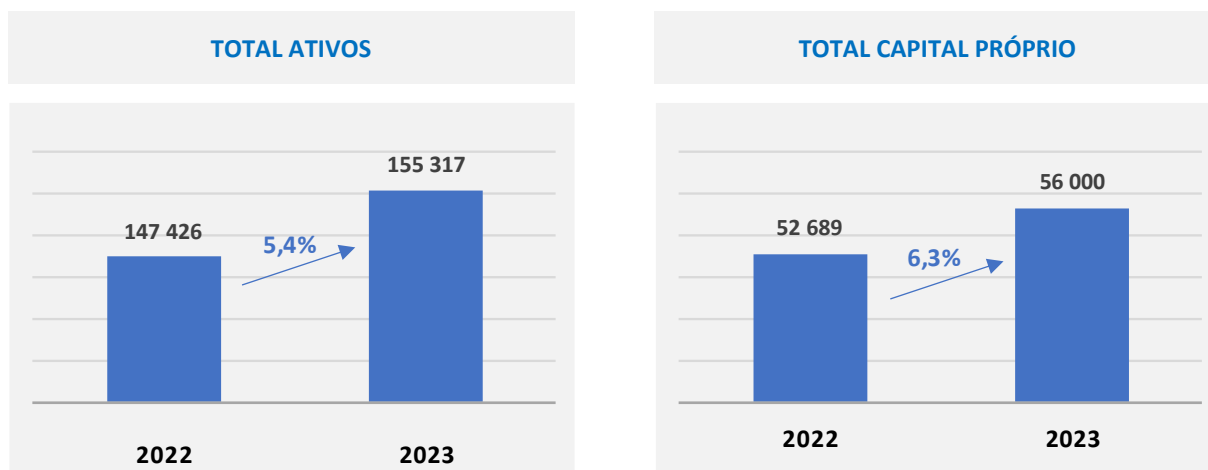


RÁCIO DE SOLVÊNCIA II



FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (RCS)





PRÉMIOS

O volume de prémios brutos emitidos de contratos de seguro (PBE), registou um crescimento de 6.2% face ao ano anterior, atingindo EUR 104.049.591 (2022: EUR 97.936.954). Em 2023 a VICTORIA Seguros

consolidou a sua presença no mercado, alcançando 1.6% de quota de mercado.

Analizando mais detalhadamente a evolução por ramo:

Prémios	2023	%	2022	%	Var. 23/22
NÃO VIDA	104 049 591	100,0%	97 936 954	100,0%	6,2%
Acidentes de trabalho	8 069 812	7,8%	8 117 749	8,3%	-0,6%
Acidentes pessoais	2 651 519	2,5%	2 399 078	2,4%	10,5%
Saúde	46 112 038	44,3%	41 410 833	42,3%	11,4%
Incêndio	20 013 646	19,2%	19 602 288	20,0%	2,1%
Automóvel	13 623 052	13,1%	13 532 535	13,8%	0,7%
Transportes	9 836 698	9,5%	9 392 987	9,6%	4,7%
Responsabilidade Civil	3 693 267	3,5%	3 433 264	3,5%	7,6%
Diversos	49 559	0,0%	48 220	0,0%	2,8%

Saúde continua a ser uma linha de negócio com maior peso na carteira dos ramos Não Vida, com a produção a crescer 11,4% (2022: 12,6%) para um total de EUR 46.112.038 (2022: EUR 41.410.833).

Em Incêndio e Outros Danos, verificou-se mais uma vez a continuação da tendência iniciada em 2018, a VICTORIA registou um

aumento de produção de 2,1% (2022: 11,0%).

No ramo Automóvel, e como resultado de um trabalho contínuo de manutenção da política de subscrição, suportada pelo ajuste tarifário rigoroso e da seleção de zonas geográficas e segmentos de mercado mais competitivos, assistimos novamente a

um aumento de produção de 0,7% (2021: 2,1%).

No ramo Transportes, a VICTORIA mantém o seu posicionamento no mercado como empresa de referência, verificando-se um aumento nos PBE de 4,7% (2022: 15,8%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 9.836.698. Este ramo regista em 2023 uma quota na carteira correspondente a 9,5% do total de prémios emitidos. A VICTORIA mantém assim a liderança do mercado neste Ramo.

Os Acidentes de Trabalho continuam a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige particular rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que continua a ser objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Em 2023, nesta linha de negócio, a VICTORIA registou uma diminuição na produção de

0,6%, correspondendo a uma variação absoluta de EUR 47.937 (2023: EUR 8.069.812 vs. 2022: EUR 8.117.749).

No ramo de Acidentes Pessoais assistimos a uma inversão na tendência verificada em anos anteriores, registando uma evolução positiva em 2023 com um volume de prémios de EUR 2.651.519, correspondendo a uma variação de 10,5% face a 2022.

Em Responsabilidade Civil Geral, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 7,6% (2022: de 12,6%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 3.693.267 (2021: EUR 3.433.264).

A receita gerada nos ramos Diversos apresentou um crescimento de 2,8%. O volume de prémios neste ramo foi de EUR 49.559 (2022: EUR 48.220), representando apenas 0,05% do total de prémios.

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

Em 2023 verificou-se um aumento no valor total dos Custos por Natureza a imputar de 3,8% (2023: EUR 31.813.281 vs. 2022: EUR 30.637.744). Os custos com maior impacto nesta variação resultam do pagamento das remunerações de mediação (+10,2%). Em paralelo, a VICTORIA continuou a dedicar uma parte significativa dos seus recursos e tempo à implementação das normas contabilistas IFRS 17 e IFRS 9, que em conjunto com outras medidas e com os

níveis de inflação registados, resultaram num aumento de custos nas rubricas de Custos com Pessoal (0,5%) e Fornecimentos e Serviços Externos (4,7%).

As rubricas de despesas onde se verificaram uma diminuição dos custos foram as seguintes:

- Amortizações (-13,7% face a 2022), diminuição que se justifica na sua grande parte pelo fim da amortização anual de alguns projetos desenvolvidos pela

companhia com o objetivo de capacitar a empresa com novas tecnologias e ferramentas para dar resposta às necessidades dos clientes e parceiros, e pela mudança estratégica dos serviços centrais

do edifício de Miraflores para o edifício Victoria;

- Juros e Comissões (-7,4%) e Impostos e Taxas (-9,7%).

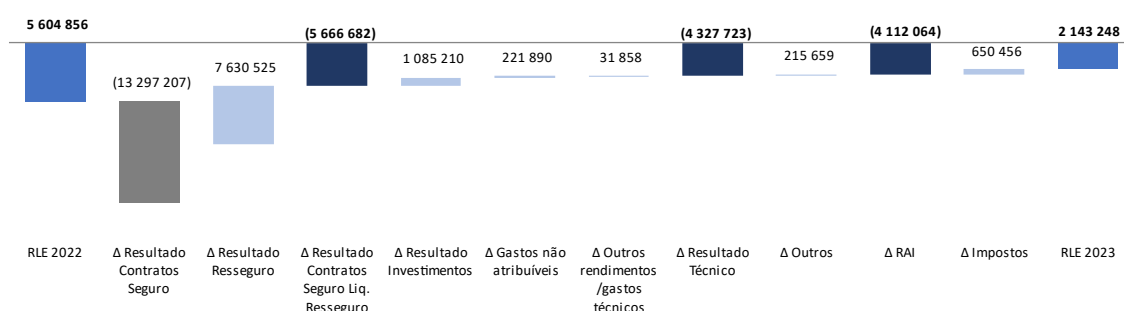
Custos por natureza a imputar	2023	2022	Var. 23/22
Total	31 813 281	30 637 744	3,8%
Custos com pessoal	10 594 839	10 543 294	0,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	5 053 668	4 825 014	4,7%
Impostos e Taxas	409 116	452 975	-9,7%
Amortizações	1 963 720	2 274 219	-13,7%
Juros e Comissões	129 857	140 279	-7,4%
Remunerações de mediação	13 662 081	12 401 963	10,2%

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O resultado líquido do exercício em 2023 foi de EUR 2.143.248, representando uma diminuição face ao RLE de 2022 recalculado num base de IFRS17 (IFRS 4: EUR 842.941). Com maior detalhe, podemos observar que o resultado dos contratos de seguro líquido de resseguro teve um impacto negativo na

variação do RLE (Δ EUR 5.666.682) e que o contributo positivo das restantes variáveis (Resultado de investimentos: Δ EUR 1.085.210; Gastos não atribuíveis: Δ EUR 221.890; Outros rendimentos e gastos: Δ EUR 31.858) originou um resultado antes de impostos negativo de EUR 4.112.064.

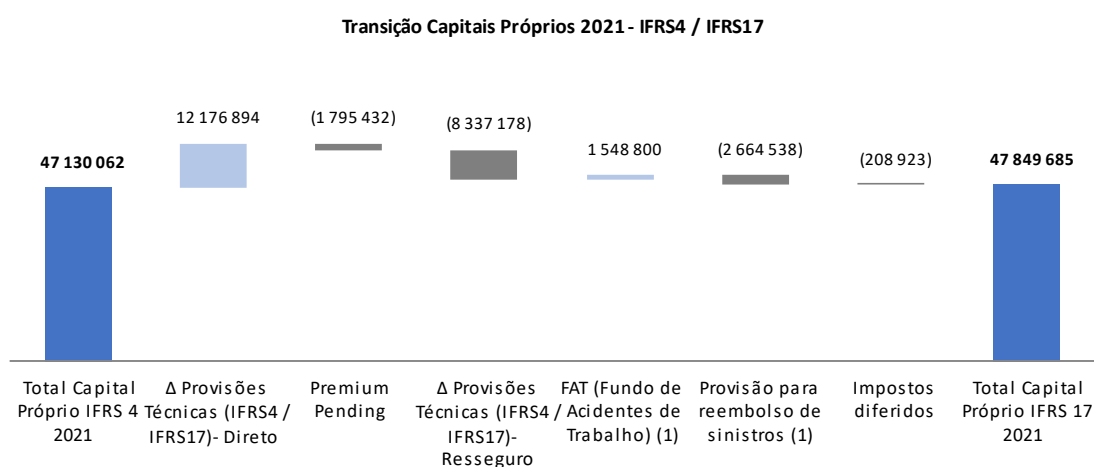
Demonstração das variações das componentes do G&P



CAPITAL PRÓPRIO

Com a entrada em vigor da norma contabilística IFRS17, o impacto nos capitais próprios de dezembro de 2021 foi de + EUR 719.623. Esta variação positiva resulta em grande parte do aumento do montante das provisões técnicas líquidas de resseguro no valor de EUR 3.839.716, relacionada com a alteração dos modelos de mensuração das

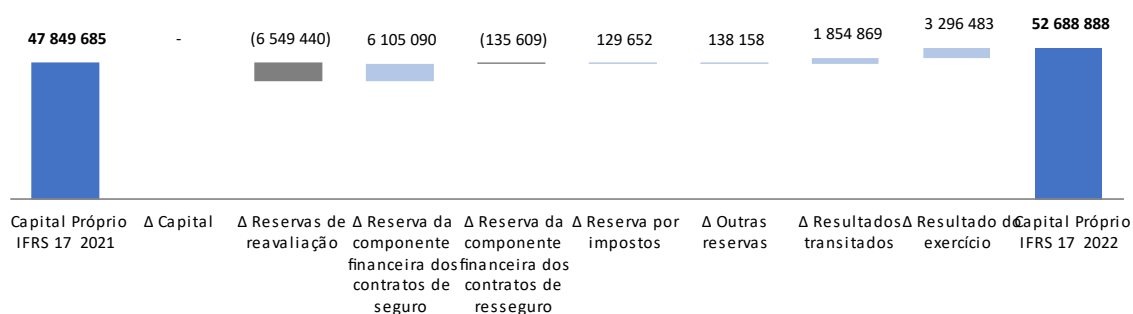
responsabilidades técnicas. Relativamente às restantes variáveis que impactam esta transição temos variações negativas nos *Premium Pending* (Δ EUR 1.795.432) e nas provisões para reembolso de sinistros (Δ EUR 2.664.538) e em sentido oposto temos o FAT (Δ EUR 1.548.800).



O capital próprio em 2022, já numa base de IFRS 17, foi de EUR 52.688.888, representando uma variação positiva no valor de EUR 4.839.203. De salientar o impacto positivo nas reservas da componente financeira dos contratos de seguro (Δ EUR 6.105.090), nos resultados transitados (Δ EUR 1.854.869) e no

resultado do exercício (Δ EUR 3.296.483). A principal variável que contribuiu negativamente para a variação dos capitais próprios foram as reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas (Δ EUR 6.611.717).

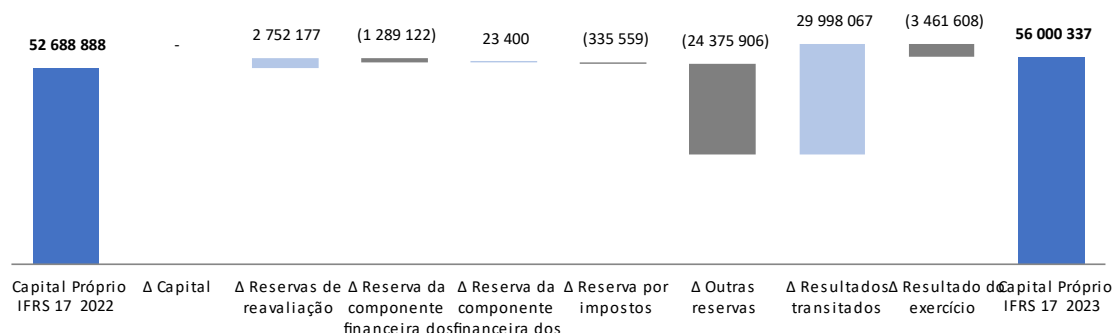
Evolução Capitais Próprios 2021 - 2022



Em 2023, o capital próprio foi de EUR 56.000.337, representando uma variação positiva face a 2022 no valor de EUR 3.311.449. As variáveis com maior impacto positivo são reservas de reavaliação (Δ EUR 2.752.177) e nos resultados transitados (Δ

EUR 29.998.067). Negativamente, as variáveis que mais contribuíram para a diminuição dos capitais em 2023, foram as outras reservas por prémios de emissão (Δ EUR 24.611.901) e o resultado do exercício (Δ EUR 3.461.608).

Evolução Capitais Próprios 2022 - 2023



BALANÇO

Em 2023, o ativo apresentou uma variação bastante positiva face ao exercício de 2022 de EUR 7.890.904, justificada essencialmente pelos Outros devedores por operações de seguro e outras operações (Δ EUR 6.405.333) e pelos Ativos de contratos

de resseguro cedido (Δ EUR 2.521.981). Com efeito contrário, e com maior relevância, verificou-se uma evolução negativa nos Ativos financeiros (Δ EUR 2.321.047).

ATIVO	Exercício 2023	Exercício 2022	Δ
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 806 188	1 995 175	811 013
Investimentos em filiais, associadas e empr. conjuntos	230	230	-
Ativos financeiros ⁽¹⁾	102 474 840	104 795 887	(2 321 047)
Terrenos e edifícios e outros ativos tangíveis	1 102 845	943 237	159 608
Outros ativos intangíveis ⁽²⁾	6 836 716	5 861 103	975 613
Ativos de contratos de resseguro cedido	25 191 552	22 669 571	2 521 981
Outros devedores por operações de seguro e outras operações	14 157 297	7 751 964	6 405 333
Ativos por impostos e taxas	1 538 018	2 045 014	(506 996)
Outros ⁽³⁾	1 209 348	1 363 949	(154 601)
Total	155 317 034	147 426 130	7 890 904

(1) Inclui ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas, ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas e ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

(2) Inclui Inventários, Ativos sob direito de uso e Outros ativos intangíveis.

(3) Inclui Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo e Acréscimos e diferimentos.

O passivo apresentou também um aumento face ao exercício de 2022 de EUR 4.579.455, justificado pela variação positiva em todas as rubricas com exceção de Outros credores por operações de seguros direto e

resseguro, contribuído para a variação apresentada no quadro de EUR - 2.337.282.

PASSIVO	Exercício 2023	Exercício 2022	Δ
Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	80 263 781	74 230 654	6 033 127
Outros passivos financeiros ⁽¹⁾	2 412 043	2 131 649	280 394
Passivos por benefícios pós-emprego e outros de longo prazo	291 867	280 369	11 498
Outros credores por operações de seguros e outras operações	6 533 843	8 871 125	(2 337 282)
Passivos por impostos e taxas	5 158 922	5 001 162	157 761
Acréscimos e diferimentos	4 596 469	4 162 512	433 957
Outras provisões	59 771	59 771	-
TOTAL PASSIVO	99 316 697	94 737 242	4 579 455

(1) Depósitos recebidos de resseguradores e Passivos de locações

CAPITAL PRÓPRIO	Exercício 2023	Exercício 2022	Δ
Capital	34 850 000	34 850 000	-
Reservas de reavaliação	(1 583 164)	(4 335 341)	2 752 177
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	4 815 968	6 105 090	(1 289 122)
Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(112 209)	(135 609)	23 400
Reserva por impostos	(704 079)	(368 520)	(335 559)
Outras reservas	10 707 400	35 083 306	(24 375 906)
Resultados transitados	5 883 173	(24 114 894)	29 998 067
Resultado do exercício	2 143 248	5 604 856	(3 461 608)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	56 000 337	52 688 888	3 311 449

RÁCIOS

Com a informação apresentada anteriormente, torna-se relevante apurar alguns rácios que demonstrem a estrutura de capital e rentabilidade da empresa.

Rácios	2022 (IFRS 4)	2022	2023
ROE: Resultado Líquido/Capital Próprio	5,0%	10,6%	3,8%
ROA: Resultado Líquido/Ativo	1,4%	3,8%	1,4%
Capital Próprio/Ativo	27,7%	35,7%	36,1%

Relativamente à rentabilidade do capital próprio e à rentabilidade do ativo, verificou-se uma variação negativa em 2023 comparativamente ao ano anterior, numa base IFRS 17 (-6,8 p.p e 2,4 p.p, respetivamente). Esta variação justifica-se

pela diminuição já apresentada no RLE em 2023 e pelo aumento dos capitais próprios e do ativo.

O equity ratio não demonstrou existirem grandes alterações no que toca à estrutura de capital da empresa.

RECURSOS HUMANOS

No final de 2023 a VICTORIA tinha um total de 297 empregados (78 Vida e 219 Seguros) (2022: 295). A média etária era de 47,34 (2022: 46,67) anos, a antiguidade média no Grupo era de 15,71 (2022: 15,30) anos e a

percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 59,26 % (2022: 58,64%).

Alinhado com este último indicador está também uma percentagem crescente de Colaboradores do sexo feminino em lugares

de chefia; representam 45,1% no total das hierarquias (2022: 44,1%).

Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2023, 60,82% (2022: 58,98%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 7,56% (2022: 6,10%) dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado. De referir que alguma desta evolução tem sido promovida pela própria empresa no âmbito de iniciativas de desenvolvimento de potencial individual.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/03/2023, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu

Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2023 contribuições no total de EUR 171.686,94 (2022: EUR 172.427,84) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

FORMAÇÃO

Perante um mercado cada vez mais exigente, em constante evolução e mudança, principalmente devido à era digital, o conhecimento e as competências adquiridos ao longo dos processos formativos são cada vez mais valorizados.

Nas organizações, os colaboradores estão cada vez mais habilitados a experimentar contextos profissionais mais exigentes onde a inovação, a criatividade, a competitividade e a necessidade de mudança são uma constante.

Neste sentido, a formação profissional deverá ser sempre encarada como uma

oportunidade de evolução, que acaba por levar à execução de um trabalho de excelência, contribuindo assim, não só para a valorização pessoal do colaborador, como também para o desenvolvimento e a diferenciação da organização como um todo, tão necessários na realidade atual.

É neste contexto que a VICTORIA se posiciona, através do seu Campus de Formação, desenvolvendo um conjunto de valências em contexto formativo, com vista a promover um crescente saber dos seus Colaboradores e assim contribuir para um melhor desempenho individual e coletivo.

Destacam-se como principais indicadores de formação:

2023 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	47
Horas de formação realizadas	4.294
Nº de participações de colaboradores em formação	806

CAMPUS VICTORIA Academias de Formação	Distribuição (horas de formação)	Nº Participações
Academia de Conteúdos Técnicos	98%	790
Academia de Comportamentos	2%	16

Das 47 ações de formação desenvolvidas ao longo de 2023, 35 foram ministradas por entidades formadoras externas e 12 internamente, asseguradas pela equipa de formadores da VICTORIA. Estas últimas dizem respeito a conteúdos técnicos, maioritariamente orientadas ao desenvolvimento de competências técnicas e de gestão e à continuidade dos programas formativos de desenvolvimento pessoal e línguas estrangeiras.

oi dada continuidade ao Programa de formação transversal ao nível das matérias regulatórias, nomeadamente no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, da Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas e sobre o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), com o objetivo de consciencializar para a importância destas matérias na regulação do negócio.

ACADEMIA VICTORIA | MEDIAÇÃO

O ano de 2023 representa uma nova etapa no reconhecimento da Academia de Mediação VICTORIA enquanto oferta de valor para a nossa rede de distribuição. Verificou-se um aumento global de 23% relativamente ao número de participantes nas ações de formação desenvolvidas em 2022, refletindo o crescente interesse e valorização da oferta formativa que a

VICTORIA disponibiliza para os seus agentes e corretores, contribuindo assim para uma maior fidelização da relação de parceira.

Por outro lado, a VICTORIA enquanto entidade qualificada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para realizar ações de formação certificadas, disponibiliza uma oferta formativa que concorre para a manutenção

do cumprimento das 15 horas de formação certificada anuais mínimas exigidas para o desempenho da atividade de mediação, no âmbito da Formação Profissional de Aperfeiçoamento Contínuo.

Com o foco no desenvolvimento de competências técnicas e comerciais que promovam uma venda de qualidade e o acompanhamento adequado ao cliente final, a Academia de Mediação VICTORIA, desenvolveu um plano de formação anual, disponibilizando um conjunto de ações de formação nos seus diversos eixos de atuação junto da atividade de mediação. Foram assim desenvolvidas 91 ações de formação técnica de produtos de seguros, comercial e matérias regulatórias a 1163 formandos, num total de 542 horas de formação ministradas.

Foi privilegiado o formato live training, contando com cerca de 80% das formações ministradas. Os restantes 20% das formações foram repartidos entre

formação presencial (8%) e formação em formato de e-learning (12%).

Os conteúdos pedagógicos foram desenvolvidos, tendo em linha de conta o diagnóstico de necessidades do cliente final, por forma a dotar os agentes das diversas valências que acrescentem valor ao processo de venda.

Para além dos ciclos anuais de formação na Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, foram igualmente desenvolvidas ações de formação sobre o Regime Geral de Proteção de Dados, inseridas no eixo de formação das matérias regulatórias no âmbito da atividade de mediação.

Estas ações de formação foram desenvolvidas em formato de e-learning, de forma a promover uma fácil acessibilidade e flexibilidade por parte dos formandos através da plataforma de aprendizagem VICTORIA.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Reconhecemos a importância da comunicação interna para o coeso e eficiente funcionamento da VICTORIA. Como tal, demos continuidade à crescente aposta no Portal do Colaborador, promovendo o seu desenvolvimento e inovação contínuos.

Como parte deste compromisso, lançámos novas áreas e funcionalidades que visam aprimorar a experiência do utilizador,

facilitar o acesso a informações relevantes e recursos úteis para o dia a dia de trabalho e ter um fluxo de informações, ideias e iniciativas mais eficaz dentro da empresa.

Uma das principais novidades foi o lançamento das áreas colaborativas, que têm como objetivo a promoção de uma cultura de partilha e colaboração entre os Colaboradores de cada departamento, enquanto comunidade. Esta nova

funcionalidade proporciona um ambiente virtual dedicado à partilha de conhecimentos e ideias, troca de experiências e trabalho em equipa, mas também uma vertente mais lúdica e descontraída, fortalecendo assim a coesão, a colaboração e a proximidade.

Acreditamos que estas iniciativas representam um passo significativo na

evolução da nossa comunicação interna e no alinhamento de objetivos em toda a organização. Ao investir no desenvolvimento do Portal do Colaborador reafirmamos o nosso compromisso em promover uma cultura ágil, transparente e assente no trabalho em equipa.

SUSTENTABILIDADE

O ano de 2023 foi especial porque deu corpo à criação e desenvolvimento de uma estratégia de sustentabilidade específica com um âmbito e uma ambição muito particulares.

Intitulada “VICTORIA Sustentável”, a Estratégia de Sustentabilidade da empresa define um conjunto de compromissos para 2030, os quais se encontram interligados com a estratégia global da empresa e do próprio negócio, permitindo a criação de valor a longo prazo

Para a VICTORIA, trabalhar a sustentabilidade é saber conciliar e complementar o caminho da criação de valor e o crescimento económico do negócio, com um modelo de gestão mais responsável e equilibrado, em matéria Ambiental, Social e de Governação (ESG). Com este pressuposto em mente, a Estratégia de Sustentabilidade da VICTORIA assenta em quatro eixos estratégicos – CULTURA, PRODUTOS, PESSOAS e PLANETA

– que guiarão a empresa em matéria de sustentabilidade nos próximos anos.

Os quatro eixos estratégicos refletem os temas considerados materiais para a empresa, e visam maximizar os impactes positivos e minimizar os impactes negativos da VICTORIA.

- Considerado um eixo transversal e facilitador, o eixo CULTURA pretende fomentar a integração de uma conduta governativa responsável e transparente, influenciando positivamente toda a cadeia de valor.
- O eixo PRODUTOS abrange a oferta de produtos e serviços da empresa, relevando a aposta numa oferta mais inclusiva, sustentável e inovadora.
- O eixo PESSOAS pretende apoiar o desenvolvimento do capital humano a nível interno (colaboradores) e externo (clientes e comunidade).
- Reconhecendo o impacto que a empresa pode ter no meio ambiente, o eixo

PLANETA contribui para a melhoria da pegada ambiental direta (como resultado da sua atividade) e indireta (como resultado da sua capacidade de fornecer serviços de seguros e alocar capital).

A VICTORIA acredita que não é apenas uma responsabilidade dos governos, mas de todos enquanto atores relevantes na sociedade, contribuir para atingir a Agenda 2030 da ONU. Recorrendo à metodologia SDG Compass, após mapeados os principais impactes (positivos e negativos) da VICTORIA ao longo da cadeia de valor, foram identificados vários ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) correlacionados com esses impactes.

Com o envolvimento direto de um conjunto alargado de Colaboradores, foram definidos os seguintes ODS prioritários para a VICTORIA:

- ODS 3: Saúde de Qualidade
- ODS 4: Educação de Qualidade

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

A Responsabilidade Social na VICTORIA é o meio de promoção do bem-estar dos Colaboradores, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável e fortalecimento da reputação da organização, demonstrando o seu compromisso com valores éticos e impacto positivo na sociedade.

- ODS 8: Trabalho Digno e Crescimento Económico
- ODS 9: Indústria, Inovação e Infraestruturas
- ODS 10: Reduzir as Desigualdades
- ODS 13: Ação Climática

Acreditamos que a persecução e cumprimento da nossa Estratégia de Sustentabilidade permitirá à VICTORIA contribuir ativamente para 6 dos 17 ODS definidos pela Agenda 2030 da ONU como forma de alcançar um futuro mais sustentável e melhorar a qualidade de vida de todos

Com este enquadramento, a preocupação com a Responsabilidade Social e o Meio Ambiente não foram obviamente esquecidos e fazem parte integrante dos desafios que em permanência estão presentes nos nossos planos de ação.

Em 2023, desenvolvemos e implementámos diversos conteúdos e iniciativas direcionadas para o bem-estar dos nossos colaboradores bem como para o apoio à Comunidade.

Reconhecendo a pertinência e atualidade de assuntos como a saúde física, mental e familiar, as finanças pessoais e a consciencialização sobre temas relevantes,

como ter um estilo de vida saudável, o Alzheimer, a importância da reciclagem ou a sustentabilidade e preservação do meio ambiente, partilhámos conteúdo informativo e dicas sobre estas vertentes, visando educar e promover mudanças positivas.

Valorizando a importância de celebrar momentos especiais na vida de cada indivíduo, a VICTORIA felicitou e garantiu a dispensa de trabalho a todos os Colaboradores no seu dia de aniversário. Além disso, tendo em consideração a importância da família e incentivo à natalidade, ofereceu um kit bebé aos mais recentes filhos dos nossos colaboradores, demonstrando o seu apoio e partilhando a alegria neste momento especial.

Reforçámos também as inúmeras parcerias com entidades externas, nos mais diversos ramos, de forma a oferecer benefícios exclusivos aos nossos Colaboradores, incluindo vales de oferta e descontos em produtos e serviços diversos.

Mantemo-nos como membros associados do Programa Dignitude, enquanto parceiros do Programa abem prosseguindo mais um

ano, com o propósito fortemente enraizado, de garantir o acesso ao medicamento a quem mais precisa e, contribuindo de forma ativa para o cumprimento de um conjunto de desafios sociais.

Por fim, e ainda na vertente de Responsabilidade Social externa, contribuímos com tecnologias de reabilitação para uma Instituição Solidária, com o objetivo de ajudar pacientes com ELA (esclerose lateral amiotrófica) a acederem a diversas funcionalidades e melhorarem sua qualidade de vida.

No período natalício, organizámos um cabaz de Natal solidário que beneficiou seis Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), contribuindo para levar alegria e apoio àqueles que mais necessitam.

Estas iniciativas refletem o nosso compromisso contínuo com a Responsabilidade Social, bem como o empenho em encontrar novas formas de impactar positivamente a vida dos nossos Colaboradores, das Comunidades e do Mundo ao nosso redor.

INVESTIMENTOS

A VICTORIA Seguros S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos apresentou em 2023 um decréscimo de 2,6% para 103.299.777 EUR (2022: 105.382.985). A principal rubrica de investimento mantém-se os “Títulos e Participações Financeiras” com um peso relativo de 91,3% (2022: 91,8%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2023	%	2022	%	Var. 23/22
Total	103.299.777	100,0%	105.382.985	100,0%	-2,0%
Titulos e Participações Financeiras	94.277.897	91,3%	96.749.173	91,8%	-2,6%
Imóveis	815.800	0,8%	582.895	0,6%	40,0%
Outros Ativos Financeiros	8.206.079	7,9%	8.050.917	7,6%	1,9%

Carteira de Títulos	2023	%	2022	%	Var. 23/22
Total	94.277.897	100,0%	96.749.173	100,0%	-2,6%
Divida Publica	26.376.355	28,0%	22.508.345	23,3%	17,2%
Obrigações Diversas	62.272.667	66,1%	61.363.093	63,4%	1,5%
Acções e Participações	230	0,0%	230	0,0%	0,0%
Fundos de Investimento	5.628.645	6,0%	12.877.505	13,3%	-56,3%

Em 2023, acompanhando o aumento do rendimento dos ativos de rendimento fixo, a carteira registou um aumento nesta classe de ativos. A exposição a Dívida Pública apresentou um crescimento de 3,9 milhões de euros, o que contribuiu para um aumento do peso relativo na composição da carteira de 23,3% para 28,0%. Relativamente à dívida privada, o aumento foi de 910 mil euros, ou seja 66,1% do total da carteira (2022: 63,4%). Em sentido contrário, as aplicações em fundos de

investimento registaram uma redução de 7,2 milhões de euros para um total de 5,6 milhões de euros, traduzindo numa queda do peso relativo desta classe de 13,3% para 6,0%.

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 89,7% (2022: 82,0 %) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2023	2022	Var. 23/22
Total	100,0%	100,0%	-0,1%
AAA	0,0%	9,0%	-9,0%
AA	34,6%	20,1%	14,5%
A	36,3%	34,1%	2,2%
BBB	18,8%	18,8%	0,0%
BB	1,4%	1,3%	0,1%
NR	8,9%	16,7%	-7,8%

O resultado de investimentos teve em 2023 uma evolução bastante positiva e cresceu 186,1% para um montante total de 2.837.887 EUR (2022: 1.324.046 EUR). Este crescimento teve como principais contributos, o desempenho positivo da rubrica de rendimentos que apresentou uma subida de 66,7% e atingiu o montante de 2,2 milhões de euros. Em termos líquidos

as rubricas de Ganhos e Perdas por Alienação registaram um contributo de 665 mil euros para o resultado total, face 14 mil euros em 2022.

É ainda de referir que foi adotada a norma contabilística IFRS9 em substituição da IAS39 a partir de 1 de janeiro, o que se traduziu na necessidade ajustar o comparativo de 2022 em conformidade.

Proveitos de Investimentos	2023 (IFRS9)	Ajustamentos		2022 (IAS39)	Var. 23/22
		Resultados	Transitados		
Total	2.837.886	-	332.275	1.324.046	114,3%
Rendimentos	2.184.076	-	-	1.309.875	66,7%
Ganhos Realizados	677.076	-	-	242.078	179,7%
Perdas Provenientes de Alienação	- 12.118	-	339.149	- 227.907	-94,7%
Perdas por Imparidade	- 11.148	-	6.874	-	n.d.

MEIO AMBIENTE

Assim na vertente especificamente ambiental, verificámos que o nosso consumo de papel foi de 1,3 (2022: 1,5) milhões de folhas, conseguindo não incrementar este valor em relação ao ano anterior apesar do incremento do nº de Clientes, do volume de negócio e de um conjunto de medidas que obrigam a um maior conjunto de documentação para uma informação correta e eficaz dos Clientes.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,2 (2022: 0,8) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Lisboa.

Para tudo isto muito contribui o incremento efetivo da digitalização de processos e da relação com o Cliente e da reorganização do modelo de trabalho, assente num modelo híbrido e numa política clean desk.

Adicionalmente, como impacto do encerramento das instalações dos serviços centrais em Miraflores, transitando de forma provisória para o edifício sede, foi possível com o empenho de todos e alinhado com os nossos objetivos de

desenvolvimento sustentável, garantir a identificação de lixos, materiais, mobiliário e equipamentos diversos obsoletos ou deteriorados, os quais foram gerados os seguintes volumes e tipologias de materiais enviados para reciclagem:

2023 Balanço Ambiental	
Resíduos	Volume (kg)
Papel	7 670
Madeira	9 920
REEES ⁽¹⁾	2 120
Discos	60
Ferro	860
Monstros	17 060
Suportes Informática-Tapes, CD's ou outros suportes	820
TOTAL	38 605

⁽¹⁾REEES - Resíduos Equipamentos, Elétricos eletrónicos

No início de 2023 ocorreu, como já mencionado, o processo de transição das instalações da VICTORIA, ao nível dos seus serviços Centrais. Até 31 de janeiro retirámos toda a operação do Edifício de Miraflores, e passámos a ocupar 2 espaços no Edifício VICTORIA em Lisboa, até identificação de uma nova solução definitiva. Fundamental para o sucesso desta mudança, que ocorreu sem interrupções do nosso processo produtivo, foi a prática, com as adaptações necessárias do Modelo de Organização de Trabalho - Política de Teletrabalho, que havíamos implementado no dia 01 de janeiro de 2023. Por este motivo, os valores que apresentamos relativamente aos consumos de energia e água apenas estão

relacionados com as Delegações e Escritórios, dado que as alterações registadas no consumo no Edifício VICTORIA, não nos permitem de forma comparável assumir o diferencial de consumos entre os espaços atualmente ocupados pela empresa e os existentes nos anteriores serviços centrais. Com a construção do novo espaço, 2024 permitirá seguramente uma abordagem de outra natureza.

Nas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, o consumo em 2023 foi de 60.922 (2022: 57.090) KW/H de energia elétrica e de 418,00 (2022: 185,00) m3 de água. Embora se tenha registado um aumento, previsível tendo em conta o regresso a alguma atividade presencial nos

locais de trabalho, ainda estamos longe dos valores de 2019, período pré-pandemia

COVID-19, onde se obteve, 87.794 KW/H de energia elétrica e 575 de m3 de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2023, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do Grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do

Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;

- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos e no qual foram pela primeira vez integradas dimensões ESG;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2023 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trienal definido em sede do Comité de Risco;

- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2023, são as seguintes:

- Assegurar a atualização do software Duck Creek Compliance (Assuretat), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's) de modo a dar resposta à taxonomia em vigor;
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;
- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários

Relatório do Conselho de Administração

processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;

- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR de 2023 (em processo de certificação à data do presente relatório) e de 2023 é o seguinte:

	2023	2022
SCR	18.373.361	18.068.795
Rácio de Cobertura SCR	300,0%	306,2%
MCR	5.708.965	5.569.967
Rácio de Cobertura MCR	965,4%	993,2%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	55.112.592	55.322.156
Fundos Próprios Elegíveis MCR	55.112.592	55.322.156

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no sector de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA

Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 2.882.754 (2022: EUR 7.359.042). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 2.143.248 (2022:

5.604.856). Propomos que após a dotação de EUR 214.325 à reserva legal, o montante de EUR 1.184.900 seja distribuído como dividendo ao acionista e o remanescente de

EUR 744.023 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2024

O volume total de prémios de contratos de seguro em janeiro de 2024 atingiu EUR 20.852.885 (2023: 19.360.690).

Em termos de previsões, o ambiente macroeconómico continua num cenário tão volátil, incerto, complexo e ambíguo quanto no ano 2023. Certamente, as dúvidas relativas à mudança política na maior economia do mundo, a proliferação da desinformação e as ações bélicas, o comportamento dos bancos centrais num contexto de inflação aparentemente controlado, o inegável arrefecimento do motor económico europeu e as suas dificuldades estruturais para dar resposta aos desafios de contexto, entre outras questões, alicerçam a dificuldade em compor um quadro muito fidedigno dos impactos internacionais que irão afetar o atual desempenho da economia portuguesa. No ambiente microeconómico, também não parecem definitivas as tendências de consumo e poupança dos cidadãos, nomeadamente dos mais jovens, nem da evolução do sentimento empresarial, nomeadamente na indústria.

Em relação à VICTORIA, as previsões incluem a perda da parceria de cinco anos com o EuroBic e uma maior agressividade da concorrência nos ramos massa e obrigatórios, constatada de forma evidente no final do ano.

Tendo em conta este enquadramento, a VICTORIA manteve para o ano de 2024 um plano condizente com o seu posicionamento de segurador generalista com foco em nichos de especialidade, a sua ambição de crescimento rentável e sustentável a longo prazo – apoiada em parcerias e na dinamização próxima duma rede de distribuição profissional –, e a vontade de reforçar a sua presença nos mercados e âmbitos institucionais onde a sua oferta e proposta de valor diferenciadas são mais reconhecidas.

As principais ações delineadas para o ano 2024 são as seguintes, alocadas por cluster estratégico:

Potenciar a atuação comercial e a sua eficácia, bem como reforçar o posicionamento nos ecossistemas

- Aumentar a eficácia comercial (projeto EFICOM2.0) através do acompanhamento automatizado dos indicadores da atividade comercial de forma integrada e transversal à VICTORIA;
- Captar novo negócio nos ramos de especialidade e generalistas e dinamização da venda cruzada;
- Desenvolver de forma estruturada e alinhada o posicionamento estratégico do Ecossistema Saúde e ações para o seu crescimento sustentável;
- Manter a atuação nos Ecossistemas de Transportes e Construção e identificar os Mediadores que trabalham os ramos estratégicos da VICTORIA;
- Implementar projeto de recrutamento e seleção de novos consultores externos para dinamizar a ação comercial do Canal de Pessoais.

Otimizar a experiência de cliente e rede de distribuição e melhorar níveis de serviço

- Definir de forma conjunta a estratégia de migração dos simuladores/emissores antigos para o novo “template” e de criação de novos, para produtos de massa, para subscrição mais ágil e automática;
- Desenvolver serviços disponibilizados no Portal de Agentes de forma a torná-lo uma ferramenta que permita gerar

valor ao negócio e aumentar a relação entre a VICTORIA e o distribuidor;

- Desenvolver serviços disponibilizados no Portal de Clientes ao nível da informação de produto.

Fortalecer uma cultura organizacional focada no desenvolvimento do capital humano

- Projeto “Casa Nova!”: Mudança dos serviços centrais para as novas instalações, a que se associa;
- VICTORIA 2.0: Desenvolver e implementar novo Modelo de Organização de Trabalho;
- Excelência como Drive: Implementar um conjunto de ações transversais a nível da formação, política de estágios e gestão de potencial que visem responder aos aspetos identificados como mais críticos no estudo de clima efetuado.

Fomentar eficiência operacional transversal e maior agilidade coletiva

- Melhorar a gestão de sinistros Auto e Multirrisco;
- Otimizar processo de emissão por via da digitalização;
- Avançar com a criação de novos Quadros de Acompanhamento Auto ao nível da Informação de Gestão para Visão Risco;
- Definir plano conjunto de migração de sistemas Core para substituição tecnológica e garantia de continuidade

de negócio, com identificação das prioridades e calendário de implementação;

- Implementação de automatizações ao nível dos processos na perspetiva da robotização para melhoria global da eficiência da VICTORIA.

Integrar a sustentabilidade na estratégia corporativa

- Desenvolver e implementar o plano de ação definido na Estratégia “VICTORIA Sustentável” que define um conjunto de compromissos para 2030, como peças determinantes para a diferenciação, gestão e crescimento sustentável da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

28 de março de 2024

O Conselho de Administração

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2023 e 2022

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício			Exercício anterior 2022
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/ amort ou ajustamentos	Valor Líquido	
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.806.188		2.806.188	1.995.175
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230	-	230	230
	Mensurados ao custo	230		230	230
4	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.628.645	-	5.628.645	12.877.505
	Instrumentos de capital e unidades de participação	5.628.645		5.628.645	12.877.505
5	Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	85.276.505	-	85.276.505	80.508.974
	Títulos de dívida	85.276.505		85.276.505	80.508.974
6	Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	11.578.597	8.907	11.569.690	11.409.408
	Títulos de dívida	3.372.517	264	3.372.253	3.362.216
	Empréstimos e contas a receber	8.206.080	8.643	8.197.437	8.047.192
2	Terrenos e edifícios	815.800	-	815.800	582.895
	Terrenos e edifícios de uso próprio	561.000		561.000	366.895
	Terrenos e edifícios de rendimento	254.800		254.800	216.000
8	Outros ativos tangíveis	3.527.607	3.240.562	287.045	360.341
8	Inventários	11.921		11.921	22.542
9	Ativos sob direito de uso	583.613	376.314	207.299	204.238
10	Outros ativos intangíveis	32.580.917	25.963.421	6.617.496	5.634.323
14	Ativos de contratos de resseguro cedido dos ramos Não Vida	25.191.552	-	25.191.552	22.669.571
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	13.793.169	-	13.793.169	15.760.545
	De serviços futuros	2.501.292		2.501.292	1.784.079
	De serviços passados	11.291.876	-	11.291.876	13.976.466
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	11.279.621		11.279.621	13.775.875
	Ajustamento de risco	12.255		12.255	200.591
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	11.398.383	-	11.398.383	6.909.026
	De serviços futuros	5.722.183	-	5.722.183	4.267.423
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	1.420.019		1.420.019	(1.430.433)
	Ajustamento de risco	143.081		143.081	(59.999)
	Margem de serviços contratuais / componente de perda	4.159.083		4.159.083	5.757.856
	De serviços passados	5.676.200	-	5.676.200	2.641.603
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	5.658.896		5.658.896	2.610.043
	Ajustamento de risco	17.304		17.304	31.560
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.045.518		1.045.518	986.375
11	Outros devedores por operações de seguro e outras operações	18.753.378	4.596.081	14.157.297	7.751.964
	Contas a receber por operações de seguro direto	7.572.130	4.532.840	3.039.290	3.157.350
	Contas a receber por operações de resseguro	6.667.346	234	6.667.112	107.225
	Contas a receber por outras operações	4.513.902	63.007	4.450.895	4.487.389
13	Ativos por impostos e taxas	1.538.018	-	1.538.018	2.045.014
	Ativos por impostos e taxas correntes	166.389		166.389	142.034
	Ativos por impostos diferidos	1.371.629		1.371.629	1.902.980
17	Acréscimos e diferimentos	163.830		163.830	377.574
	TOTAL ATIVO	189.502.319	34.185.285	155.317.034	147.426.130

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2023 e 2022

Notas	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior 2022
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Passivos de contratos de seguro dos ramos Não Vida	80.263.781	74.230.654
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	75.642.052	70.754.916
	De serviços futuros	17.929.349	16.406.330
	De serviços passados	57.712.703	54.348.586
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	56.112.519	52.337.621
	Ajustamento de risco	1.600.184	2.010.965
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	4.621.730	3.475.738
	De serviços futuros	3.178.308	2.557.206
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	1.192.044	1.006.992
	Ajustamento de risco	450.316	159.406
	Margem de serviços contratuais	1.535.949	1.390.809
	De serviços passados	1.443.422	918.531
	Valor atual estimado dos fluxos de caixa	1.356.095	851.569
	Ajustamento de risco	87.327	66.963
16	Outros passivos financeiros	2.412.043	2.131.649
	Depósitos recebidos de resseguradores	2.227.378	1.920.133
	Passivos de locações	184.665	211.517
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	291.867	280.369
15	Outros credores por operações de seguros e outras operações	6.533.843	8.871.125
	Contas a pagar por operações de seguro direto	4.799.803	5.290.484
	Contas a pagar por operações de resseguro	384.570	2.802.951
	Contas a pagar por outras operações	1.349.470	777.690
13	Passivos por impostos e taxas	5.158.922	5.001.162
	Passivos por impostos (e taxas) correntes	2.563.509	2.390.179
	Passivos por impostos diferidos	2.595.414	2.610.983
17	Acréscimos e diferimentos	4.596.469	4.162.512
29	Outras provisões	59.771	59.771
	TOTAL PASSIVO	99.316.697	94.737.242
	CAPITAL PRÓPRIO		
18	Capital	34.850.000	34.850.000
18	Reservas de reavaliação	(1.583.164)	(4.335.341)
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através	(1.863.437)	(4.421.118)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	214.133	25.850
	Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	66.140	59.927
25	Reserva da componente financeira dos contratos de seguro	4.815.968	6.105.090
25	Reserva da componente financeira dos contratos de resseguro	(112.209)	(135.609)
	Reserva por impostos	(704.079)	(368.520)
19	Outras reservas	10.707.400	35.083.306
	Reserva legal	2.236.551	2.017.861
	Prêmios de emissão	8.400.463	33.012.364
	Outras reservas	70.386	53.081
	Resultados transitados	5.883.173	(24.114.894)
	Resultado do exercício	2.143.248	5.604.856
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	56.000.337	52.688.888
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	155.317.034	147.426.130

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

Notas	DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS	Exercício			Exercício anterior 2022
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
22	Réditos de contratos de seguro	102.015.976		102.015.976	94.748.938
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio	100.007.353		100.007.353	93.931.316
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Pelo modelo geral de mensuração	2.008.623		2.008.623	817.622
	Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis	506.785		506.785	462.861
	Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	349.704		349.704	(175.042)
	Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	856.749		856.749	430.092
	Alocação dos gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguro	295.384		295.384	99.711
23	Gastos de contratos de seguro	(100.971.995)		(100.971.995)	(80.407.750)
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis	(82.161.575)		(82.161.575)	(65.180.652)
	Sinistros ocorridos	(72.727.773)		(72.727.773)	(55.981.798)
	Outros gastos atribuíveis	(9.433.802)		(9.433.802)	(9.198.854)
	Gastos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(15.585.596)		(15.585.596)	(14.652.968)
	Alterações relativas a serviços passados	(2.580.672)		(2.580.672)	(229.022)
	Alterações relativas a serviços futuros	(644.152)		(644.152)	(345.108)
24	Réditos de contratos de resseguro cedido	62.132.727		62.132.727	46.488.597
	Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis – Parte dos resseguradores	61.681.530		61.681.530	43.137.942
	Alterações relativas a serviços passados – Parte dos resseguradores	451.198		451.198	3.350.654
	Alterações relativas a serviços futuros – Parte dos resseguradores	-		-	
	Efeito das variações no risco de incumprimento do ressegurador	-		-	
24	Gastos de contratos de resseguro cedido	(56.458.710)		(56.458.710)	(48.445.105)
	Mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Parte dos resseguradores	(46.931.294)		(46.931.294)	(41.283.336)
	Não mensurados pela abordagem da alocação de prêmio - Parte dos resseguradores	(9.527.417)		(9.527.417)	(7.161.769)
	Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis - Parte dos resseguradores	(6.462.067)		(6.462.067)	(4.417.627)
	Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado – Parte dos resseguradores	62.384		62.384	244.200
	Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos - Parte dos resseguradores	(3.127.734)		(3.127.734)	(2.988.343)
	Resultado de contratos de seguro líquidos de resseguro	6.717.998		6.717.998	12.384.680
	Perdas da componente financeira dos contratos de seguro	(145.042)		(145.042)	(95.549)
	Perdas da componente financeira dos contratos de resseguro cedido	(63.334)		(63.334)	(17.849)
25	Resultado da componente financeira dos contratos de seguro	(208.376)		(208.376)	(113.399)
26	Rendimentos	1.984.015	200.061	2.184.076	1.309.875
	De juros de ativos financeiros não mensurados ao justo valor por via de ganhos e perdas	1.883.450	200.061	2.083.510	1.309.875
	Outros	100.566		100.566	
31	Gastos financeiros	(828.304)	(43.341)	(871.644)	(537.991)
	Outros	(828.304)	(43.341)	(871.644)	(537.991)
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	30.151	-	30.151	14.171
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	(18.281)		(18.281)	7.993
	De outros	48.432		48.432	6.178
27	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	634.807		634.807	
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(7.972)	(3.175)	(11.147)	
	De ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	(6.213)		(6.213)	
	De ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	(1.759)	(3.175)	(4.934)	
31	Gastos não atribuíveis	(5.443.379)	-	(5.443.379)	(5.665.269)
	Gastos não atribuíveis diretamente a contratos de seguro	(5.443.379)		(5.443.379)	(5.665.269)
28	Outros rendimentos/gastos técnicos	3.813		3.813	(28.045)
	Resultado técnico	2.882.754	153.545	3.036.299	7.364.022
	Outros gastos não associados a contratos comercializados				
29	Outras provisões (variação)		-	-	10.756
30	Outros rendimentos/gastos		210.679	210.679	(15.736)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	2.882.754	364.224	3.246.978	7.359.042
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(923.506)	(723.675)
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(180.224)	(1.030.511)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			2.143.248	5.604.856

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022

Demonstração do Rendimento Integral	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	2.143.248	5.604.856
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	2.441.618	(6.212.249)
Por via de alienações	116.063	(399.468)
Prov perdas de credito instrumentos divida	11.131	-
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	188.283	2.350
Ajustamentos da componente financeira contratos de seguro	(1.265.722)	5.969.481
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(335.560)	143.383
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	17.306	(92.679)
Total do rendimento integral	3.316.367	5.015.674

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstração de Fluxos de Caixa - Método directo		Exercício	Exercício anterior
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		2023	2022
Recebimentos:		168.819.138	149.082.979
Clientes (prémios recebidos)	+	107.818.770	102.699.474
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	+	59.580.959	44.281.451
Juros e dividendos (Inv)	+	1.419.410	1.855.744
Recebimentos de taxas e impostos	+	-	-
Regularização c/c Seguradoras	+	-	246.309
Pagamentos:		165.230.488	146.187.109
Clientes (sinistros & estornos)	-	63.484.933	48.172.050
Comissões	-	13.232.583	12.594.589
Resseguradores	-	5.583.766	6.840.072
Outros prestadores	-	1.157.722	1.108.702
Fornecedores diversos	-	6.268.655	7.022.508
Pagamentos a colabores	-	5.064.382	4.838.594
Compra de activos financeiros (Inv)	-	53.342.265	49.165.236
Pagamento de taxas e impostos	-	15.990.467	15.121.475
Despesas de Viagem	-	61	(327)
Fundo Fixo Caixa	-	239	687
Regularização c/c Seguradoras	-	1.105.414	1.323.524
Fluxo das actividades operacionais		3.588.650	2.895.870
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos:		-	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	+	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	+	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	+	-	-
Juros de Emp. Conc.	+	-	-
Dividendos de participações	+	-	-
Pagamentos:		2.750.786	2.004.742
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	-	117.958	95.505
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	-	2.632.828	1.909.237
Fluxo das actividades de Investimentos		(2.750.786)	(2.004.742)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos:		-	-
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	+	-	-
Aumentos de Capital	+	-	-
Doações	+	-	-
Pagamentos:		26.851	551.572
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	-	-	-
Amort. De contratos de locação financeira	-	26.851	551.572
Dividendos	-	-	-
Fluxo das actividades de financiamento		(26.851)	(551.572)
4 = 1 + 2 + 3 + 4 Total do Fluxo de Caixa		811.013	339.556
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.995.175	1.655.619
Caixa e seus equivalentes no final do período		2.806.188	1.995.175

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Demonstração de variações do Capital Próprio	Reservas de reavaliação				Outras Reservas							
	Capital Social	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Provisão para perdas crédito em instrumentos mensurados ao justo valor	Reserva Componente financeira CS	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prémios de emissão	Outras Reservas	Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
Balanço a 31 de Dezembro 2021	34.850.000	2.190.599	23.500		-	(498.172)	1.787.024	33.012.365	145.759	(26.689.386)	2.308.373	47.130.062
Correcções de erros (IAS 8)												
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										719.623		719.623
Balanço de abertura alterado	34.850.000	2.190.599	23.500			(498.172)	1.787.024	33.012.365	145.759	(25.969.763)	2.308.373	47.849.685
Aumentos/reduções de capital												-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		(6.609.087)										(6.609.087)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			2.350									2.350
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas												
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro					5.969.481	(1.343.133)						4.626.348
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio												-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						1.486.516						1.486.516
Aumento de reservas por aplicação de resultados												-
Distribuição de reservas												-
Distribuição de lucros/prejuízos							230.837			2.077.536	(2.308.373)	-
Alterações de estimativas contabilísticas												-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									(92.679)	(161.399)		(254.078)
Total das variações do capital próprio	-	(6.609.087)	2.350		5.969.481	143.383	230.837	-	(92.679)	1.916.137	(2.308.373)	(747.951)
Resultado líquido do período											5.604.856	5.604.856
Distribuição antecipada de lucros												
Balanço a 31 de Dezembro 2022	34.850.000	(4.418.488)	25.850		5.969.481	(354.789)	2.017.861	33.012.365	53.080	(24.053.626)	5.604.856	52.706.590
Correcções de erros (IAS 8)												
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		(2.630)		59.927		(13.730)				(61.269)		(17.702)
Balanço de abertura alterado	34.850.000	(4.421.118)	25.850	59.927	5.969.481	(368.519)	2.017.861	33.012.365	53.080	(24.114.895)	5.604.856	52.688.888
Aumentos/reduções de capital												
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas		2.557.681										2.557.681
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			188.283									188.283
Provisão para perdas de crédito previstas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas				6.213								6.213
Ajustamentos da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro					(1.265.722)							(1.265.722)
Ganhos líquidos por diferenças por taxa de câmbio												-
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos						(335.560)						(335.560)
Aumento de reservas por aplicação de resultados												-
Distribuição de reservas								(24.611.902)		24.611.902		-
Distribuição de lucros/prejuízos							218.690			5.386.166	(5.604.856)	-
Alterações de estimativas contabilísticas												-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio									17.306			17.306
Total das variações do capital próprio	-	2.557.681	188.283	6.213	(1.265.722)	(335.560)	218.690	(24.611.902)	17.306	29.998.067	(5.604.856)	1.168.200
Resultado líquido do período											2.143.248	2.143.248
Distribuição antecipada de lucros												
Balanço a 31 de Dezembro 2023	34.850.000	(1.863.437)	214.133	66.140	4.703.759	(704.079)	2.236.551	8.400.463	70.386	5.883.173	2.143.248	56.000.337

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ÍNDICE

I) Introdução

II) Informação por Segmentos

III) Políticas Contabilísticas

IV) Gestão de Riscos

V) Notas ao Balanço

- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
- NOTA 4 – Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 5 – Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas
- NOTA 6 – Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
- NOTA 7 – Afetação dos Investimentos
- NOTA 8 – Outros ativos tangíveis e Inventários
- NOTA 9 – Ativos sob o Direito de Uso
- NOTA 10 – Outros ativos intangíveis
- NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos
- NOTA 14 – Ativos e passivos de contratos de seguro e resseguro
- NOTA 15 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 16 – Outros passivos financeiros
- NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 18 – Capital Próprio
- NOTA 19 – Reserva Legal e outras reservas
- NOTA 20 – Transações entre partes relacionadas
- NOTA 21 – Elementos extrapatrimoniais

VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas

- NOTA 22 – Réditos de contratos de seguro
- NOTA 23 – Custos com Sinistros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- NOTA 24 – Resultado de contratos de resseguro
- NOTA 25 – Componente financeira de contratos de seguro e resseguro
- NOTA 26 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos
- NOTA 28 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 29 – Outras Provisões (Variação)
- NOTA 30 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 31 – Gastos por natureza e função
- NOTA 32 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

I - INTRODUÇÃO

A VICTORIA - Seguros, S.A. foi constituída por escritura pública de 29 de outubro de 2002 pela transferência dos ativos e passivos da atividade de seguros dos ramos não vida da anterior empresa com a mesma denominação e objeto social. Esta empresa alterou na mesma data a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e o seu objeto social para o de uma sociedade de gestão de participações sociais.

A 30 de maio de 2003 foi outorgada a escritura de trespasse da carteira de seguros dos ramos não vida da sucursal em Portugal da CGU - International Insurance Plc (Commercial Union), incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os respetivos colaboradores. A 27 de novembro de 2012 foi celebrada a escritura de transferência da carteira da sucursal em Portugal da Asefa-Seguros e Reaseguros S.A. incluindo os ativos e passivos relacionados bem como os colaboradores.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada

no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o redimensionamento da estrutura, adequando-a assim à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 34.850.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro dos Ramos Não Vida.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMABTP com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023

e 2022, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

2023	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Premios brutos emitidos	104.049.591	46.112.038	20.013.646	13.623.052	10.721.331	13.579.524
Premios resseguro cedido	(59.762.412)	(32.218.929)	(13.913.406)	(1.655.331)	(2.237.126)	(9.737.619)
Réditos contratos seguro	102.015.976	44.802.862	19.435.355	13.724.331	10.638.112	13.415.316
Gastos de resseguro cedido	(56.458.710)	(32.219.027)	(10.935.977)	(1.653.465)	(2.158.680)	(9.491.561)
Sinistros pagos e outros gastos brutos	(82.161.575)	(35.243.791)	(19.564.068)	(11.543.999)	(6.671.429)	(9.138.288)
Gastos de aquisição atribuíveis	(15.585.596)	(6.155.842)	(3.236.076)	(1.542.107)	(1.733.197)	(2.918.374)
Resultado de contratos de seguro	1.043.981	239.962	(6.408.143)	1.333.196	2.417.962	3.461.004
Resultado de contratos de resseguro	5.674.017	1.537.564	8.818.644	(3.000.448)	(859.983)	(821.760)
Resultado investimentos	1.812.698	359.271	330.444	270.513	604.224	248.245
Resultado técnico	2.885.958	164.751	1.392.430	(2.040.191)	1.382.858	1.982.906
Ativos financeiros afectos à representação	100.972.058	20.041.726	19.823.022	15.402.387	35.311.468	10.393.455
Ativos e Passivos de Contratos	80.263.781	16.129.482	15.953.470	12.395.765	27.420.463	8.364.601

2022	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Premios brutos emitidos	97.936.954	41.410.833	19.602.288	13.532.535	10.516.827	12.874.471
Premios resseguro cedido	(54.524.586)	(28.176.757)	(13.787.574)	(1.444.750)	(2.011.049)	(9.104.456)
Réditos contratos seguro	94.748.938	40.777.107	17.470.395	13.183.872	10.451.297	12.866.267
Gastos de resseguro cedido	(48.445.105)	(28.124.565)	(7.550.661)	(1.451.037)	(2.002.298)	(9.316.544)
Sinistros pagos e outros gastos brutos	(65.180.652)	(31.723.287)	(8.516.888)	(11.624.088)	(6.718.712)	(6.597.677)
Gastos de aquisição atribuíveis	(14.652.968)	(5.481.812)	(2.921.315)	(1.486.263)	(1.729.720)	(3.033.858)
Resultado de contratos de seguro	14.341.188	2.628.134	4.861.921	2.936.856	4.969.735	(1.055.458)
Resultado de contratos de resseguro	(1.956.508)	(949.946)	(2.105.512)	(1.018.775)	(1.177.467)	3.295.192
Resultado investimentos	611.838	49.542	77.062	67.050	370.256	47.928
Resultado técnico	7.189.805	(47.239)	1.542.271	1.142.150	3.324.291	1.228.332
Ativos financeiros afectos à representação	97.127.535	15.068.540	15.349.609	16.342.952	37.386.265	12.980.169
Ativos e Passivos de Contratos	74.230.654	12.127.086	12.353.289	13.152.727	26.151.176	10.446.376

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF,

nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas. As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2023 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2023. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para

todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A apresentação das Demonstrações Financeiras e as respetivas notas às contas, respeitam as exigências de informação estabelecidas na IAS 1, bem como a informação requerida pelo órgão de supervisão, através do Plano de Contas para o Setor Segurador, aprovado pela Norma Regulamentar n.º 9/2022-R de 25 de novembro.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Companhia operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira,

comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Companhia dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 28 de março de 2024.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2024 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Contratos de Seguros

A VICTORIA-Seguros, S.A. adotou a IFRS 17 – Contratos de Seguro a partir de 1 de janeiro de 2023. Esta resulta em mudanças significativas a nível da contabilização de contratos de seguro e de resseguro, que estão detalhadas abaixo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Classificação dos contratos

Contratos de seguro

Atualmente a VICTORIA-Seguros, S.A. emite contratos que incluem risco de seguro.

A VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece como contratos de seguro, os contratos em que a VICTORIA-Seguros, S.A. aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador de seguro), aceitando compensar o tomador de seguro no caso de um acontecimento futuro incerto especificado (o acontecimento coberto pelo seguro) afetar adversamente o tomador de seguro.

Os ativos financeiros detidos pela VICTORIA-Seguros, S.A. para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros da VICTORIA-Seguros, S.A.

Contratos de resseguro cedido

A VICTORIA-Seguros, S.A. celebra acordos com o intuito de transferir o risco de seguro, juntamente com os respetivos prémios, para uma ou mais entidades resseguradoras. Se, a entidade resseguradora não tiver a capacidade de cumprir com as suas obrigações, a VICTORIA-Seguros, S.A. continua responsável perante os seus tomadores de seguro pela parcela ressegurada.

Nível de agregação

A VICTORIA-Seguros, S.A. determina o nível de agregação para os contratos de seguro emitidos dividindo-os por portfólios. Cada portfólio deve incluir contratos de seguro sujeitos a riscos semelhantes e geridos em conjunto.

A VICTORIA-Seguros, S.A. agrupou os seus portfólios da seguinte forma:

- Acidentes de trabalho;
- Saúde grupo e saúde individual;
- Acidentes pessoais;
- Automóvel frotas e automóvel individual;
- Avaria de máquinas;
- Caução;
- Decenal;
- Incêndio e outros danos;
- Marítimo;
- Mercadorias transportadas;
- Obras;
- Perdas pecuniárias;
- Responsabilidade civil.

No reconhecimento inicial, os contratos de seguro inseridos em cada portfólio são divididos em grupos de:

- Contratos que são onerosos;
- Contratos que não apresentam uma possibilidade significativa de se tornarem posteriormente onerosos;
- Restantes contratos do portfólio.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A VICTORIA-Seguros, S.A. aplicou a metodologia anteriormente referida para os contratos de resseguro cedido, conforme previsto no normativo. Neste âmbito, a VICTORIA-Seguros, S.A. definiu os seguintes portfólios IFRS 17:

- Bouquet;
- Acidentes de trabalho;
- Auto;
- Incêndio e outros danos e Incêndio e outros danos CAT;
- Caução;
- Bens em leasing;
- Facultativos (IOD, Obras, Marítimo, RC);
- Fronting SMA RC;
- Marine XL;
- Obras;
- Perdas pecuniárias;
- Saúde;
- Decenal;
- IGPSaude;
- Assistências;
- Responsabilidade civil.

A norma IFRS 17 não permite que sejam incluídos num mesmo portfólio contratos emitidos com mais de um ano de intervalo. Neste sentido, cada portfólio deverá ser desagregado em *cohorts* anuais, ou *cohorts* que consistem em períodos inferiores a um ano.

A VICTORIA-Seguros, S.A. separa os seus contratos em *cohorts* anuais, que têm por base o ano civil (1 de janeiro a 31 de dezembro).

Separação de componentes

O normativo exige que a VICTORIA-Seguros, S.A. separe as componentes de investimento distintas do contrato de seguro de acolhimento. A VICTORIA-Seguros, S.A. não detém, ao momento, componentes de investimento distintas pelo que não necessita de efetuar esta separação. A VICTORIA-Seguros, S.A. também não identificou componentes de investimento não distintas relevantes.

De notar, que no caso dos tratados de resseguro em que estão previstas comissões *sliding scale*, a comissão máxima que poderá ser obtida será considerada pela VICTORIA-Seguros, S.A. como uma componente de investimento não distinta.

Reconhecimento inicial

A VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece um dado grupo de contratos de seguro por si emitidos a partir da primeira das seguintes ocorrências:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data em que o primeiro pagamento de um tomador de seguro do grupo se torna exigível;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- data em que o grupo se torna oneroso, no caso de grupos de contratos onerosos.

No caso dos grupos de contratos de resseguro cedidos a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece-os a partir da primeira das seguintes datas:

- o início do período de cobertura do grupo de contratos de resseguro cedidos;
- a data em que a entidade reconhece um grupo oneroso de contratos de seguro subjacentes. No entanto, se a VICTORIA-Seguros, S.A. celebra um contrato de resseguro conexo cedidos no grupo de contratos de resseguro cedidos reconhece-o nessa data ou antes.

Modelos de mensuração

O normativo introduz três modelos de mensuração, o modelo geral de mensuração, o modelo de imputação dos prémios e o modelo da comissão variável. O intuito dos mesmos é que os proveitos de contratos de seguro sejam reconhecidos em ganhos e perdas ao longo do tempo, à medida que os serviços vão sendo prestados. Os modelos têm por base o valor

atual dos fluxos de caixa futuros estimados, um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros, um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro e também uma margem de serviços contratuais que representa o lucro ainda não realizado.

Atendendo ao tipo de produtos detidos pela VICTORIA-Seguros, S.A. e também aos requisitos de aplicabilidade de cada um dos modelos de mensuração, a VICTORIA-Seguros, S.A. irá aplicar o modelo geral de mensuração e a abordagem da imputação dos prémios.

De salientar que a VICTORIA-Seguros, S.A., ao analisar os seus portfólios, concluiu que nenhum cumpria com as três condições de elegibilidade definidas no normativo para aplicar o modelo da comissão variável.

A alocação dos modelos de mensuração aos produtos da VICTORIA-Seguros, S.A. foi efetuada da seguinte forma:

IFRS 17 Portfolios	Modelo de mensuração
Seguro direto	
Acidentes de Trabalho	Abordagem de imputação dos prémios
Saúde (Grupo e Individual)	
Acidentes Pessoais	
Automóvel (Frotas e Individual)	

IFRS 17 Portfolios	Modelo de mensuração
Avaria de Máquinas	
Caução	
Incêndio e outros danos - Habitação e condomínios	
Incêndio e outros danos - Multirriscos empresarial	
Incêndio e outros danos - Bens em leasing	
Incêndio e outros danos - Outros	
Marítimo e Transportes	
Perdas pecuniárias	
Responsabilidade Civil	Abordagem de imputação dos prêmios
Obras	Modelo geral de mensuração
Decenal	
Resseguro	
Bouquet	Abordagem de imputação dos prêmios
Auto	
Caução	
Facultativos Eng	
Facultativos IOD	
Facultativos Marítimo	
Facultativos RC	
Fronting SMA RC	
MarineXL	
Perdas Pecuniárias	
Saúde	
Decenal	
IGPSAUDE	
Assistências	
Incêndios e Outros Danos CAT	
Responsabilidade Civil	Modelo geral de mensuração

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

IFRS 17 Portfolios	Modelo de mensuração
Acidentes de Trabalho	
Incêndio e Outros Danos	
Obras	

Fronteiras Contratuais

O normativo prevê que a VICTORIA-Seguros, S.A. inclua, no cálculo dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos de seguro e dos contratos de resseguro detido, as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro dos limites de cada contrato do grupo. Os fluxos de caixa inscrevem-se dentro dos limites de um contrato de seguro se decorrem de direitos e obrigações de caráter substantivo existentes durante o período de relato por via dos quais a VICTORIA-Seguros, S.A. pode obrigar o tomador de seguro a pagar os prêmios ou a VICTORIA-Seguros, S.A. tem uma obrigação material de prestar serviços de contratos de seguro ao tomador de seguro.

As fronteiras contratuais definidas pela VICTORIA-Seguros, S.A. estão alinhadas com o período de cobertura dos contratos/tratados.

Uma obrigação material de prestação de serviços de contratos de seguro termina quando:

- a VICTORIA-Seguros, S.A. tiver a possibilidade prática de reavaliar os riscos do tomador de seguro, pelo que pode fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente esses riscos; ou

- estiverem preenchidos ambos os seguintes critérios:

- i. a VICTORIA-Seguros, S.A. tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos da carteira de contratos de seguro que contém o contrato e, consequentemente, puder fixar um preço ou nível de benefícios que reflita plenamente o risco dessa carteira; e
- ii. a tarificação dos prêmios até à data em que os riscos são reavaliados não tem em conta os riscos que dizem respeito a períodos posteriores à data de reavaliação.

No caso dos contratos de resseguro cedidos, a obrigação substantiva de receber serviços termina quando o ressegurador tem a possibilidade prática de reavaliar os riscos de seguro que lhe foram transferidos e, consequentemente, puder definir o preço ou o nível de benefícios que reflitam esse mesmo risco, ou quando o ressegurador tiver o direito substantivo de cessar a cobertura.

A VICTORIA-Seguros, S.A. não reconhece ativos ou passivos relativos a prêmios ou sinistros que não estejam inseridos nas fronteiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

contratuais – estes montantes dizem respeito a contratos de seguro futuros.

Aplicação dos modelos de mensuração aos contratos de seguro

1. Modelo geral de mensuração

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, a VICTORIA-Seguros, S.A. para mensurar os portfólios de contratos de seguro considera o produto resultante da soma:

- dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos, que compreendem:
 - i. as estimativas dos fluxos de caixa futuros que se inscrevam dentro das fronteiras contratuais;
 - ii. um ajustamento para refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros inerentes aos fluxos de caixa futuros, na medida em que não estejam incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa futuros; e
 - iii. um ajustamento pelo risco para o risco não financeiro
- e da margem de serviços contratuais.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A metodologia seguida pela VICTORIA-Seguros, S.A. para apurar o valor das estimativas dos fluxos de caixa futuros:

- incorpora, de uma forma imparcial, todas as informações razoáveis e justificáveis disponíveis sem custos ou esforços indevidos sobre a quantia, a calendarização e a incerteza desses fluxos de caixa futuros;
- reflete a perspectiva da VICTORIA-Seguros, S.A., desde que as estimativas das variáveis de mercado relevantes sejam coerentes com os preços de mercado observáveis para aquelas variáveis;
- é corrente - as estimativas refletem as condições existentes à data de mensuração, incluindo os pressupostos para o futuro vigentes nessa data
- é explícita - a VICTORIA-Seguros, S.A. calcula o ajustamento para os riscos não financeiros separadamente das outras estimativas. Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros, S.A. também estima os fluxos de caixa separadamente do ajustamento para o valor temporal do dinheiro e para o risco financeiro.

De notar que a VICTORIA-Seguros, S.A. também inclui nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros do grupo de contratos de resseguro cedidos o efeito de qualquer risco de desempenho do emitente do contrato de resseguro, incluindo os efeitos das cauções e das perdas resultantes de litígios.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Taxa de desconto

A VICTORIA-Seguros, S.A. mensura o valor temporal do dinheiro através da utilização de taxas de desconto que reflitam as características de liquidez dos contratos de seguro e que sejam coerentes com os preços de mercado correntes observáveis. As taxas de desconto excluem o efeito de fatores que influenciam esses preços de mercado observáveis, mas não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros, S.A., para apurar a taxa de desconto, aplica a abordagem *top-down*.

Seguindo esta abordagem, a taxa de desconto que a VICTORIA-Seguros, S.A. aplica resulta da *yield curve* de um portfólio de ativos subjacentes, ou seja de um portfólio de referência, ajustado de forma a refletir as características das responsabilidades.

De notar que as curvas de desconto utilizadas pela VICTORIA-Seguros, S.A. para o resseguro são idênticas às utilizadas no seguro direto.

As taxas de desconto apuradas são as seguintes:

2023	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Direto LRC - Obras e Decenal	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
Direto LIC - AT Pensões	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
Direto LIC - Outros portfolios (*)	EUR	0,62%	0,64%	0,74%	0,98%	1,07%
Resseguro - AT Pensões	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
Resseguro - Resp. Civil e IOD	EUR	3,54%	2,65%	2,76%	3,00%	3,09%
Resseguro - Obras	EUR	3,94%	3,02%	3,13%	3,38%	3,46%
2022	Moeda	1 ano	5 anos	10 anos	20 anos	30 anos
Direto LRC - Obras e Decenal	EUR	3,33%	3,51%	3,61%	3,65%	3,58%
Direto LIC - AT Pensões	EUR	3,33%	3,51%	3,61%	3,65%	3,58%
Direto LIC - Outros portfolios (*)	EUR	-2,85%	0,97%	1,07%	1,11%	1,04%
Resseguro - AT Pensões	EUR	3,33%	3,51%	3,61%	3,65%	3,58%
Resseguro - Resp. Civil e IOD	EUR	2,79%	2,98%	3,09%	3,13%	3,07%
Resseguro - Obras	EUR	3,33%	3,51%	3,61%	3,65%	3,58%

(*) Curva de desconto real convertida a partir da curva nominal através da metodologia da equação de Fisher

Ajustamento de risco

O ajustamento de risco reflete a compensação que a VICTORIA-Seguros, S.A. exige para suportar a incerteza sobre o montante e a ocorrência dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A norma não prevê uma metodologia específica para o cálculo do ajustamento de risco, ditando que deverá ser utilizado

julgamento por parte de cada entidade para determinar qual a técnica mais adequada para estimar esta métrica.

Neste sentido, a VICTORIA-Seguros, S.A. optou por utilizar o método do *Value at Risk* para apurar o ajustamento de risco. Esta metodologia permite a seleção, à priori, do nível de confiança pretendido pela VICTORIA-Seguros, S.A. para o nível de prudência a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

considerar no cálculo das responsabilidades com os grupos de contratos, obtendo assim um ajustamento de risco que implicitamente corresponderá ao nível de confiança definido. O nível de confiança definido pela VICTORIA-Seguros, S.A. é de 75%.

Margem de serviços contratuais

A margem de serviços contratuais corresponde aos lucros não realizados que a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhecerá ao prestar serviços relativos a contratos de seguro no futuro.

A VICTORIA-Seguros, S.A. mensura a margem de serviços contratuais no reconhecimento inicial de um grupo de contratos de seguro como a quantia que corresponde à ausência de rendimentos ou gastos resultantes:

- do reconhecimento inicial de uma quantia de fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- de quaisquer fluxos de caixa decorrentes dos contratos do grupo nessa data;
- do desreconhecimento na data do reconhecimento inicial de:
 - i. qualquer ativo para fluxos de caixa de aquisição de seguro; e
 - ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Nos portfólios de contratos de resseguro cedidos não existe um lucro não realizado, mas sim um custo líquido ou um lucro líquido na aquisição do resseguro. Assim, no reconhecimento inicial, a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece qualquer custo líquido ou ganho líquido na compra do grupo de contratos de resseguro cedidos como uma margem de serviços contratuais mensurada por um montante igual à soma do seguinte:

- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos;
- a quantia desreconhecida nessa data de qualquer ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos de resseguro cedidos;
- quaisquer fluxos de caixa que surjam nessa data; e
- qualquer rendimento reconhecido nos lucros ou perdas.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros, S.A. classifica, na data do reconhecimento inicial, um contrato de seguro como sendo oneroso se os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos a ele imputados, acrescidos de quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros previamente reconhecidos e de quaisquer fluxos de caixa dele decorrentes nessa data de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

reconhecimento inicial, representarem uma saída líquida de fluxos de caixa.

Quando o fluxo de caixa associado a um grupo de contratos de seguro é negativo, a VICTORIA-Seguros, S.A. reconhece uma componente de perda em ganhos e perdas que leve a que a quantia escriturada de passivo do grupo seja igual aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos e a que a margem de serviços contratuais do grupo seja igual a zero.

Mensuração subsequente

Na mensuração subsequente a quantia escriturada de um grupo de contratos de seguro no final de cada período de relato corresponde à soma dos passivos de cobertura remanescente e dos passivos para sinistros ocorridos. Os passivos de cobertura remanescente correspondem aos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros imputados ao grupo nessa data e à margem de serviços contratuais do grupo de contratos nessa data. Os passivos para sinistros ocorridos compreendem os fluxos de caixa relativos a sinistros incorridos, incluindo eventos que já ocorreram para os quais ainda não foram reportados sinistros e outras despesas de seguro incorridas.

Estimativa dos fluxos de caixa futuros

A VICTORIA-Seguros, S.A. atualiza os valores dos fluxos de caixa futuros estimados no final de cada período de relato, tendo em conta atualizações nas estimativas para os mesmos, para a taxa de desconto e para o ajustamento de risco para risco não financeiro.

Margem de serviços contratuais

O valor da margem de serviços contratuais para um portfólio de contratos de seguro sem participação nos resultados no final do período de relato é igual à quantia escriturada no início do período de relato, ajustada para refletir:

- o efeito de quaisquer novos contratos acrescentados ao portfólio;
- os juros acrescidos sobre a quantia escriturada da margem de serviços contratuais durante o período de referência, mensurados de acordo com as taxas de desconto especificadas no normativo;
- as alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à prestação de serviços futuros exceto na medida em que
 - i. esses aumentos dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos excedam a quantia escriturada da margem de serviços contratuais, dando origem a uma perda; ou

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- ii. essas diminuições dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos sejam imputadas à componente de perda do passivo de cobertura remanescente
 - o efeito de quaisquer variações cambiais sobre a margem de serviços contratuais; e
 - a quantia reconhecida como receita de seguros devido à transferência de serviços de contratos de seguro no período, determinada pela imputação da margem de serviços contratuais remanescente no fim do período de relato.
- temporal do dinheiro e a ajustes no risco financeiro;
 - diferenças entre qualquer componente de investimento não distinta com vencimento previsto no período e as componentes de investimento não distintas que efetivamente vençam no período;
 - diferenças entre qualquer empréstimo a um tomador de seguro que se prevê que se torne reembolsável no período e o empréstimo efetivo a um tomador de seguro que se torna reembolsável no período.
 - alterações no ajustamento pelo risco para o risco não financeiro relativos a serviços futuros.

As alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com serviços futuros anteriormente referidas incluem:

- ajustamentos em função da experiência resultantes dos prémios recebidos no período que dizem respeito a serviços futuros;
 - alterações nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente mensuradas com recurso às taxas de desconto determinadas no reconhecimento inicial, com exceção daquelas que se referem ao efeito do valor
- O valor da margem de serviços contratuais inerente a um dado portfólio é reconhecido pela VICTORIA-Seguros, S.A. nos lucros ou perdas de cada período de reporte para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no âmbito desse grupo nesse período. O valor é apurado mediante:
- identificação das unidades de cobertura do grupo. O número de unidades de cobertura de um grupo é a quantidade de serviços de contratos de seguro previstos pelos contratos do grupo, determinada pela análise, para cada contrato, da quantidade das prestações previstas no quadro de um

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

contrato e do período esperado da sua cobertura.

- a imputação da margem de serviços contratuais no final do período (antes do reconhecimento de quaisquer quantias nos resultados, para refletir os serviços de contratos de seguro prestados no período), por igual, a cada unidade de cobertura prevista no atual período e para o futuro.
- reconhecimento nos resultados da quantia afetada a unidades de cobertura previstas no período.

Contratos onerosos

A VICTORIA-Seguros, S.A. conclui que um grupo de contratos de seguro se torna oneroso (ou mais oneroso) na mensuração subsequente se as seguintes quantias excederem a quantia escriturada na margem de serviços contratuais: alterações desfavoráveis relativas a serviço futuro nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos imputados ao grupo resultantes de alterações nas estimativas dos fluxos de caixa e do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro.

1. Abordagem da imputação dos prêmios

Esta abordagem é uma abordagem simplificada pelo que importa salientar que a VICTORIA-Seguros, S.A. apenas a aplicou

porque foram preenchidos os requisitos descritos na norma.

Estes requisitos referem que uma VICTORIA-Seguros, S.A. só pode aplicar esta abordagem se:

- tiver razões para crer que esta simplificação conduzirá a uma mensuração do passivo de cobertura remanescente do grupo que não será significativamente diferente daquela que seria obtida pela aplicação do modelo geral de mensuração;
- o período de cobertura de cada contrato do grupo (incluindo os serviços de contratos de seguro decorrentes de todos os prêmios dentro dos limites contratuais) é igual ou inferior a um ano.

Mensuração no reconhecimento inicial

No reconhecimento inicial, para apurar a quantia escriturada do passivo a VICTORIA-Seguros, S.A. considerou:

- os prêmios eventualmente recebidos no reconhecimento inicial, se for o caso;
- menos quaisquer fluxos de caixa de aquisição de seguros nessa data; e
- mais ou menos qualquer quantia decorrente do desreconhecimento nessa data do seguinte:
 - i. quaisquer ativos para fluxos de caixa de aquisição de seguros;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- ii. qualquer outro ativo ou passivo reconhecido anteriormente por fluxos de caixa relacionados com o grupo de contratos.

Os fluxos de caixa de aquisição anteriormente referidos, podem ser diferidos ao longo do período de cobertura dos contratos ou reconhecidos como gastos quando incorridos. A VICTORIA-Seguros, S.A. optou por diferir os custos de aquisição ao longo da duração dos contratos.

Mensuração subsequente

Para mensurar a quantia escriturada do passivo no final de cada período de relato subsequente, a VICTORIA-Seguros, S.A. teve em consideração:

- a quantia escriturada no início do período do relato;
- mais os prêmios recebidos durante o período;
- menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros;
- mais quaisquer quantias respeitantes à amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidas como gastos no período de relato;
- mais qualquer ajustamento de uma componente de financiamento;
- menos o montante reconhecido como crédito de seguros por serviços prestados nesse período;

- menos qualquer componente de investimento paga ou transferida para o passivo para sinistros ocorridos.

Conforme mencionado no normativo, não é imperativo ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro e pelo efeito do risco financeiro se a entidade tiver a expectativa de que esses fluxos de caixa irão ser pagos ou recebidos no espaço de um ano ou menos a contar da data de participação dos sinistros.

No caso da VICTORIA-Seguros, S.A. os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, uma vez que o período entre o recebimento do prêmio e a prestação do serviço não é superior a um ano.

À luz do normativo a VICTORIA-Seguros, S.A. teria de mensurar os passivos para sinistros ocorridos do grupo de contratos de seguro como os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos relacionados com sinistros ocorridos, em linha com a metodologia que é aplicada para o modelo geral de mensuração. No entanto, a norma prevê uma exceção em que não é necessário ajustar os fluxos de caixa futuros pelo valor temporal do dinheiro se o período entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação dos mesmos for igual ou inferior a um ano. Como na VICTORIA-Seguros, S.A. a diferença entre a data de ocorrência dos sinistros e a liquidação

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

dos mesmos nem sempre é inferior a um ano, a VICTORIA-Seguros, S.A. considera o efeito do valor temporal do dinheiro para mensurar os passivos para sinistros ocorridos.

Para os contratos de resseguro cedido a aplicação desta abordagem é efetuada em linha com o procedimento acima descrito. Os fluxos de caixa futuros não são ajustados pelo efeito do valor temporal do dinheiro e dos riscos financeiros, e os fluxos de caixa relativos a serviços passados são apurados através de uma percentagem dos fluxos de caixa relativos a serviços passados do seguro direto.

Adicionalmente, a VICTORIA-Seguros, S.A. apura o ajustamento relativo ao risco de incumprimento da contraparte com base nas probabilidades de *default* definidas pela EIOPA, à semelhança do que já é aplicado atualmente em Solvência II.

As curvas de desconto utilizadas pela VICTORIA-Seguros, S.A. são idênticas às utilizadas no seguro direto.

Contratos onerosos

Se, ao longo do período de cobertura, surgirem factos ou circunstâncias que indiquem que um grupo de contratos de seguro é oneroso, a VICTORIA-Seguros, S.A. apura a diferença entre:

- a quantia escriturada do passivo de cobertura remanescente; e

- os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes à cobertura remanescente do grupo. No entanto, se não proceder ao ajustamento do passivo para sinistros ocorridos, para o valor temporal do dinheiro e para os efeitos do risco financeiro, a VICTORIA-Seguros, S.A. não deve incluir esses ajustamentos nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos.

Rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE)

Os rendimentos e perdas da componente financeira dos contratos de seguro (IFIE) compreendem a variação do valor contabilístico de grupos de contratos de seguros decorrentes do:

- efeito do valor temporal do dinheiro e das suas respetivas variações; e
- efeito do risco financeiro e respetivas variações.

O normativo define que, neste âmbito, uma entidade faça uma opção da política contabilística quanto à necessidade de desagregar os rendimentos ou gastos financeiros do período entre os resultados e outro rendimento integral. A política contabilística selecionada pela entidade deve ser aplicada a portfólios de contratos de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

seguro. De acordo com a IAS 8.13, a escolha da política contabilística deve ser aplicada de forma consistente a portfólios similares de contratos de seguro.

A VICTORIA-Seguros, S.A. optou pela opção de desagregar o impacto do valor temporal do dinheiro e do risco financeiro entre resultados e outro rendimento integral.

Transição

No momento da transição, o normativo requer que a VICTORIA-Seguros, S.A. aplique a abordagem retrospectiva para reconhecer e mensurar tanto os contratos de seguro como os de resseguro cedido. À luz desta abordagem, a IFRS 17 teria de ser aplicada como se estivesse desde sempre em vigor.

No entanto, se tal for impraticável o normativo prevê duas possíveis alternativas: a abordagem retrospectiva modificada e a abordagem do justo valor.

A VICTORIA-Seguros, S.A. aplicou, aos seus contratos, a abordagem retrospectiva e a abordagem do justo valor.

2 - Abordagem retrospectiva

Esta abordagem seria a que, idealmente, as entidades deveriam de aplicar à transição. No entanto, para tal seria necessário que existissem dados históricos completos e que o acesso aos mesmos não fosse nem demasiado

custoso nem fossem requeridos esforços indevidos.

Ao aplicar esta abordagem, e tal como o nome indica, seria como se o regime da IFRS 17 tivesse sido sempre aplicado.

Como a VICTORIA-Seguros, S.A. tem acesso aos dados históricos necessários aplicou esta abordagem aos portfólios IFRS 17 que são mensurados através da abordagem da imputação dos prémios.

3 - Abordagem do justo valor

A aplicação da abordagem do justo valor apenas requer a mensuração dos contratos à data de transição, pelo que não é necessário utilizar informação histórica dos mesmos.

Tendo em conta esta abordagem, a margem de serviços contratuais ou a componente de perda do passivo de cobertura remanescente, à transição, corresponde à diferença entre o justo valor de um grupo de contratos nessa data e os fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos respetivos contratos mensurados nessa data.

A VICTORIA-Seguros, S.A. para apurar o justo valor, anteriormente referido, aplicou, quando necessário, a IFRS 13 – Mensuração pelo justo valor.

A VICTORIA-Seguros, S.A. aplicou esta abordagem aos portfólios IFRS 17 que são mensurados através do modelo geral de mensuração.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A abordagem do justo valor é uma abordagem menos complexa do que a abordagem retrospectiva, pelo que a norma permite que a divisão em *cohorts* anuais seja opcional e que apenas seja aplicada quando existe informação disponível para tal. Adicionalmente, o

normativo também prevê que a taxa *locked-in* (taxa na data do reconhecimento inicial dos contratos) possa ser considerada a taxa à data da transição. Neste âmbito, A VICTORIA-Seguros, S.A. optou por não considerar a separação em *cohorts* anuais.

	Abordagem retrospectiva total	Abordagem do justo valor	Total
Ativos de contratos de seguro			
Passivos de contratos de seguro	1.831.262	75.321.767	
Total	1.831.262	75.321.767	77.153.029
Ativos de contratos de resseguro	12.503.175	4.145.358	
Passivos de contratos de resseguro			
Total	12.503.175	4.145.358	16.648.533

Terrenos e edifícios

Relativamente aos investimentos em terrenos e edifícios, a Companhia considera terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da Companhia em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de

reavaliação, se positivas, e em Resultados, se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Os imóveis encontram-se a ser valorizados pelo modelo de revalorização, sendo objeto de avaliação externa independente.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. controle é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controle. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Reconhecimento inicial

A classificação dos instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende dos seus termos contratuais e do modelo de negócio para a gestão dos instrumentos tal como descrito abaixo. Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos na data da transação e mensurados pelo seu justo valor. Com exceção dos ativos e passivos financeiros registrados ao justo valor, os custos de transação são adicionados a este valor.

Categorias de mensuração

A Companhia classifica todos os seus ativos financeiros com base no modelo de negócio para a gestão dos ativos e nos termos contratuais do ativo.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia determina o seu modelo de negócio ao nível que melhor reflete a forma

como gere os grupos de ativos financeiros para atingir o seu objetivo de negócio.

A Companhia detém ativos financeiros para gerar retornos e fornecer uma base de capital para a regularização de sinistros à medida que estes surgem. A Companhia considera o momento, o montante e a volatilidade dos requisitos de fluxos de caixa para suportar as carteiras de responsabilidades de seguros na determinação do modelo de negócio para os ativos, bem como o potencial para maximizar o retorno para os acionistas e o desenvolvimento futuro do negócio.

O modelo de negócio da Companhia não é avaliado instrumento a instrumento, mas a um nível agregado. A frequência, o valor e o momento previstos para a venda de ativos são também aspetos importantes da avaliação.

Os modelos de negócio previstos são:

- HTC (Hold to Collect) - Deter os ativos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros).
- HTC&S (Hold to Collect & Sale) - Modelo de gestão híbrido de deter os ativos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais (capital e juros) e vender sempre que exista oportunidades de mercado ou necessidade para fazer face a responsabilidades no âmbito de compromissos assumidos com clientes.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- Outros Modelos de Negócio - Opção de Justo Valor (títulos pertencentes a carteiras unit-linked ou de trading).

Teste SPPI (Solely Payments of Principal and Interest)

Como segundo passo do processo de classificação, a Companhia avalia os termos contratuais dos ativos para identificar se estes cumprem o teste SPPI.

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de dívida são tipicamente a consideração do valor temporal do dinheiro e o risco de crédito. Para fazer a avaliação do SPPI, a Companhia aplica o seu julgamento e considera fatores relevantes, tais como a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período para o qual a taxa de juro é definida.

As categorias são as seguintes:

- Custo amortizado
- Justo valor através de reservas (FVOCI)
- Justo valor através de resultados (FVPL).

I. Instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado

Os instrumentos de dívida são detidos ao custo amortizado se ambas as condições seguintes forem satisfeitas:

- Os instrumentos são detidos no âmbito de um modelo de negócio com o objetivo de deter o instrumento para receber os fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do instrumento de dívida dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida, ou seja, cumprem o estabelecido no denominado Teste SPPI.

Esta categoria corresponde aos ativos anteriormente classificados como HTM – Deter até à maturidade (IAS 39) e que agora são classificados como Custo Amortizado (CA), assumindo explicitamente um modelo de negócio segregado dos demais ativos e o objetivo de manutenção dos mesmos até à maturidade para recolha dos seus cash-flows contratuais.

II. Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de reservas

A Companhia aplica a nova categoria ao abrigo da IFRS 9 para instrumentos de dívida mensurados ao FVOCI quando ambas as condições seguintes são cumpridas:

- O instrumento é detido no âmbito de um modelo de negócio, cujo objetivo é tanto a recolha de fluxos de caixa contratuais como a venda de ativos financeiros;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- Os termos contratuais do ativo financeiro cumprem o teste SPPI.

Estes instrumentos incluem maioritariamente instrumentos de dívida que tinham sido anteriormente classificados como disponíveis para venda ao abrigo da IAS 39. Os instrumentos de dívida nesta categoria são aqueles que se destinam a ser detidos para receber fluxos de caixa contratuais e que podem ser vendidos em resposta a necessidades de liquidez ou em resposta a alterações nas condições de mercado.

III. Ativos financeiros mensurados pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros desta categoria são os que são geridos segundo um modelo de negócio de justo valor, ou que foram designados pela gestão no momento do reconhecimento inicial, ou que são obrigados a ser mensurados ao justo valor nos termos da IFRS 9. Esta categoria inclui os instrumentos de dívida cujas características de fluxos de caixa não cumprem o critério SPPI ou não são detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em receber fluxos de caixa contratuais, ou em receber fluxos de caixa contratuais e vender.

Mensuração subsequente

I. Instrumentos de dívida ao custo amortizado

Após a mensuração inicial, os instrumentos de dívida são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva (TJE), menos a provisão para imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e as comissões ou custos que são parte integrante da TJE. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas na demonstração de resultados quando os investimentos estão em imparidade.

II. Instrumentos de dívida ao justo valor através de reservas

Os instrumentos de dívida registados ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) são subsequentemente mensurados ao justo valor com os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor reconhecidos em OCI. Os rendimentos de juros e os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos nos resultados da mesma forma que os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, tal como adiante. O cálculo da ECL para instrumentos de dívida ao FVOCI é também explicado mais adiante. Quando a Empresa detém mais do que um investimento no mesmo título, considera-se que estes são alienados numa base de “FIFO”. Aquando do desreconhecimento, os ganhos ou perdas acumuladas anteriormente reconhecidos no OCI são reclassificados de OCI para ganhos e perdas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

III. Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registrados na demonstração da posição financeira pelo justo valor. As variações do justo valor são registradas nos resultados. Os juros vencidos relativos a ativos obrigatoriamente mensurados ao justo valor através de resultados são registrados à taxa de juro contratual. Os rendimentos de dividendos de instrumentos de capital próprio mensurados ao FVPL são registrados nos resultados como outros juros e proveitos similares quando o direito ao pagamento tiver sido estabelecido.

Reclassificação dos ativos e passivos financeiros

A Companhia não procede à reclassificação dos seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excecionais em que a Companhia adquire, aliena ou encerra um ramo de atividade.

Desreconhecimento

Desreconhecimento que não seja por modificação substancial

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, ou
- A Companhia transferiu o seu direito de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na totalidade e sem atrasos materiais a um terceiro segundo um acordo de “passagem”; e ou:
 - a) Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo; ou
 - b) (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controlo do ativo.

A Companhia considera que o controlo é transferido se, e apenas se, aquele que recebe a transferência tiver a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem impor restrições adicionais à transferência.

Quando a Empresa não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios e reteve o controlo do ativo, o ativo continua a ser reconhecido apenas na medida do envolvimento continuado da Empresa, caso em que a Empresa reconhece também um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados numa base que

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

reflete os direitos e obrigações que a Companhia reteve.

Desreconhecimento devido a modificação substancial dos termos e condições

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os termos e condições foram renegociados ao ponto de, substancialmente, se tornar um novo instrumento, sendo a diferença reconhecida como um ganho ou perda de desreconhecimento. No caso de instrumentos de dívida ao custo amortizado, os empréstimos recém-reconhecidos são classificados como Stage 1 para efeitos de mensuração de perdas de crédito esperadas.

Ao avaliar se deve ou não desreconhecer um instrumento, a Companhia considera, entre outros, os seguintes fatores:

- Alteração da moeda do instrumento de dívida;
- Introdução de uma característica de capital próprio;
- Alteração da contraparte;
- Se a modificação for tal que o instrumento deixe de cumprir o critério SPPI.

Se a modificação não resultar em fluxos de caixa que sejam substancialmente diferentes, a modificação não resulta no desreconhecimento. Com base na alteração dos fluxos de caixa descontados à TIR original,

a Companhia regista um ganho ou perda de modificação.

Imparidade de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos nos termos do contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados à taxa de juro efetiva adequada.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas fases. Relativamente às posições em risco de crédito para as quais não se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são fornecidas para perdas de crédito resultantes de eventos de incumprimento que são possíveis nos próximos 12 meses (perdas de crédito esperadas a 12 meses).

Para as posições em risco de crédito relativamente às quais se registou um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é exigida uma provisão para perdas relativamente às perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da posição em risco, independentemente do momento do incumprimento (uma ECL até ao vencimento).

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de incumprimento

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(com imparidade de crédito) quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 90 dias. No entanto, em certos casos, a Empresa pode também considerar que um ativo financeiro está em situação de incumprimento quando informações internas ou externas indicam que é pouco provável que a Empresa receba os montantes contratuais em dívida. Um ativo financeiro é anulado quando não existe uma expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Cálculo das perdas de crédito esperadas (ECL)

A IFRS 9 altera o critério de determinação de imparidade, introduzindo o conceito de perda esperada que substitui a perda incorrida. As perdas por imparidade deverão ser reconhecidas para todos os ativos ao custo amortizado e para instrumentos de dívida ao justo valor através de OCI e não apenas quando as perdas de crédito são incorridas.

O cálculo de imparidade não é aplicável para instrumentos de capital, ou instrumentos de dívida mensurados ao justo valor por resultados.

Neste enquadramento de imparidade deixa de ser necessário ocorrer um evento de perda para que sejam reconhecidas perdas por imparidade. Deverão ser reconhecidas perdas esperadas de crédito desde a data da aquisição dos ativos financeiros e atualizá-las em cada data de reporte de forma a refletir

adequadamente as alterações no risco de crédito dos instrumentos financeiros.

O reconhecimento de imparidade deverá basear-se em informações históricas e atuais, bem como estimativas futuras que sejam fiáveis, razoáveis, suportáveis e disponíveis sem custo ou esforço excessivo.

Em particular, o reconhecimento das perdas esperadas de crédito é dependente de qual das três Stages um instrumento financeiro específico se encontra.

Os diferentes estados de imparidade:

- Stage1 – Performing - Ativos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo no seu risco de crédito.

Para estes ativos a imparidade corresponde à perda esperada a 12 meses, ou seja, o valor de perdas esperadas até ao final do contrato que resultam de eventos de default que venham a ocorrer nos próximos 12 meses após a data do reporte (visão forward looking).

- Stage 2 – Underperforming - Ativos financeiros para os quais se observa um aumento significativo de risco face ao momento de aquisição.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Neste caso, a perda esperada é apurada até à data de vencimento do ativo (lifetime expected loss).

- Stage 3 – Not Performing - Os ativos financeiros com evidência objetiva de imparidade.

Para estes ativos existe a evidência objetiva de incumprimento/default, devendo a entidade registar a perda total estimada.

A classificação de um ativo diretamente no Stage2, ou a passagem de Stage1 para Stage2 deverá ser efetuada tendo por base critérios que demonstrem a detioração do nível de risco. Mais à frente no documento são concretizados os critérios definidos internamente pela companhia.

Determinação da perda estimada (ECL – Expected Credit Loss)

$$ECL = \sum_{t=1}^T PD_t \times LGD_t \times EAD_t \times D_t$$

- PD = Probabilidade de Default
- LGD (Loss Given Default) = Perda esperada em caso de default
- EAD = Exposição ao ativo
- D = Taxa de Desconto

A norma estabelece algumas recomendações, das quais se destaca, a necessidade da probabilidade de default ter em conta as perspetivas económicas, numa visão forward looking. Adicionalmente, a ECL deverá ter em

conta a exposição inicial, assim como os juros numa base descontada.

Instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral

A ECL relativas a instrumentos de dívida mensurados pelo FVOCI não reduzem a quantia escriturada destes ativos financeiros na demonstração da posição financeira, que permanece pelo justo valor. Em vez disso, é reconhecida no OCI como um débito correspondente no resultado. O ganho acumulado reconhecido no OCI é reciclado para os lucros ou prejuízos aquando do desreconhecimento dos ativos.

Informação prospetiva

No seu modelo ECL, a Companhia baseia-se numa vasta gama de informações prospetivas de dados económicos.

Ajustamento de recibos por cobrar

As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. A IFRS 17, vem de um modo geral introduzir semelhante conceito, uma vez que se baseia em cash-flows e neste sentido, as responsabilidades assumidas têm em consideração os prémios recebidos.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se ainda necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos.

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%

- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia, periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são

convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor

até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

- atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre

os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros ao justo valor por reservas e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros

considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Locações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

As componentes de locação variável, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registadas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registadas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Transição e respetivos impactos

A norma IFRS 17 ‘Contratos de seguro’ substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emittentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emittentes de contratos de seguro. Os impactos que a VICTORIA-Seguros, S.A. apurou à data de transição, 31 de dezembro de 2021, podem ser analisados como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	31.12.2021	Reclassificações	Desreconhecimento IFRS 4	Reconhecimento IFRS 17	Impacto Fiscal	Ajustamentos de transição	01.01.2022 Reexpresso
Caixa e seus equivalentes de caixa	1.655.619						1.655.619
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230						230
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas							-
Ativos disponíveis para venda	95.678.240						95.678.240
Empréstimos e contas a receber	8.046.030						8.046.030
Investimentos a deter até à maturidade	3.352.726						3.352.726
Terrenos e edifícios	578.036						578.036
Outros Ativos tangíveis	443.218						443.218
Inventários	25.530						25.530
Ativos sob direito uso	611.442						611.442
Outros Ativos intangíveis	5.312.349						5.312.349
Ativos por contratos de seguro						-	-
Ativos por contratos de resseguro	24.985.711		(24.985.711)	16.648.533		(8.337.178)	16.648.533
Ativos por impostos	1.080.627					-	1.080.627
Restantes elementos do ativo	14.531.084	(4.661.308)				(4.661.308)	9.869.776
TOTAL do ATIVO	156.300.842						143.302.356
Passivos por contratos de seguro	89.329.924	-	(89.329.924)	77.153.030		(12.176.894)	77.153.030
Passivos por contratos de resseguro							-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						-	-
Outros passivos financeiros	1.893.645						1.893.645
Passivos por impostos	4.425.617	(1.548.800)			208.923	(1.339.877)	3.085.740
Restantes elementos do passivo	13.521.594	(201.338)				(201.338)	13.320.256
TOTAL do PASSIVO	109.170.780						95.452.671
Capital	34.850.000						34.850.000
Reservas de reavaliação	2.214.099						2.214.099
Reserva da componente financeira dos contratos de seguro e resseguro						-	-
Reserva por impostos	(498.172)					-	(498.172)
Outras reservas	34.945.148						34.945.148
Resultados Transitados	(26.689.386)			719.623		719.623	(25.969.763)
Resultados do exercício	2.308.373						2.308.373
TOTAL do CAPITAL PROPRIO	47.130.062						47.849.685

As seguintes tabelas têm o intuito de demonstrar o impacto que a abordagem aplicada à transição tem sobre a margem de serviços contratuais e os proveitos de

contratos de seguros no período subsequente, conforme previsto no parágrafo 114 do normativo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição
Seguro direto	
CSM a 31 de dezembro de 2021	5.939
Alterações que digam respeito a serviços atuais	
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	(430.092)
Alterações que digam respeito a serviços futuros	
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(185.768)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	1.249.084
Ajustamentos de experiência	713.118
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	38.527
Total reconhecido em rendimento integral	1.384.869
CSM a 31 de dezembro de 2022	1.390.809

	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição
Resseguro cedido	
CSM a 31 de dezembro de 2022	(5.757.856)
Alterações que digam respeito a serviços atuais	
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	3.127.734
Alterações que digam respeito a serviços futuros	
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	115.009
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(398.078)
Ajustamentos de experiência	(1.224.751)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(21.140)
Total reconhecido em rendimento integral	1.598.773
CSM a 31 de dezembro de 2023	(4.159.083)

	Contratos mensurados sob a abordagem do justo valor na transição
Resseguro cedido	
CSM a 31 de dezembro de 2021	(8.771.517)
Alterações que digam respeito a serviços atuais	
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	2.988.343
Alterações que digam respeito a serviços futuros	
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	(59.999)
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	
Ajustamentos de experiência	80.768
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	4.550
Total reconhecido em rendimento integral	3.013.661
CSM a 31 de dezembro de 2022	(5.757.856)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A norma IFRS 9 'Instrumentos Financeiros' substitui a IAS 39, cuja data para aplicação inicial foi permitida para o início de 2023 para acompanhar a introdução da IFRS 17.

A Companhia não aplicou a IFRS 9 retrospectivamente, no entanto seguiu a overlay approach na apresentação das suas

contas, significa que de modo a minimizar desfaseamentos na informação comparativa foi utilizada a IFRS 9, na classificação e mensuração dos ativos financeiros.

Os impactos que a VICTORIA-Seguros, S.A. apurou à data de transição, 31 de dezembro de 2022, podem ser analisados como se segue:

	IAS 39 31/12/2022		IFRS 9 abertura 01/01/2023			
	Valor	Reclassificação	ECL	Outros	Ajustamento de transição	Valor
Ativos disponíveis para venda	93 386 479	(93 386 479)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		(12 877 505)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		(80 508 974)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado						
Empréstimos e contas a receber	8 050 917	(8 050 917)				
Para: Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		(8 050 917)				
Investimentos a deter até à maturidade	3 362 464	(3 362 464)				
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas						
Para: Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		(3 362 464)				
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas		12 877 505			0	12 877 505
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas		80 508 974	(63 652)	63 652	0	80 508 974
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		11 413 381	(3 973)		(3 973)	11 409 408

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua

aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou pelo prazo de recuperação dos prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos

impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Passivos de contratos de seguro

A introdução da IFRS 17 obriga a julgamentos quer na fase de transição, com a necessidade de avaliar/classificar todos os produtos em carteira, quer no decurso normal da atividade, nomeadamente com o lançamento de novos produtos.

Da análise efetuada, verificou-se que os produtos comercializados cumprem com o preconizado no normativo e como tal, os produtos no âmbito da IFRS 4 ficam no âmbito

da IFRS 17. O reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro é efetuado tendo em consideração os contratos de seguro com riscos similares e que são geridos de forma conjunta, garantindo dessa forma uma visão verdadeira do desempenho da empresa.

Os passivos por contratos de seguros incluem passivos por serviços futuros, que representam estimativas de cash-flows relativamente aos contratos em carteira, e passivos por serviços passados, relacionados com os sinistros reportados e/ou estimados, determinados de acordo com princípios atuariais.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Os passivos de contratos de seguro não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2023, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de

governança da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

A Companhia realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo, com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a Companhia define o plano anual de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

De forma a monitorizar este risco são analisados periodicamente alguns indicadores, nomeadamente os indicadores de mercado, bem como o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta..

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

A análise sobre os diversos cenários pode ser observada nos quadros seguinte:

I - Contratos de seguro

	Impacto em Capital	Impacto em Resultados	Margem de Serviços Contratuais
Cenário Base	4.362.480	2.873.328	(2.623.155)
Taxa de Sinistralidade +5%	(800.099)	(798.634)	-
Taxa de juro +1%	2.405.951	-	-
Taxa de juro -1%	(2.908.702)	-	-
Longevidade+5%	(223.214)	(309.309)	-
Sinistros +5% e despesas +10%	(195.498)	(191.478)	21.797
Inflação +10%*	(794.030)	-	-
Inflação -10%*	459.744	-	-

* As análises de sensibilidade à variável de risco inflação foram efetuadas para a responsabilidade relativa a serviços passados dos produtos que não Acidentes de Trabalho.

II - Ativos financeiros

Impacto de subida de 100 p.b. nas taxas de juro

Títulos	Valor de balanço	Reserva de Reavaliação	Resultado de Investimentos
Títulos de Rendimento Fixo	88 649 022	- 2 207 086	-
De Dívida Pública	23 045 448	- 398 982	-
De Outros Emissores Públicos	3 330 907	- 92 721	-
De Outros Emissores	62 272 667	- 1 715 382	-
Títulos de Rendimento Variável	5 628 875	-	- 54 779
Partes de Capital em Associadas	230	-	-
Ações cotadas	-	-	-
Unidades de Participação em fundos de investimento	5 628 645	-	- 54 779
Total	94 277 897	- 2 207 086	- 54 779

Impacto de descida de 100 p.b. nas taxas de juro

Títulos	Valor de balanço	Reserva de Reavaliação	Resultado de Investimentos
Títulos de Rendimento Fixo	88 649 022	2 369 769	-
De Dívida Pública	23 045 448	439 340	-
De Outros Emissores Públicos	3 330 907	97 550	-
De Outros Emissores	62 272 667	1 832 879	-
Títulos de Rendimento Variável	5 628 875	-	54 779
Partes de Capital em Associadas	230	-	-
Ações cotadas	-	-	-
Unidades de Participação em fundos de investimento	5 628 645	-	54 779
Total	94 277 897	2 369 769	54 779

3.1 Políticas de Subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e

Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

3.2 Tarifação

A VICTORIA tem como objetivo a prática de tarifas sustentáveis, ou seja, garantir a adequação dos prémios praticados relativamente aos riscos assumidos.

O desenvolvimento de novas tarifas é efetuado pelo departamento técnico, com o suporte da área atuarial.

Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um nível de adequação considerado prudente. Com uma periodicidade trimestral mantiveram-se as revisões aos processos em aberto, de forma a se detetarem possíveis desvios do valor expectável face ao provisionado. Após esta análise, sempre que

necessário procede-se ao respetivo ajustamento do valor provisionado.

Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios trimestrais, pela área atuarial e pelo atuário responsável, que visam analisar a adequação das provisões constituídas.

3.4 Resseguro

A VICTORIA manteve uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira.

Estes tratados têm como principal objetivo mitigar o risco do impacto de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O quadro seguinte apresenta um resumo dos tratados de 2023, baseados em tratados proporcionais e não proporcionais:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ramo	Tipo de Resseguro
Incêndio e outros danos	Proporcional
Incêndio e outros danos (Proteção retenção - catástrofe)	Não Proporcional
Automóvel	Não Proporcional
Marítimo, aéreo e transportes	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes Pessoais	Proporcional
	Não Proporcional
Acidentes de Trabalho	Não Proporcional
Responsabilidade Civil	Proporcional
	Não Proporcional
Engenharia	Proporcional
	Não Proporcional
Construção (decenal)	Proporcional
	Não Proporcional
Saúde	Proporcional
	Não Proporcional
Diversos (perda de rendas)	Proporcional

Nos quadros seguintes apresentam-se alguns indicadores:

Ramos	Prémios 2023			Prémios 2022		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Tx cedência
Saúde	46 112	32 219	70%	41 411	28 177	68%
Incêndio e outros danos	20 014	13 913	70%	19 602	13 788	70%
Automóvel	13 623	1 655	12%	13 533	1 445	11%
Acid Trabalho	8 070	352	4%	8 118	322	4%
Acid Pessoais	2 652	1 885	71%	2 399	1 689	70%
Marítimo e transportes	9 837	7 089	72%	9 393	6 638	71%
Responsabilidade Civil	3 693	2 623	71%	3 433	2 432	71%
Outros	50	26	52%	48	35	73%
Total	104 050	59 762	57%	97 937	54 526	56%

(valores em milhares de euros)

3.5 Risco de prémios

O risco de prémios está associado ao facto da Companhia não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos. Atualmente, e numa base de IFRS 17, esta insuficiência pode ser analisada através da existência de uma componente de perda. Para

a necessária avaliação dos fatores que conduzem à existência deste indicador, temos de ter em consideração o valor presente da projeção de prémios e sinistros futuros (incluindo despesas), ao qual se adiciona o ajustamento de risco, uma vez que uma das componentes deste cálculo (valor dos fluxos de caixa futuros) considera os prémios esperados.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado,

operacional e de despesas, por linha de negócio:

Ramos	2023	2022
Saúde	359 268	232 928,4
Incêndio e outros danos	88 430	843 73,79
Automóvel	250 653	0
Acid Trabalho	-	0
Acid Pessoais	(27 806)	27 805,6
Marítimo e transportes	41 957	0
Responsabilidade Civil	-	0
Outros	-	0
Total	712 502	345 108

(valores em milhares de euros)

3.6 Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida segue princípios prudentes de forma a garantir a suficiência de provisões para cumprir as responsabilidades assumidas. Periodicamente e numa base trimestral, procede-se a revisões aos processos em aberto, de forma a se

detetarem possíveis desvios do valor expectável face ao provisionado, efetuando-se os ajustamentos necessários à referida provisão.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

(valores em milhares de euros)

TOTAL REAIS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Estimativa acumulada dos sinistros:													
No final do ano de constituição	47.208	32.869	26.689	25.919	19.840	20.859	21.868	24.861	22.716	18.669	20.969	28.766	38.712
Um ano depois	46.584	32.419	27.524	26.109	18.829	20.100	21.437	24.653	23.120	20.321	21.182	28.406	
Dois anos depois	47.178	32.971	27.857	25.666	18.620	21.502	21.324	24.816	24.148	19.904	21.140		
Três anos depois	47.597	33.048	27.916	26.247	18.634	21.369	22.055	25.119	24.540	20.020			
Quatro anos depois	47.807	33.006	27.895	26.285	18.736	21.605	22.465	24.980	23.295				
Cinco anos depois	48.379	33.243	27.955	26.044	18.753	21.531	22.576	25.018					
Seis anos depois	48.110	33.284	28.187	26.179	19.089	21.348	22.747						
Sete anos depois	48.265	33.387	28.143	25.806	19.118	21.496							
Oito anos depois	48.247	33.391	28.185	25.447	19.143								
Nove anos depois	48.115	33.411	28.580	25.427									
Dez anos depois	48.074	33.261	28.594										
Onze anos depois	48.106	33.257											
Doze anos depois	48.147												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	48.147	33.257	28.594	25.427	19.143	21.496	22.747	25.018	23.295	20.020	21.140	28.406	38.712
Pagamentos acumulados até 31-12-2023	47.942	33.091	28.035	25.143	18.849	20.933	21.573	24.291	22.388	19.102	19.060	24.776	24.406
Provisão para sinistros	205	166	559	285	294	563	1.174	727	907	918	2.080	3.630	14.306
Provisão para Sinistros a 31-12-2023 na matriz													25.814
Provisão para Sinistros a 31-12-2023 de anos anteriores a 2011													1.877
Total Provisão para sinistros a 31-12-2023													27.691

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

3.7 Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco.

A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando a sua exposição através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo a transferência de parte do risco de grandes sinistros/eventos catastróficos para resseguro, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco Específico de Seguros

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros.

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2023 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Títulos	2023	2.022	Var %
Nacionais	3.372.747	3.390.551	-0,5%
Títulos de Rendimento Fixo	3.372.517	3.390.321	-0,5%
De Dívida Pública	3.372.517	3.390.321	-0,5%
Títulos de Rendimento Variável	230	230	0,0%
Partes de Capital em Associadas	230	230	0,0%
Estrangeiros	90.905.151	93.358.622	-2,6%
Títulos de Rendimento Fixo	85.276.505	80.481.117	6,0%
De Dívida Pública	19.672.932	7.143.808	175,4%
De Outros Emissores Públicos	3.330.907	11.974.216	-72,2%
De Outros Emissores	62.272.667	61.363.093	1,5%
Títulos de Rendimento Variável	5.628.645	12.877.505	-56,3%
Unidades de Participação em fundos de investimento	5.628.645	12.877.505	-56,3%
Total	94.277.897	96.749.173	-2,6%

O Risco de Mercado é composto pelos riscos apresentados nos seguintes pontos.

4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de

curto e médio prazo, o risco de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA assume uma posição de muito rigor procurando que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, mitigando desta forma, os riscos decorrentes de eventuais oscilações de mercado. Em dezembro de 2023, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 135,4% (2022: 127,7%).

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
AT	34.053,7	26.355,0	129,2%
NL	69.522,9	53.908,8	129,0%
Total Seguros Afectos	103.576,5	80.263,8	129,0%
Livres	5.124,9	n.a.	0,0%
TOTAL SEGUROS	108.701,4	80.263,8	135,4%

(Un: Milhares de euros)

Obs.: entenda-se at e nl como acidentes de trabalho e restantes ramos não vida, respetivamente.

4.1.2 Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode

afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A gestão deste risco assenta numa análise de curto prazo (15 meses) em termos de liquidez face aos cash-flows operacionais e simultaneamente na definição de uma política de investimentos que contempla uma percentagem de ativos com elevado grau de liquidez.

A projeção dos cash-flows da carteira de investimentos indica que aproximadamente 28,7 milhões de euros de liquidez serão gerados em 2024.

Durante o ano, a exposição a ativos conservadores e de elevada liquidez manteve-se um foco importante. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública manteve-se como um ativo importante: no final do exercício a exposição era de 23,0 milhões de euros (2022: 10,5) que correspondem a 24,4% da carteira de

ativos (2022: 10,9%). Cerca de 85% destes títulos correspondem a Dívida emitida por França e como tal com um nível de risco reduzido, sendo o restante uma posição de 3,4 em Obrigações do Tesouro nacionais. Face ao ano anterior a exposição a unidades de participação de fundos de investimento desceu para 5,6 milhões de euros (2022: 12,9), representando 6,0% da carteira de investimentos (2022: 13,3%). A exposição a unidades de participação é composta essencialmente por fundos de mercado monetário.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2023	%	2022	%
< 1 ano	26.519.823	25,9%	21.820.802	20,8%
1 a 2 anos	10.908.602	10,6%	14.282.955	13,6%
3 a 5 anos	38.910.879	38,0%	36.077.677	34,4%
6 a 10 anos	11.491.978	11,2%	10.426.203	9,9%
> 10 anos	9.023.785	8,8%	9.314.717	8,9%
sem maturidade	5.628.645	5,5%	12.877.487	12,3%
Total Geral	102.483.713	100,0%	104.799.842	100,0%

4.2 Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de

crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo

em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de ratings de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Rating Médio	2023	%	2022	%
AAA	-	0,0%	8.732.326	8,3%
AA	32.597.428	31,8%	19.434.425	18,5%
A	34.216.542	33,4%	32.911.291	31,4%
BBB	17.721.679	17,3%	18.171.032	17,3%
BB	1.333.235	1,3%	1.295.501	1,2%
B	-	0,0%		0,0%
NR	16.614.830	16,2%	24.255.267	23,1%
Total	102.483.713	100,0%	104.799.842	100,0%

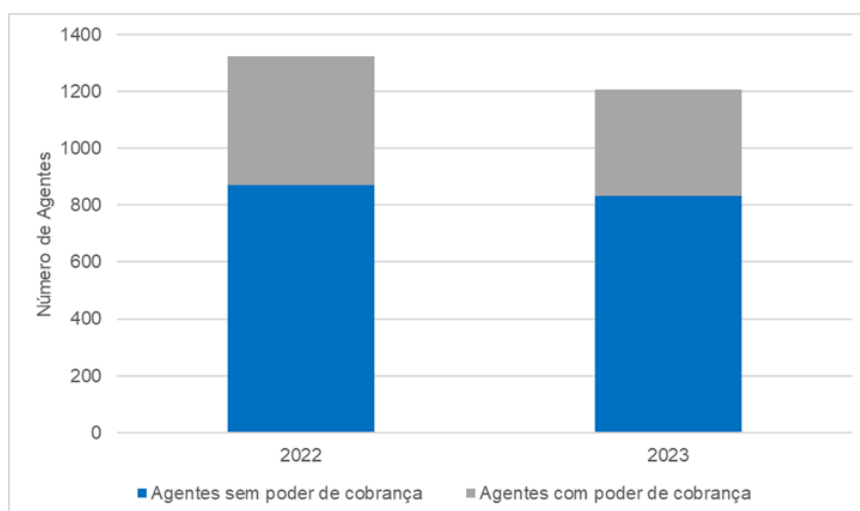
Em 2023 o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: cerca de 82,5% da carteira possui qualidade de investment grade (2022: 75,6%). A exposição à Dívida Pública dos países europeus periféricos era no final do exercício de 3,6% da carteira global (2022: 3,5%) e corresponde a obrigações emitidas pelo Estado Português. Este ano corresponde também ao primeiro ano efetivo da implementação do normativo contabilístico IFRS9 e que introduz um novo conceito de imparidade, ligado à perda esperada para o investimento em ativos financeiros. Assim, a 31 de dezembro o montante apurado de perda

estimada é de 75 mil euros, ou 0,08% da carteira de ativos (0,10% em 2022).

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. De assinalar que em 2023, o número de mediadores com poderes de cobrança decresceu e representa 31% do total de agentes (2022: 34%).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022



Rácio do nº de mediadores com poder de cobrança

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% para o montante dos restantes saldos em dívida;

- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

4.2.3 Tomadores de Seguros

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Un: Milhares de euros)

Indicadores de Cobrança			
	2023	2022	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	104 050	97 937	6 113
Pendentes / PBES	4,5%	5,3%	-0,7%
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	1 755	2 114	-359
Pendentes + 3 meses / Total de Pendentes	37,3%	41,0%	-3,8%
Provisão para recibos por cobrar	1 573	1 804	-231
Provisão para recibos por cobrar / Total Pendentes	33,4%	35,0%	-1,6%

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos subiu 6 milhões de euros para 104 milhões de euros (2022: 97,9 milhões de euros), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBES” passado de 5,3% em 2022 para 4,5% em 2023, o que demonstra um melhoramento na cobrança dos mesmos. A antiguidade dos prémios por cobrar evoluiu em conformidade com o descrito acima, tendo o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses fechado o ano com um volume de 1.755 milhares de euros (2022: 2.114 milhares de euros).

O valor provisionado para prémios por cobrar, respeita a contratos temporários com prazo

inferior a 1 ano cujo período de risco já se encontra ultrapassado, é de 1.573 EUR (2022: 1.804 EUR).

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2023, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Rating	2023	%	2022	%
AA	4.208.356	16,7%	2.800.639	1,4%
A	20.547.348	81,6%	19.458.639	85,8%
BB	-	-	-	-
NR	435.848	1,7%	410.292	1,8%
Total	25.191.552	100,0%	22.669.570	100,0%

Medidas para mitigação do Risco de mercado

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos permite à

VICTORIA antecipar possíveis situações de risco, e como tal, agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O indicador abaixo referido é monitorizado diariamente ao nível da Companhia.

- “Risk-based capital”: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com a entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites legalmente estipulados pela ASF e no caso de

desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

:

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável.

Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios

(Un: Milhares de euros)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
SCR	18 373 361	18 068 795
Rácio de Cobertura SCR	300,0%	306,2%
MCR	5 708 965	5 569 967
Rácio de Cobertura MCR	965,4%	993,2%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	55 112 592	55 322 156
Fundos Próprios Elegíveis MCR	55 112 592	55 322 156

Os dados relativos a 2023 poderão ser alvo de alteração, dado que o processo de certificação

se encontra em curso à data da realização do presente relatório.

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2023 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;

- Conclusão do upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias;

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da verificação da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada na Direção de Operações, visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação e regulamento em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2023 consubstanciaram-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
 - Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
 - Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;
 - Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;
 - Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
 - Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
 - Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;
 - Controlo diário dos Parceiros face à lista de pessoas/ entidades sancionadas, através de query;
 - Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
 - Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas;
 - Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;
 - Acompanhamento do Projeto Informático para implementação do processo de avaliação de Risco PBC/FT nos sistemas operacionais da VICTORIA;
 - Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

V – NOTAS AO BALANÇO**NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM**

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2023	2022
CAIXA E EQUIVALENTES	5.656	3.642
DEPÓSITOS À ORDEM	2.800.532	1.991.533
	2.806.188	1.995.175

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, quando existem, encontram-se

refletidos em Outros Credores por Outras Operações. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo número de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Terrenos e Edifícios	Exerc. última avaliação	Valor Aquisição	Valor de Avaliação	Variação Justo Valor	Vida útil
Av. Comb. Grande Guerra 71-	2023	357.333	190.000	(110.814)	75
Av. Bons Amigos, 67 A –	2023	268.008	254.800	23.936	70
Av. Brasil 6 – Oeiras	2023	166.737	371.000	214.132	70
Total		792.078	815.800	127.254	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Saldo Inicial		Aquisições / Transf ^a	Reavaliações	Alienações / Transf ^a	Amortizações	Saldo final
	Valor Bruto	Amortizações					Valor Líquido
Terrenos e Edifícios Uso Próprio							
Terrenos	92 350			47 900			140 250
Edifícios	276 450	1 905		150 015		3 810	420 750
Total	368 800	1 905	-	197 915	-	3 810	561 000
Terrenos e Edifícios Rendimento							
Terrenos	48 600			15 100			63 700
Edifícios	167 400			23 700			191 100
Total	216 000	-	-	38 800	-	-	254 800
Terrenos e Edifícios	584 800	1 905	-	236 715	-	3 810	815 800

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente

credenciadas para o efeito. Anualmente são efetuados testes de imparidade..

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros, S.A adquiriu uma quota representativa de 23% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos.

Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas

descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, Lisboa, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 19.255.719 (2022: Euros 18.396.000).

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

A carteira de ativos mensurados ao justo valor por ganhos e perdas apresenta a seguinte composição:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023			2022		
	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	5 381 320	247 325	5 628 645	12 874 875	2 630	12 877 505
Total	5 381 320	247 325	5 628 645	12 874 875	2 630	12 877 505

Em 31 de dezembro de 2023 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com cotações de mercado ou informações fornecidas por 'providers'.

De acordo com as normas IFRS 7 e IFRS 13, os ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observáveis

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESERVAS

A carteira de ativos mensurados ao justo valor por reservas apresenta a seguinte composição:

	2023			2022		
	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal	Custo de Aquisição amortizado	Reserva de justo valor	SaldoFinal
Instrumentos de capital e Unid Participação	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	87 139 942	(1 863 437)	85 276 505	84 930 092	(4 421 118)	80 508 974
Dívida Pública	19 700 640	(46 968)	19 653 673	7 307 714	(153 532)	7 154 182
De Outros Emissores Públicos	4 085 303	36 773	4 122 076	12 042 404	(101 776)	11 940 628
De Outros Emissores	62 660 091	(1 853 242)	60 806 849	65 104 339	(4 165 810)	60 938 529
Acréscimos de Juros	693 908		693 908	475 635		475 635
Total	87 139 942	(1 863 437)	85 276 505	84 930 092	(4 421 118)	80 508 974

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Sectores	2023					2022				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,2%	3 903 790	3 903 790			8,1%	7 140 293	7 140 293		
Bens Consumo, Não Cíclicas	17,9%	16 736 886	16 736 886			18,2%	16 151 752	16 151 752		
Industrial e Matérias Primas	3,7%	3 425 001	3 425 001			5,9%	5 198 235	5 198 235		
Utilities	2,5%	2 345 427	2 345 427			3,0%	2 619 540	2 619 540		
Energia	2,2%	2 074 907	2 074 907			2,3%	2 013 076	2 013 076		
Comunicações e Tecnologia	6,8%	6 385 834	6 385 834			6,6%	5 816 266	5 816 266		
Financeiro	37,6%	26 941 118	26 941 118			44,3%	31 156 258	31 156 258		
Dívida Soberana	25,1%	23 463 542	23 463 542			11,8%	10 413 554	10 413 554		
Total Geral	100%	85 276 505	85 276 505	-	-	100%	80 508 974	80 508 974	-	-

NOTA 6 – ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2023			2022		
	Custo aquisição / amortizado	Imparidade	Valor de Balanço	Custo amortizado	Imparidade	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	3 372 517	264	3 372 253	3 362 464	248	3 362 216
Dívida Pública	3 332 873	264	3 332 609	3 322 712	248	3 322 464
Acréscimos de Juros	39 644		39 644	39 752		39 752
Empréstimos e contas a receber	8 206 080	8 643	8 197 437	8 050 917	3 725	8 047 192
Empréstimos concedidos	7 959 610	8 643	7 950 967	7 962 405	3 725	7 958 680
Acréscimos de Juros	246 470		246 470	88 512		88 512
Total	3 372 517	8 907	11 569 690	3 362 464	3 973	11 409 408

No decurso de 2023 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento.

Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de

2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

O montante reconhecido em Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados às seguintes sociedades: SELICOMI Portugal, Lda, 2.959.610

VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. 5.000.000

O empréstimo concedido à VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. tem a natureza de empréstimo subordinado, concedido com a finalidade de reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

NOTA 7 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

Os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	14 609	2 782 818	8 761	2 806 188
Terrenos e Edifícios		815 800		815 800
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230			230
Outros investimentos financeiros	33 972 715	63 385 886	5 124 882	102 483 483
Empréstimos concedidos e contas a receber	3 128 819	-	5 077 261	8 206 080
Empréstimos concedidos - outros	3 128 819	-	5 077 261	8 206 080
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3 372 253		-	3 372 253
Títulos de Dívida	3 372 253			3 372 253
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	24 415 168	60 861 337		85 276 505
Títulos de Dívida	24 415 168	60 861 337		85 276 505
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	3 056 475	2 524 549	47 621	5 628 645
Instrumentos de Capital e Unid Participação	3 056 475	2 524 549	47 621	5 628 645
TOTAL	33 987 554	66 984 504	5 133 643	106 105 701

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

	Seguros Acidentes de Trabalho	Outros Seguros	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	18 126	1 977 049		1 995 175
Terrenos e Edifícios		582 895		582 895
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	230			230
Outros investimentos financeiros	36 121 749	63 550 912	5 126 514	104 799 612
Empréstimos concedidos e contas a receber	2 970 862	-	5 080 055	8 050 917
Empréstimos concedidos - outros	2 970 862		5 080 055	8 050 917
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	3 362 216	-	-	3 362 216
Títulos de Dívida	3 362 216			3 362 216
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	28 424 456	52 084 517	-	80 508 974
Títulos de Dívida	28 424 456	52 084 517		80 508 974
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	1 364 216	11 466 395	46 894	12 877 505
Instrumentos de Capital e Unid Participação	1 364 216	11 466 395	46 894	12 877 505
TOTAL	36 140 105	66 110 856	5 126 514	107 377 912

NOTA 8 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

Os outros ativos tangíveis são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	878 068	(837 417)	310		(346 639)		(8 968)	346 461	31 815
Máquinas e ferramentas	141 341	(133 107)	850		(97 815)		(1 992)	94 727	4 004
Equipamento informático	2 487 433	(2 184 343)	116 798		(1 147 168)		(177 028)	1 147 168	242 860
Instalações interiores	141 595	(141 595)			(1 888)			1 888	-
Outro Equipamento	1 346 356	(1 346 356)							-
Sub-Total	4 994 793	(4 642 818)	117 958	-	(1 593 510)	-	(187 988)	1 590 244	278 679
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	8 366								8 366
TOTAL	5 003 159	(4 642 818)	117 958	-	(1 593 510)	-	(187 988)	1 590 244	287 045

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 9 – ATIVOS SOB DIREITO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia, os ativos sob direito de uso estão classificados, da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas/Ajuste	Saídas/Ajuste	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Ativos tangíveis						
Viaturas	204 238	128 472	(3 144)	(122 267)	207 299	(30 383)
Total	204 238	128 472	(3 144)	(122 267)	207 299	(30 383)

A componente variável destes contratos totalizou 50.254 Euros (2022: 61.011 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 10 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A análise é efetuada através do seguinte quadro:

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final (valor líquido)
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas de Desenvolvimento	169 388	(169 388)							-
Despesas Aplicações Informáticas	26 022 113	(23 075 982)	4 804		3 298 106		(1 649 655)		4 599 386
Activos intangíveis em curso	2 688 192		2 628 024		(3 298 106)				2 018 110
Outros	1 068 396	(1 068 396)							-
TOTAL	29 948 089	(24 313 766)	2 632 828	-	-	-	(1 649 655)	-	6 617 496

Em 2023, o projeto de implementação da Norma Contabilística IFRS17 foi o projeto que em termos de investimento teve maior relevância, representou 61% do total do ano.

NOTA 11 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

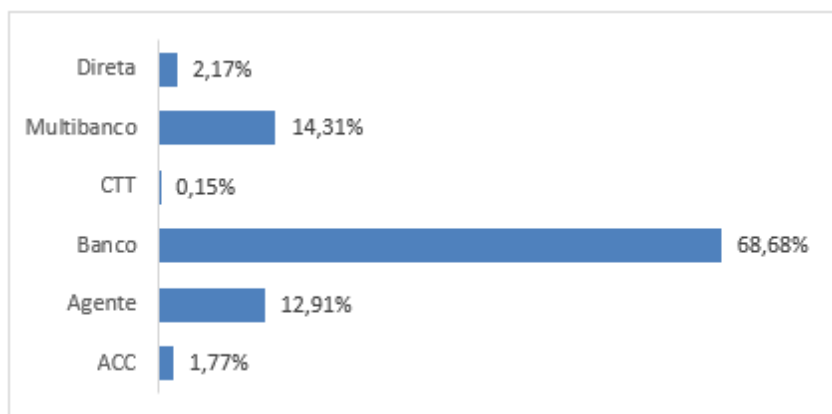
O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2023	2022
Tomadores de Seguros	3 902 686	4 255 057
Mediadores de Seguros	3 473 296	3 480 161
Co-Seguradores	196 148	166 786
Imparidade	(4 532 840)	(4 744 654)
Sub-Total	3 039 290	3 157 350
Resseguradores e Ressegurados	6 667 346	110 971
Imparidade	(234)	(3 746)
Sub-Total	6 667 112	107 225
Outros Devedores	4 513 902	4 550 396
Imparidade	(63 007)	(63 007)
Sub-Total	4 450 895	4 487 389
TOTAL	14 157 297	7 751 964

A companhia tem vindo a efetuar um desenvolvimento de ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a alcançar uma maior eficácia na cobrança de

prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de Débito Direto e SEPA.

A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:



Em Operações de Seguro Direto, o risco de não cobrança de prémios dos Tomadores de seguros, está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.572.832 (2022: Euros 1.804.052). Relativamente à rubrica de Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também

reconhecidos os montantes relativos a acordos de pagamento, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de Euros 2.492.940 (2022: Euros 2.574.353).

Em Operações de Resseguro, o saldo apresentado resulta de um evento verificado

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

em dezembro e que ficou pendente de regularização com a resseguradora.

Em Outras Operações encontram-se ainda registados, entre outros, os saldos entre as

empresas do grupo conforme demonstrado na Nota 18.

NOTA 12 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano à ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do

plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

O saldo da conta apresenta-se da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022
Benefícios de pós emprego	1 045 518	986 375
Outros Benefícios de longo prazo	(291 867)	(280 369)
	753 651	706 006

É intenção da Companhia solicitar junto da Autoridade de Supervisão a recuperação do valor em excesso relativo ao Plano de Benefício Definido.

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 30.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

- Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos últimos exercícios, são como segue:

	2023	2022	2021	2020
	Pensões	Pensões	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	1.265.645	1.085.572	1.083.226	992.987
Justo valor dos activos do fundo	1.265.645	1.085.572	1.083.226	992.987
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-	-	-

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como se segue:

	2023	2022
Ativos do Plano a 01 de janeiro	1.085.572	1.083.226
Contribuições do empregador	119.335	120.254
Rendimentos e Ganhos financeiros	76.367	6.197
Entradas e saídas por transferência	26.166	-
Benefícios pagos	(34.408)	(2.340)
Perdas financeiras	(292)	(115.374)
Outras receitas/encargos	(7.095)	(6.391)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	1.265.645	1.085.572

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2023 foi de 6,1% (-10,1% em 2022).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	6	8.788€	1.465 €	76

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2023 e 2022, são como segue:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	105.029	302.214	407.243	106.725	292.221	398.946
Justo valor dos activos do fundo	1.160.894		1.160.894	1.104.952		1.104.952
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	1.055.865	(302.214)	753.651	998.227	(292.221)	706.006

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	106 725	292 221	398 946	145 012	350 667	495 679
Custo do serviço corrente		9 858	9 858		9 403	9 403
Custo de juros	4 312	2 119	6 431	1 375	2 471	3 846
(Ganhos) e perdas actuariais	2 806	(1 984)	822	(30 875)	(70 320)	(101 195)
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Benefícios pagos	(8 814)		(8 814)	(8 787)		(8 787)
Alteração do Plano-CCT	-		-	-		-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	105 029	302 214	407 243	106 725	292 221	398 946

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida, a prémio único, junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife

(anteriormente ALICO) e GNB Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida).

A variação do Fundo de Pensões em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é analisada como se segue:

	2023	2022
	Fundo	Fundo
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.104.952	1.241.673
Retorno esperado dos activos	46.629	1.241
Ganhos e (perdas) actuariais	18.127	(129.175)
Contribuições do empregador		
Benefícios pagos	(8.814)	(8.787)
Alteração do Plano-CCT		
Activos do plano em 31 de Dezembro	1.160.894	1.104.952

A taxa de rendimento bruta de encargo de gestão obtida em 2023 foi de 5,8% (-10,3% em 2022).

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente		9 858	9 858		9 403	9 403
Custo de juros	4 312	2 119	6 431	1 375	2 471	3 846
Retorno esperado dos activos	(46 629)		(46 629)	(1 241)		(1 241)
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Ganhos e perdas actuariais			-		(64 699)	(64 699)
Total do custo do ano	(42 317)	11 977	(30 340)	134	(52 825)	(52 691)

O justo valor dos ativos que constituem o plano 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023		2022	
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Ações	10,32%	119 754	9,30%	102 711
Fundos de Investimento em Obrigações	72,96%	846 977	68,71%	759 164
Obrigações de Taxa Variável	0,00%	-	4,96%	54 864
Obrigações de Taxa Fixa	14,76%	171 381	14,97%	165 472
Mercado Monetário	1,96%	22 771	2,06%	22 741
Total	100,00%	1 160 883	100,00%	1 104 952

O retorno real dos ativos foi de Euros 64.756.

Os ganhos e perdas atuariais em 2023 e 2022 reconhecidos em Reservas, são analisadas como segue:

	2023			2022		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	16 406	36 674	53 080	114 706	31 053	145 759
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	(2 806)	1 984	(822)	30 875	5 621	36 496
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	18 127	-	18 127	(129 175)	-	(129 175)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	31 727	38 658	70 385	16 406	36 674	53 080

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a outros benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em

reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2023	2022
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	3,310%	4,041%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 9 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2023	2022	2021	2020	2019
Responsabilidade por benefícios	407.243	398.946	495.679	521.983	509.805
Justo valor dos activos do fundo	1.160.894	1.104.952	1.241.673	1.231.733	1.218.460
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	753.651	706.006	745.994	709.750	708.655

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Activos		Passivos		Líquido	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Investimentos Financeiros	600.693	1.086.629	(198.246)	(106.199)	402.447	980.430
Benefícios a empregados	65.670	63.083	(237.570)		(171.900)	63.083
Provisões	631.475	659.474			631.475	659.474
Imóveis	73.791	73.791	(78.324)	(25.064)	(4.533)	48.727
Outros Passivos		20.003			-	20.003
Reserva componente seguros			(1.058.346)	(1.343.133)	(1.058.346)	(1.343.133)
Transição IFRS 9 / IFRS17			(1.022.928)	(1.136.587)	(1.022.928)	(1.136.587)
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	1.371.629	1.902.980	(2.595.414)	(2.610.983)	(1.223.785)	(708.003)

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

	2023			2022		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas	Total
Investimentos Financeiros	-	(577.983)	(577.983)	1	1.473.314	1.473.315
Benefícios a empregados	(234.984)		(234.984)	(11.922)		(11.922)
Provisões	(27.999)		(27.999)	(50.041)		(50.041)
Imóveis	(10.897)	(42.363)	(53.260)	(1.391)	(529)	(1.920)
Outros Passivos	(20.003)		(20.003)	(39.494)		(39.494)
Reserva componente seguros	-	284.787	284.787	-	(1.343.133)	(1.343.133)
Transição IFRS 9 / IFRS17	113.659		113.659	(927.664)		(927.664)
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	(180.224)	(335.559)	(515.783)	(1.030.511)	129.652	(900.859)

A constituição IDA por prejuízos fiscais é prudencial, e para a avaliação e reconhecimento de IDA, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro

fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2023 e 2022 é analisado como segue:

	2023	2022
Imposto Corrente	(923.506)	(723.675)
Imposto Diferido	(180.224)	(1.030.511)
Imposto Exercício	(1.103.730)	(1.754.186)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2023	2022	Variação
Imposto Diferido	(704 079)	(368 520)	(335 559)
Investimentos Financeiro	402 447	980 430	(577 983)
Imóveis	(48 180)	(5 816)	(42 364)
Componente financeira contratos seguros	(1 058 346)	(1 343 133)	284 787
Total imposto reconhecido reservas	(704 079)	(368 520)	(335 559)

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2023	2022
RESULTADO ANTES IMPOSTO	3 246 978	7 359 042
Taxa Imposto	21,00%	21,00%
Imposto Calculado com base taxa imp	(681 865)	(1 545 399)
Derrama e Derrama Estadual	(51 650)	(83 293)
Outros proveitos e custos excluídos tributação	(31 183)	(14 399)
Outros prov e custos não reconhecidos anteriormente	(237 570)	-
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46 e 51	23 050	16 063
Imposto Autonomo (Trib. Autonomia+Derrama)	(124 511)	(127 158)
Imposto sobre o rendimento	(1 103 730)	(1 754 186)
Taxa efetiva de imposto	33,99%	23,84%

NOTA 14 – ATIVOS E PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

Os ativos e passivos de contratos de seguro e estabelecido na tabela 1 da ASF, são os resseguro, segmentados em linha com o seguintes:

	2023		2022	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Contratos de seguro emitidos				
Acidentes pessoais		1 065 479		1 002 903
Acidentes de trabalho		26 354 984		25 148 273
Saúde		16 129 482		12 127 086
Incêndio e outros danos		15 953 470		12 353 289
Automóvel		12 395 765		13 152 727
Marítimo e aéreo		1 476 742		4 140 073
Mercadorias transportadas		2 009 695		1 906 027
Responsabilidade civil		4 553 941		4 084 023
Diversos		324 223		316 253
Total		80 263 781		74 230 654
Contratos de resseguro cedidos				
Acidentes pessoais	575 673		434 022	
Acidentes de trabalho				
Saúde	6 705 268		4 872 084	
Incêndio e outros danos	12 297 164		7 329 107	
Automóvel	605 134		2 674 967	
Marítimo e aéreo	792 217		3 105 749	
Mercadorias transportadas	1 284 457		1 593 455	
Responsabilidade civil	2 764 325		2 469 867	
Diversos	167 314		190 320	
Total	25 191 552		22 669 571	
Total Geral	25 191 552	80 263 781	22 669 571	74 230 654

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

As seguintes tabelas têm o intuito de conciliar os montantes reconhecidos na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados conforme previsto nos parágrafos 100 e 101 do normativo. A VICTORIA-Seguros, S.A. dividiu as reconciliações efetuadas por

segmento de negócio (seguro direto e resseguro cedido).

A evolução dos passivos de contratos de seguro direto em 2023, é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	18 618 428	345 108	918 532	52 337 621	2 010 965	74 230 654
Receitas de seguros	(102 015 976)					(102 015 976)
Gastos de serviços de seguros						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros		(68 350)	579 510	72 650 160	(280 053)	72 881 267
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			329 343	11 641 846	(178 560)	11 792 629
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		712 502				712 502
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	15 585 597					15 585 597
Resultado de serviços de seguros	(86 430 379)	644 152	908 853	84 292 006	(458 613)	(1 043 981)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	125 828		15 755	1 244 748	47 832	1 434 163
Total reconhecido em rendimento integral	(86 304 551)	644 152	924 608	85 536 754	(410 781)	390 182
Fluxos de caixa						
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	103 823 892					103 823 892
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			(399 719)	(81 761 856)		(82 161 575)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(16 019 372)					(16 019 372)
Total fluxos de caixa	87 804 520	-	(399 719)	(81 761 856)	-	5 642 945
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	20 118 397	989 260	1 443 421	56 112 519	1 600 184	80 263 781

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de Janeiro de 2022	16 100 789	-	892 804	58 122 472	2 036 965	77 153 030
Receitas de seguros	(94 748 938)					(94 748 938)
Gastos de serviços de seguros						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de seguros			424 200	58 615 882	(51 292)	58 988 790
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			89 120	6 337 919	(6 155)	6 420 884
Perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas		345 108				345 108
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de seguro	14 652 968					14 652 968
Resultado de serviços de seguros	(80 095 970)	345 108	513 320	64 953 801	(57 447)	(14 341 188)
Resultado da componente financeira de serviços de seguro	4 604		(30 291)	(6 015 301)	31 447	(6 009 541)
Total reconhecido em rendimento integral	(80 091 366)	345 108	483 029	58 938 500	(26 000)	(20 350 729)
Fluxos de caixa						
Prémios recebidos de contratos de seguro emitidos	97 840 595					97 840 595
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos			(457 301)	(64 723 351)		(65 180 652)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(15 231 590)					(15 231 590)
Total fluxos de caixa	82 609 005	-	(457 301)	(64 723 351)	-	17 428 353
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	18 618 428	345 108	918 532	52 337 621	2 010 965	74 230 654

A evolução dos ativos de contratos de resseguro cedido em 2023, pode ser analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(6 051 502)		(2 641 603)	(13 775 875)	(200 591)	(22 669 571)
Receitas de resseguro	56 458 710					56 458 710
Gastos de serviços de resseguro						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros			(16 556 199)	(27 017 269)	144 662	(43 428 806)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			666 514	1 687 158	40 125	2 393 797
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(21 097 718)					(21 097 718)
Resultado de serviços de resseguros	35 360 992	-	(15 889 685)	(25 330 111)	184 787	(5 674 017)
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	(61 256)		49 714	47 927	3 548	39 934
Total reconhecido em rendimento integral	35 299 736	-	(15 839 971)	(25 282 184)	188 336	(5 634 083)
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(59 762 413)					(59 762 413)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			12 805 374	27 778 437		40 583 811
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	22 290 704					22 290 704
Total fluxos de caixa	(37 471 709)	-	12 805 374	27 778 437	-	3 112 102
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	(8 223 475)	-	(5 676 200)	(11 279 622)	(12 255)	(25 191 552)

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Cobertura Remanescente		Sinistros ocorridos para contratos não mensurados pela abordagem simplificada	Sinistros ocorridos para contratos mensurados pela abordagem simplificada		Total
	Excluindo componente de perdas	Componente de perdas		Valor atual dos fluxos de caixa	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2022	(3 365 691)		(2 302 847)	(10 841 057)	(138 938)	(16 648 533)
Receitas de resseguro	48 445 105					48 445 105
Gastos de serviços de resseguro						
Sinistros ocorridos e outros gastos suportados com serviços de resseguros			(5 018 100)	(27 429 734)	(18 255)	(32 466 089)
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações nos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes ao passivo para sinistros ocorridos			1 455 578	1 552 593	(47 355)	2 960 816
Amortização de fluxos de caixa de aquisição de resseguro	(16 983 324)					(16 983 324)
Resultado de serviços de resseguros	31 461 781	-	(3 562 522)	(25 877 141)	(65 610)	1 956 508
Resultado da componente financeira de serviços de resseguro	138 031		(12 908)	24 379	3 957	153 458
Total reconhecido em rendimento integral	31 599 812	-	(3 575 431)	(25 852 761)	(61 654)	2 109 967
Fluxos de caixa						
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(54 524 586)					(54 524 586)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos			3 236 674	22 917 944		26 154 618
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	20 238 963					20 238 963
Total fluxos de caixa	(34 285 623)	-	3 236 674	22 917 944	-	(8 131 005)
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(6 051 502)	-	(2 641 603)	(13 775 874)	(200 591)	(22 669 571)

Em 2023, as responsabilidades por serviços futuros e serviços passados de contratos de

seguro mensurados pelo modelo geral de mensuração, é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	1 858 561	226 368	1 390 809	3 475 738
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			(856 749)	(856 749)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		(363 235)		(363 235)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(161 887)			(161 887)
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	282 387	399 364	(681 751)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	45 521	50 952		96 473
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(795 506)	297 098	498 408	(0)
Ajustamentos em função da experiência	(1 018 858)	(113 099)	1 131 957	-
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	491 680	17 455		509 135
Resultado de serviços de seguros	(1 156 663)	288 535	91 865	(776 263)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	65 569	22 739	53 275	141 583
Total reconhecido em rendimento integral	(1 091 094)	311 274	145 140	(634 680)
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	2 814 304			2 814 304
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(399 719)			(399 719)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(633 913)			(633 913)
Total fluxos de caixa	1 780 672	-	-	1 780 672
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2023	2 548 139	537 642	1 535 949	4 621 730

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de seguro emitidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 1 de janeiro de 2022	1 644 102	181 222	5 939	1 831 262
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			(430 092)	(430 092)
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		175 042		175 042
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(5 559)			(5 559)
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	61 876	123 892	(185 768)	-
Alterações nas estimativas que resultem em perdas em grupos de contratos onerosos e reversões de tais perdas	59 991	35 514		95 505
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	(1 091 951)	(157 133)	1 249 085	-
Ajustamentos em função da experiência	(596 370)	(135 923)	713 118	(19 174)
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	53 066	2 952		56 018
Resultado de serviços de seguros	(1 518 947)	44 344	1 346 343	(128 260)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de seguro emitidos	(65 016)	802	38 527	(25 687)
Total reconhecido em rendimento integral	(1 583 963)	45 146	1 384 870	(153 947)
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de seguro emitidos	2 804 331			2 804 331
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de seguros decorrentes de contratos de seguro emitidos	(457 302)			(457 302)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(548 607)			(548 607)
Total fluxos de caixa	1 798 422	-	-	1 798 422
Ativos/Passivos de contratos de seguro a 31 de Dezembro de 2022	1 858 561	226 368	1 390 809	3 475 738

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em 2023, as responsabilidades por serviços futuros e serviços passados de contratos de

resseguro mensurados pelo modelo geral de mensuração, é analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(1 179 610)	28 440	(5 757 856)	(6 909 026)
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados	-	-	3 127 734	3 127 734
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados	-	(62 384)	-	(62 384)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(9 829 406)	-	-	(9 829 406)
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais	28 073	(143 081)	115 009	-
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período	398 127	(49)	(398 078)	-
Ajustamentos em função da experiência	1 224 726	25	(1 224 751)	-
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(3 099 841)	15 529	-	(3 084 312)
Resultado de serviços de resseguro	(11 278 321)	(189 960)	1 619 914	(9 848 368)
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de resseguro cedidos	8 464	1 135	(21 141)	(11 542)
Total reconhecido em rendimento integral	(11 269 857)	(188 825)	1 598 773	(9 859 910)
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(11 750 272)			(11 750 272)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	12 805 374			12 805 374
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	4 315 450			4 315 450
Total fluxos de caixa	5 370 552	-	-	5 370 552
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2023	(7 078 915)	(160 385)	(4 159 083)	(11 398 383)

No ano transato, a evolução é analisada como se segue:

Contratos de resseguro cedidos	Valor presente dos fluxos de caixa futuros	Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	Margem de serviços contratuais	Total
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 1 de Janeiro de 2022	4 352 978	273 182	(8 771 517)	(4 145 357)
Alterações que digam respeito a serviços atuais				
Margem de serviços contratuais reconhecida pelos serviços efetuados			2 988 342	2 988 342
Alterações do ajustamento pelo risco para o risco não financeiro que não digam respeito a serviços futuros ou passados		(244 200)		(244 200)
Ajustamentos em função da experiência- relacionados com os sinistros ocorridos e outros gastos ocorridos diretamente atribuíveis	(174 208)			(174 208)
Alterações que digam respeito a serviços futuros				
Alterações nas estimativas que constituem ajustamentos da margem de serviços contratuais		59 999	(59 999)	0
Contratos objeto de reconhecimento inicial durante o período				-
Ajustamentos em função da experiência	(20 768)	(59 999)	80 767	-
Alterações que digam respeito a serviços passados				
Alterações que digam respeito a serviços passados - alterações dos fluxos de caixa ligados ao cumprimento dos contratos referentes aos sinistros ocorridos	(317 346)	(8 502)		(325 848)
Resultado de serviços de resseguro	(512 322)	(252 702)	3 009 111	2 244 087
Gastos (Rendimentos) financeiros de contratos de resseguro cedidos	112 613	7 960	4 550	125 123
Total reconhecido em rendimento integral	(399 709)	(244 742)	3 013 661	2 369 210
Fluxos de caixa				
Prêmios recebidos de contratos de resseguro cedidos	(12 822 078)			(12 822 078)
Sinistros pagos e outros gastos de serviços de resseguros decorrentes de contratos de resseguro cedidos	3 236 675			3 236 675
Fluxos de caixa de aquisição de resseguro	4 452 525			4 452 525
Total fluxos de caixa	(5 132 878)	-	-	(5 132 878)
Ativos/Passivos de contratos de resseguro a 31 de Dezembro de 2022	(1 179 610)	28 440	(5 757 856)	(6 909 026)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

A seguinte tabela tem o objetivo de demonstrar o efeito sobre a demonstração da posição financeira do reconhecimento de novo

negócio, em linha com o requerido no parágrafo 108 do normativo.

Contratos de seguro emitidos	2023	2022
	Rentáveis	
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras excluindo o montante dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	-	-
Estimativa para os montantes dos fluxos de caixa de aquisição de seguros	(633.913)	(548.607)
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras	(633.913)	(548.607)
Estimativas do valor presente das entradas de caixa futuras	1.429.419	1.640.558
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	(297.098)	157.133
Margem de serviços contratuais	(498.408)	(1.249.084)
Aumento nos passivos de contratos de seguro de contratos reconhecidos no período	-	-

Contratos de resseguro cedidos	2023
	Rentáveis
Estimativas do valor presente das saídas de caixa futuras	(398.126)
Ajustamento pelo risco para o risco não financeiro	48
Margem de serviços contratuais	398.078
Aumento nos ativos de contratos de resseguro de contratos reconhecidos no período	-

Nota: Em 2023 e 2022 não houve contratos onerosos.

A tabela seguinte reflete, 31 de dezembro de 2023, a libertação da margem de serviços

contratuais ao longo do tempo, conforme previsto no parágrafo 109 do normativo.

	Até 1 ano	1-2 anos	2-3 anos	3-4 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Contratos de seguro emitidos	773.952	481.012	199.595	48.073	6.635	26.682	1.535.949
Contratos de resseguro cedido	(2.816.462)	(1.038.074)	(304.547)	-	-	-	(4.159.083)
CSM líquida de resseguro	(2.042.510)	(557.062)	(104.952)	48.073	6.635	26.682	(2.623.134)

NOTA 15 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2023	2022
Tomadores de Seguros	4 041 466	4 496 952
Mediadores de Seguros	423 054	524 359
Co-Seguradores	335 283	269 173
Sub-total	4 799 803	5 290 484
Resseguradores	384 570	2 802 951
Outros Credores	1 349 470	777 690
TOTAL	6 533 843	8 871 125

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em Outras Operações, encontram-se registados os montantes de saldos credores

das contas de Depósitos à Ordem, quando existem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 16 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Passivos de locação:

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

PASSIVOS DE LOCAÇÃO	2023	2022
Ativos tangíveis		
Viaturas	184.665	211.517
	184.665	211.517

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 87.106 e tem a seguinte distribuição temporal:

2024	2025	2026	2027
56.055	18.030	11.949	1.072

NOTA 17 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2023	2022
Rendas e alugueres	3 889	40 735
Outros acréscimos e diferimentos	159 941	336 839
Total	163 830	377 574

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2023	2022
Férias e subsídio de férias	1 002 187	1 004 382
Outros encargos com pessoal	248 042	248 585
Incentivos comerciais	1 600 012	1 501 236
Outros acréscimos e diferimentos	1 746 228	1 408 309
Total	4 596 469	4 162 512

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

NOTA 18 – CAPITAL PRÓPRIO

I. Capital

A VICTORIA - Seguros, S.A., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 17.850.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações subscritas integralmente pela acionista VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.

Na sequência desta operação a VICTORIA-Seguros, S.A. passou a ter um capital social de Euros 34.850.000, representado por 6.970.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

II. Reservas de Reavaliação

No que respeita à Reserva de Reavaliação, a movimentação é analisada como segue:

- Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros:

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
Por ajustamentos de Activos Financeiros	(4 421 118)	2 441 618	116 063	(1 863 437)
Títulos de Dívida	(4 421 118)	2 441 618	116 063	(1 863 437)
Dívida Pública	(1 607 754)	1 570 828	(19)	(36 945)
De Outros Emissores Públicos	(49 642)	49 294	17 210	16 862
De Outros Emissores	(2 763 722)	821 496	98 872	(1 843 354)
Por ajustamentos de Terrenos e Edifícios	25 850	188 283	-	214 133
Provisão para perdas de créditos	59 927	17 974	(11 761)	66 140
Títulos de Dívida	59 927	17 974	(11 761)	66 140
Dívida Pública	515	1 009	(30)	1 494
De Outros Emissores Públicos	2 857	20	(2 614)	263
De Outros Emissores	56 555	16 945	(9 117)	64 383
Total	(4 335 341)	2 647 875	104 302	(1 583 164)

NOTA 19 – RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS

De acordo com a Legislação Portuguesa, a VICTORIA-Seguros, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital Social.

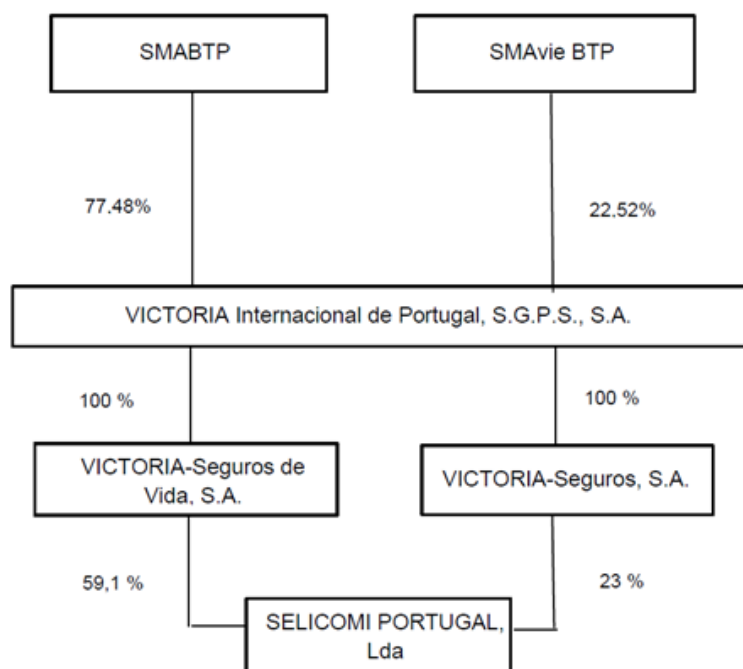
Em Outras Reservas encontram-se registados prémios de emissão no montante de Euros

8.400.463 (2022: Euros 33.012.365). Por deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas de 2022, realizou-se a cobertura de resultados transitados no montante de Euros 24.611.901.

NOTA 20 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

No decurso de 2023, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	Victoria Internacional - SGPS	Victoria-Seg Vida	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite							
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido				(42 530 582)	(272)		
Rendimentos de investimento		200 000	259 177				
Total dos Proveitos	-	200 000	259 177	(42 530 582)	(272)		
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg				(15 774 916)	23		
Custos com sinistros - parte dos resseguradores				(27 102 290)	(1 154)		
Outros Gastos Gerais e Administrativos	453 182					70 751	10 000
Total dos Custos	453 182	-		(42 877 206)	(1 131)	70 751	10 000
Líquido Proveitos/ (Custos) 2023	(453 182)	200 000	259 177	346 624	859	(70 751)	(10 000)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2022	(361 339)	200 000	164 949	(1 937 326)	(1 464)	(71 270)	(10 000)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

BALANÇO	Victoria Internacional - SGPS	Victoria-Seg Vida	Selicomi	SMABTP	ASEFA	SMA Vie	Investimo
Ativo							
Empréstimos e contas a receber		5.000.000	2.959.610				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro				1.317.975	779		
Outros Devedores por outras operações	1.994.017	1.777.644					
Total do Ativo	1.994.017	6.777.644	2.959.610	1.317.975	779	-	-
Passivo							
Depósitos recebidos de resseguradores				1.045.078			
Outros Credores por operações de seguro					-		
Outros Credores por outras operações					-		
Total do Passivo	-	-	-	1.045.078	-	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2023	1.994.017	6.777.644	2.959.610	272.897	779	-	-
Líquido Ativo / (Passivo) 2022	2.304.594	6.721.032	2.959.610	(2.006.797)	18	-	-

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, S.A e VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere às entidades SMAVie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 21 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2023 e 2022, são analisadas como segue:

Natureza da Garantia	2023	2022
Avaes, fianças e outras garantias de crédito		
APCC	14.589	14.589
Total	14.589	14.589

VI – NOTAS AO GANHOS E PERDAS

Relativamente aos contratos de seguros dos Ramos Não Vida, a informação de réditos, sinistros ocorridos e outros gastos

segmentados por linha de negócio, correspondente aos anos de 2023 e 2022 pode ser analisada do seguinte modo:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2023	Réditos	Gastos e outros gastos atribuídos		Gastos de aquisição	Saldo de Resseguro
		Prestações	Outros gastos		
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	55 440 974	37 869 722	4 045 498	7 889 039	677 581
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	19 435 355	17 390 068	2 174 000	3 236 076	8 818 644
AUTOMÓVEL	13 724 331	9 886 268	1 657 732	1 542 107	(3 000 448)
MARÍTIMO E AÉREO	1 858 403	4 447 555	296 326	323 562	1 080 602
MERCADORIAS TRANSPORTADAS	7 893 839	2 645 012	785 106	1 818 489	(854 793)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3 612 383	371 206	463 105	772 093	(1 046 532)
CRÉDITO E CAUÇÃO	45 371	117 942	7 443	2 779	1 555
PROTEÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	5 320		4 592	1 451	(2 592)
TOTAL	102 015 976	72 727 773	9 433 802	15 585 596	5 674 017

2022	Réditos	Gastos e outros gastos atribuídos		Gastos de aquisição	Saldo de Resseguro
		Prestações	Outros gastos		
SEGURO DIRETO					
ACIDENTES E DOENÇA	51 228 404	34 363 229	4 078 771	7 211 532	(2 127 413)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	17 470 395	6 545 749	1 971 138	2 921 315	(2 105 512)
AUTOMÓVEL	13 183 872	9 773 501	1 850 588	1 486 263	(1 018 775)
MARÍTIMO E AÉREO	1 592 509	1 761 435	183 520	275 479	4 009 895
MERCADORIAS TRANSPORTADAS	7 838 275	2 715 383	743 877	1 945 785	(633 566)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	3 385 091	492 562	366 806	807 017	(318 407)
CRÉDITO E CAUÇÃO	43 859	329 939	3 629	3 277	240 454
PROTEÇÃO JURÍDICA					
ASSISTÊNCIA					
DIVERSOS	6 533		525	2 300	(3 184)
TOTAL	94 748 938	55 981 798	9 198 854	14 652 968	(1 956 508)

Nas notas seguintes, efetua-se a análise das componentes do resultado de contratos de seguros, de acordo com os modelos de

mensuração preconizados pela norma e de aplicação pela Companhia.

NOTA 22 – RÉDITOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos proveitos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de seguro	2.008.623	100.007.353	102.015.976
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	506.785		506.785
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	349.704		349.704
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	856.749		856.749
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	295.384		295.384
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		100.007.353	100.007.353

2022	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de seguro	817.622	93.931.316	94.748.938
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	462.861		462.861
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	(175.042)		(175.042)
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	430.092		430.092
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	99.711		99.711
<i>Proveitos de contratos de seguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		93.931.316	93.931.316

NOTA 23 – GASTOS DE CONTRATOS DE SEGURO

A análise efetuada aos gastos de contratos de seguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(1.232.360)	(99.739.635)	(100.971.995)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(399.719)	(81.761.856)	(82.161.575)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(295.384)	(15.290.212)	(15.585.596)
Alterações relativas a serviços passados	(509.135)	(2.071.537)	(2.580.672)
Alterações relativas a serviços futuros	(28.122)	(616.030)	(644.152)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2022	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Gastos de contratos de seguro	(689.362)	(79.718.387)	(80.407.750)
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	(457.302)	(64.723.351)	(65.180.652)
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	(99.711)	(14.553.256)	(14.652.968)
Alterações relativas a serviços passados	(56.018)	(173.004)	(229.022)
Alterações relativas a serviços futuros	(76.331)	(268.777)	(345.108)

NOTA 24 – RESULTADO DE CONTRATOS DE RESSEGURO

A análise efetuada ao resultado de contratos de resseguro ao nível do modelo de mensuração, é analisada como se segue:

2023	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	19.375.784	42.756.943	62.132.727
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	16.291.473	45.390.057	61.681.530
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-	-	-
Alterações relativas a serviços passados	3.084.312	(2.633.114)	451.198
Alterações relativas a serviços futuros	-	-	-
<i>Proveitos de contratos de resseguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		-	-
Gastos de contratos de resseguro	(9.527.417)	(46.931.294)	(56.458.710)
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	(6.462.067)		(6.462.067)
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	62.384		62.384
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	(3.127.734)		(3.127.734)
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-		-
<i>Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		(46.931.294)	(46.931.294)
Resultado de contratos de resseguro	9.848.368	(4.174.351)	5.674.017

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

2022	Modelo geral de mensuração	Abordagem de imputação dos prêmios	Total
Proveitos de contratos de resseguro	4.917.682	41.570.915	46.488.597
Sinistros ocorridos e outros gastos atribuíveis a contratos de seguros	4.591.835	38.546.108	43.137.942
Custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-	-	-
Alterações relativas a serviços passados	325.847	3.024.807	3.350.654
Alterações relativas a serviços futuros	-	-	-
<i>Proveitos de contratos de resseguro mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		-	-
Gastos de contratos de resseguro	(7.161.769)	(41.283.336)	(48.445.105)
<i>Contratos não mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>			
Libertação do valor esperado dos sinistros ocorridos e gastos atribuíveis a contratos de seguros	(4.417.627)		(4.417.627)
Variações no ajustamento de risco (risco não financeiro) pelo risco expirado	244.200		244.200
Libertação da margem de serviços contratuais pelos serviços transferidos	(2.988.343)		(2.988.343)
Alocação dos custos de aquisição atribuíveis a contratos de seguros	-		-
<i>Gastos de contratos de resseguro - mensurados pela Abordagem de imputação dos prêmios</i>		(41.283.336)	(41.283.336)
Resultado de contratos de resseguro	(2.244.087)	287.578	(1.956.508)

NOTA 25 – COMPONENTE FINANCEIRA DE CONTRATOS DE SEGURO E RESSEGURO

- I. Os resultados da componente financeira com impacto em resultado, são analisados como segue:

	Modelo geral de mensuração	
	2023	2022
Perdas da componente financeira de contratos de seguro	145.042	95.549
Valor atual estimado dos fluxos de caixa	71.936	58.283
Margem de serviços contratual	53.275	38.527
Ajustamento de risco	19.831	(1.261)
Perdas da componente financeira de contratos de seguro reconhecida em outro rendimento integral	1.289.121	(6.105.090)
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto <i>locked-in</i>	1.289.121	(6.105.090)
Perdas da componente financeira de contratos de resseguro	63.334	17.849
Valor atual estimado dos fluxos de caixa	82.066	4.684
Margem de serviços contratual	(21.140)	4.550
Ajustamento de risco	2.408	8.615
Perdas da componente financeira de contratos de resseguro reconhecida em outro rendimento integral	(23.400)	135.609
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto <i>locked-in</i>	(23.400)	135.609

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

- II. Os resultados da componente financeira com impacto em Capital, são analisados como segue:

Modelo geral de mensuração	Contratos seguro	Contratos resseguro
Perdas da componente financeira 01.01.2022	-	-
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto <i>locked-in</i>	(6.105.090)	135.609
Perdas da componente financeira 31.12.2022	(6.105.090)	135.609
Variação entre a taxa de desconto de mercado atual e a taxa de desconto <i>locked-in</i>	1.289.121	(23.400)
Perdas da componente financeira 31.12.2023	(4.815.968)	112.209

NOTA 26 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2023	2022
Terrenos e Edifícios	13 478	13 247
Partes de capital em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	59 117	71 389
Outros investimentos financeiros	2 111 482	1 225 239
Empréstimos concedidos e contas a receber	359 707	300 092
Depósitos	1 688	42
Empréstimos concedidos - outros	358 018	300 050
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	106 652	106 338
Títulos de Dívida	106 652	106 338
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas	1 618 840	801 302
Títulos de Dívida	1 618 840	801 302
Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados	26 283	17 507
Instrumentos de Capital e Unid Participação	26 283	17 507
TOTAL	2 184 076	1 309 875

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 27 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS

- I. **Investimentos financeiros ao justo valor sem impacto em ganhos e perdas**
- O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	2023	2022
Títulos de Dívida	(18.281)	7.993
Mensurados ao justo valor através de reservas	(18.281)	7.993
Mensurados ao custo amortizado		
Terrenos e Edifícios	48.432	6.178
	30.151	14.171

II. **Investimentos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas**

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada

Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor através de ganhos e perdas	2023		2022	
	valias realizadas	ajust justo valor	valias realizadas	ajust justo valor
Instrumentos de Capital e Unid Participação	387.482	247.325	-	-
	634.807		-	

NOTA 28 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

	2023	2022		2023	2022
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	23.791	45.383	Por gestão Co-Seguro	14.429	6.121
Por outros	-	-	Por outros	13.175	11.217
TOTAL	23.791	45.383	TOTAL	27.604	17.338

NOTA 29 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação

de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para contingências fiscais.

	Sado Inicial	Aumento	Redução	Utilização /Transf.	Saldo final
Outras provisões	59.771	-	-	-	59.771

NOTA 30 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023	2022		2023	2022
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	59 125	51 500	Restituição impostos		
Multas e penalidades		22 500	Outros rendimentos e ganhos	128 494	156 265
Quotizações diversas	-	-			
Outros gastos e perdas	49 455	111 809			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	1 256	960	Juros obtidos	18 325	112
Diferenças de câmbio	-	-	Diferenças de câmbio		200
Outros gastos e perdas	43 708	45 221	Outros rendimentos e ganhos		4 265
Ajustamentos			Outros		181
De recibos por cobrar		110 839	Ajustamentos		
De créditos de cobrança duvidosa	100 820		De recibos por cobrar	231 220	
Perdas em activos tangíveis	3 267	-	De créditos de cobrança duvidosa	84 925	166 070
			Ganhos em activos tangíveis	5 346	-
Sub-total	257 631	342 829		468 310	327 093
TOTAL	210 679	(15 736)			

NOTA 31 – GASTOS POR NATUREZA E FUNÇÃO

A composição dos gastos por natureza são analisados como se segue:

	2023	2022
Despesas com Pessoal	10 594 839	10 543 294
Fornecimento e Serviços Externos	5 053 668	4 825 014
Impostos e Taxas	409 116	452 975
Amortizações do Exercício	1 963 720	2 274 219
Juros Suportados	30 383	39 882
Comissões	99 474	100 397
Remunerações de mediação	13 662 081	12 401 963
Total	31 813 281	30 637 744

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários do Revisor Oficial de Contas e da sua rede, e apresenta a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 65.428 Euros

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II, no montante de 35.250 Euros;

A análise por função dos contratos de seguros, desagregada entre gastos atribuíveis e não atribuíveis a contratos de seguro, é analisada da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

	2023		2022	
	Contratos de Seguro		Contratos de Seguro	
	Atribuíveis	Não Atribuíveis	Atribuíveis	Não Atribuíveis
Custos com sinistros	2 376 129	760 819	2 504 376	910 893
Custos de aquisição	16 064 455	1 903 679	15 235 922	1 941 649
Custos administrativos	7 057 672	2 778 881	6 694 186	2 812 727
Custos com investimentos		871 646		537 991
Custos Gestão Fundos de Pensões				
Total	25 498 256	6 315 025	24 434 484	6 203 260

NOTA 32 – GASTOS COM O PESSOAL

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do

C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício a empresa teve em média 216 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados	
	2023	2022
Quadros superiores	33	32
Quadros médios	13	14
Profissionais altamente qualificados	76	73
Profissionais qualificados	94	93
Total	216	212

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são analisados como segue:

Rubricas	2023	2022
Remunerações		
dos órgãos sociais	239.085	214.844
do pessoal	7.900.318	7.882.147
Encargos sobre remunerações	1.913.400	1.889.572
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição	119.335	120.254
Planos de benefício definido	(41.837)	297
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	11.498	-
Benefícios de cessação de	75.000	1.844
Seguros obrigatórios	179.814	185.989
Gastos de acção social	30.283	33.643
Outros gastos com pessoal	167.943	214.704
Total de custos com pessoal	10.594.839	10.543.294

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Na sequência do processo de reestruturação mencionado no ponto I, a rubrica despesas com o pessoal, já evidência essa realidade.

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de

acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Financeiro
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Informática
- Operações
- Técnico

Sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	2	244.178	228.175
Gestão Topo	11	427.484	769.995
Gestão intermédia I	23	510.991	877.948

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA, e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável.

Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

A Comissão Executiva é composta por um Presidente e por um Administrador, os únicos membros do Conselho de Administração com funções executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização,

apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2023	2022
Conselho de Administração			239.286	229.101
Vogal e Presidente da Comissão Executiva	Francisco Campilho	Outras remunerações	-	-
		Bónus Anual	-	-
Vogal	Carlos Suárez	Outras remunerações	181.191	172.036
		Bónus Anual	58.095	57.065
Conselho Fiscal			16.000	11.500
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	16.000	11.500
Vogal	Célia Maria Custódio	Outras remunerações	-	-
Vogal	Eduardo Roque Rêgo	Outras remunerações	-	-

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

O ano de 2023 ficou indubitavelmente marcado pela entrada em vigor a 01 de janeiro de 2023, da norma contabilística IFRS 17 – Contrato de Seguro, que veio substituir a atual IFRS 4 e pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros que vem substituir a IAS 39.

A adoção da IFRS 17, para além de novas regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro e de resseguro, reveste-se igualmente por uma alteração estrutural profunda e significativa, da forma como os contratos de seguros são contabilizados e, consequentemente, das demonstrações financeiras das empresas de seguros, pelo que é considerado um marco importante para o setor segurador a nível internacional.

O objetivo da norma, visa reforçar a transparência, a consistência e a

comparabilidade das demonstrações financeiras, e providenciar informação mais adequada sobre o negócio segurador, possibilitar aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliarem o efeito dos contratos de seguro sobre a posição financeira da entidade, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

A IFRS 17 aplica-se a contratos de seguro e resseguro, bem como a contratos de investimento com características de participação discricionária. Embora o conceito de contrato de seguro em IFRS17, não seja substancialmente diferente do preconizado pela IFRS 4, esta prevê que algumas componentes existentes nos contratos, possam ser excluídas do âmbito da IFRS 17.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Atendendo à complexidade decorrente da adoção das normas contabilísticas referidas, projeta-se como inevitável que os próximos anos serão de particular importância no que concerne à consolidação e otimização, de processos, sistemas informáticos, bases de dados e até mesmo das equipas de trabalho diretamente envolvidas.

Outros eventos que não os relacionados com o normativo contabilístico, mas que de forma significativa também influenciam a atividade das empresas, e em particular a atividade seguradora, encontram-se abaixo descritos.

Se o ano de 2023 consolidou o controlo dos efeitos da pandemia de Covid-19 que assolou o Mundo nos últimos anos, a Guerra na Ucrânia iniciada em finais de fevereiro de 2022, após a invasão por tropas russas, continua a ser uma realidade sem fim à vista. A expectativa de uma resolução rápida do conflito, foi-se desvanecendo pouco a pouco, e mais de 2 anos após o seu início é difícil prever em que data e de que forma poderá a Paz ser alcançada. Para além do devastador impacto humano, a guerra continua a ter um forte impacto económico no mundo. Em 2023 ainda, surge um novo conflito bélico, neste caso Israel e o Hamas na Palestina. Vivem-se neste momento, receios fundamentados que a extensão do conflito possa assumir maiores dimensão, nomeadamente, podendo “alastrar” para outros países. Também as próximas eleições

presidenciais nos Estados Unidos da América, estão a transformar-se em mais um fator de indefinição e instabilidade a nível global.

Neste contexto de alteração do paradigma de taxas de juro muito baixas que nos acompanhou nos últimos anos, o nível de incerteza mantém-se elevado, apesar de globalmente se antever que a recessão económica será evitada e que a estabilidade monetária regresse.

No caso da VICTORIA, o ambiente de incerteza poderá implicar alguma volatilidade no preço dos ativos financeiros detidos.

A incerteza em torno do ritmo de crescimento económico bem como sobre a evolução do nível de preços, tornam a atividade da companhia mais desafiante, sendo expectável as linhas de negócio mais sensíveis à atividade económica possam apresentar indicadores de crescimento mais incertos. Igualmente desafiante é a projeção do impacto do nível de preços nos custos com sinistros e na globalidade das despesas da companhia e que obrigará a manter uma disciplina financeira apertada.

Neste momento, entende a companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e consequentemente a continuidade dos mesmos.

A temática das Finanças Sustentáveis continuará a ser uma prioridade para o

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

exercício, ao longo do qual se implementarão um conjunto de iniciativas que visam dar corpo à estratégia de longo prazo do Conselho de Administração.

Adicionalmente, parte dos riscos mencionados deverá continuar a ser mitigada através de medidas económicas e sociais eventualmente adotadas pelo Governo.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspectivam alterações de políticas que possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros mensurados ao justo valor através de reservas, ativos financeiros

mensurados ao justo valor através ganhos e perdas

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IX.I ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

IX.I Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.II - Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2023:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros (incluindo emendas à IFRS 17)	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB define estimativa contabilística como montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 – Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos relacionados com ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.
Emenda à norma IAS 12 – Impostos sobre o rendimento – <i>International Tax Reform (Pillar Two)</i>	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2023 inclui uma isenção temporária ao requisito de reconhecimento de impostos diferidos e divulgação de informação sobre os impostos decorrentes do modelo Pilar Dois da reforma da tributação internacional, devendo ser divulgado que foi utilizada essa isenção.

Os impactos da aplicação pela primeira vez das normas acima descritas podem ser analisados

na nota [Transição e respetivos impactos](#) deste anexo.

IX.III - Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à

data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente. A data de aplicação das emendas foi adiada para 1 de janeiro de 2024.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – Passivo de locação numa transação de venda e relocação	1-jan-24	Esta emenda publicada pelo IASB em setembro de 2022 clarifica como um vendedor locatário contabiliza uma transação de venda e relocação que cumpre os critérios da IFRS 15 para ser classificada como venda.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2023, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não

se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

IX.IV - Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não

se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda às normas IAS 7 – Demonstrações dos Fluxos de Caixa - e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – <i>Supplier Finance Arrangements</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2023 incluem requisitos de divulgação adicional de informação qualitativa e quantitativa sobre acordos de financiamento de fornecedores.
Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – <i>Lack of exchangeability</i>	1-jan-25	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (*Empresa*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda

não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total									
	total									
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	62,13		17.832,73	100,00	28.701	571	4,00%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		500.000	99,71		498.571,39	99,71	498.571	3.024	2,88%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		2.860.000	99,10		2.834.301,65	99,10	2.834.302	36.619	2,88%
	sub-total		3.388.701			3.350.705,77		3.361.574	40.214	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			0,00		0	-	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2.1.1.3 - De outros emissores									
	sub-total									
	sub-total		3.388.701			3.350.705,77		3.361.574	40.214	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total	-				0,00		0	-	
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	-				0,00		0	-	
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total	-				0,00		0	-	
	2.1.2.4 - Outros									
	FUNDO COMPENSAÇÃO DO TRABALHO	41.381					1,1508	47.621		
	sub-total	-				0,00		47.621	-	
	sub-total	-	-			0,00		47.621	-	
	total	-	-			3.350.705,77		3.409.195	40.214	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		1.000.000	98,44		984.405,44	94,42	944.200	246	0,25%
FR001400BKZ3	FRANCE O.A.T. 21/32		700.000	92,28		645.979,21	96,26	673.834	1.377	2,00%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	119,72		2.035.221,84	125,04	2.125.636	2.324	0,25%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	124,40		1.617.259,48	140,07	1.820.946	13.840	1,85%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		200.000	98,93		197.859,90	93,87	187.746	902	0,75%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		750.000	99,72		747.874,67	87,71	657.788	-	0,00%
FR0014002WK3	FRANCE O.A.T. TF 21/31		1.500.000	98,80		1.482.023,79	83,03	1.245.495	-	0,00%
FR0128071059	FRENCH DISCOUNT T-BILL 23/24		1.050.000	97,26		1.021.226,54	97,42	1.022.900	-	0,00%
FR0127613497	FRENCH T-BILL 23/24		760.000	99,79		758.412,93	99,79	758.396	-	0,00%
FR0127613505	FRENCH T-BILL 23/24 (CUP ZERO)		2.600.000	99,59		2.589.224,46	99,49	2.586.714	-	0,00%
FR0127613513	FRENCH T-BILL 23/24 (CUP ZERO)		3.000.000	99,28		2.978.542,32	99,21	2.976.330	-	0,00%
FR0127921080	FRENCH T-BILL 23/24 (CUP ZERO)		4.700.000	98,40		4.624.777,25	98,40	4.624.988	-	0,00%
	sub-total		19.260.000			19.682.807,83		19.624.972	18.688	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	100,11		700.763,90	99,89	699.237	15.486	2,38%
FR0014007RB1	CAISSE D'AMORT DETTE SOC TF 22/32		100.000	99,88		99.881,38	84,38	84.383	427	0,45%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		2.200.000	99,40		2.186.855,00	101,44	2.231.592	6.492	3,00%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,95		99.948,23	99,05	99.050	519	2,50%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		200.000	99,85		199.709,75	95,91	191.822	1.899	1,25%
	sub-total		3.300.000			3.287.158,26		3.306.084	24.823	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
XS2637963146	ABN AMRO BANK NV TF 23/26		800.000	99,77		798.145,04	102,00	815.992	847	3,88%
FR0013220902	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 16/24		2.500.000	100,02		2.500.609,83	98,81	2.470.350	6.276	0,38%
FR001400DCB7	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 22/33		500.000	99,47		497.328,74	104,85	524.225	14.815	3,50%
FR001400I822	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 23/33		1.000.000	99,36		993.580,07	103,68	1.036.760	19.734	3,38%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,95		99.947,26	97,41	97.408	721	1,25%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS2444281260	ALFA LAVAL TREASURY TF 22/26		300.000	99,80		299.402,07	95,49	286.467	2.273	0,88%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		500.000	99,91		499.565,42	97,03	485.145	2.131	1,50%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		1.500.000	99,73		1.495.987,36	101,20	1.518.045	16.393	4,00%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.940,48	100,26	200.520	5.307	4,63%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		600.000	99,99		599.951,86	99,79	598.728	14.455	2,63%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	100,06		400.243,24	99,95	399.816	11.250	2,95%
XS2575952424	BANCO SANTANDER TF 23/26		2.000.000	99,69		1.993.833,08	100,76	2.015.100	71.712	3,75%
XS2634826031	BANCO SANTANDER TF 23/30		200.000	99,88		199.765,80	104,45	208.894	4.691	4,25%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		600.000	99,62		597.719,72	91,38	548.268	8.348	1,75%
FR0014009A50	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/25		300.000	99,97		299.905,23	96,57	289.695	1.820	1,00%
FR0014007PV3	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/27		200.000	99,56		199.120,71	89,88	179.766	143	0,63%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		700.000	99,93		699.520,34	95,80	670.607	57	0,01%
XS2447561403	BMW FINANCE TF 22/25		400.000	99,89		399.545,34	96,66	386.652	1.710	0,50%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	99,86		199.725,98	95,57	191.136	574	0,50%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		100.000	99,22		99.217,52	97,09	97.088	1.991	2,13%
FR0014007LK5	BNP PARIBAS 22/30		400.000	99,18		396.712,85	86,08	344.320	1.654	0,88%
XS1068871448	BNP PARIBAS TF 14/24		700.000	99,90		699.312,30	99,40	695.765	10.220	2,38%
FR00140014X9	BNP PARIBAS TF 23/33		800.000	98,75		790.004,30	105,31	842.496	19.926	4,13%
XS2621007660	BOOKING HOLDINGS INC TF 23/33		300.000	99,45		298.335,43	106,61	319.839	7.878	4,13%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		700.000	100,00		699.997,37	99,79	698.537	7.283	1,12%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		600.000	99,88		599.291,87	93,97	563.790	1.438	0,25%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		100.000	99,81		99.808,24	94,23	94.232	341	0,38%
FR0014009YD9	BPCE SA TF 22/27		1.400.000	99,58		1.394.083,90	95,64	1.339.016	16.668	1,75%
FR001400HACO	BPCE SA TF 23/26		100.000	99,71		99.711,66	100,81	100.808	2.555	3,63%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		200.000	99,94		199.873,02	95,38	190.756	1.161	1,20%
FR0013370129	BUREAU VERITAS SA TF 18/25		800.000	101,16		809.245,78	97,77	782.120	14.753	1,88%
XS2434702424	CAIXABANK SA 22/28		900.000	99,66		896.949,30	92,20	829.836	5.301	0,63%
FR0014003Z81	CARREFOUR BANQUE TF 21/25		200.000	100,00		199.999,91	95,17	190.332	117	0,11%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		700.000	99,78		698.458,21	87,34	611.359	293	0,30%
XS2550081454	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 22/28		800.000	99,47		795.746,13	103,49	827.920	34.263	4,63%
XS2613658041	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 23/29		1.000.000	100,01		1.000.069,50	102,84	1.028.390	28.914	4,23%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		300.000	99,81		299.415,10	91,88	275.631	1.813	0,63%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,98		199.956,80	100,12	200.244	3.783	3,25%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		500.000	100,00		499.992,19	97,49	487.425	562	0,71%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	99,95		799.604,68	97,14	777.088	902	1,38%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		500.000	99,78		498.915,48	93,55	467.760	191	1,00%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		300.000	99,73		299.177,10	94,15	282.447	357	0,13%
FR0011225143	ELECTRICITE DE FRANCE TF 12/27		400.000	113,01		452.023,77	103,12	412.496	12.668	4,13%
FR001400D6M2	ELECTRICITE DE FRANCE TF 22/27		500.000	99,83		499.144,04	101,87	509.335	18.738	3,88%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		400.000	98,33		393.325,61	92,87	371.468	1.918	1,50%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		300.000	99,84		299.516,00	94,82	284.454	4.002	1,75%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		200.000	99,98		199.957,64	99,61	199.222	3.125	1,88%
XS2345996743	ERICSSON LM TF 21/29		200.000	99,65		199.307,19	84,72	169.444	1.197	1,00%
FR0013463650	ESSILORLUXOTTICA TF 19/25		1.400.000	99,82		1.397.529,42	95,55	1.337.686	1.042	0,13%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.100.000	99,92		1.099.067,69	86,24	948.684	11.564	2,25%
XS2332254015	FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28		400.000	99,99		399.973,04	98,91	395.632	-	0,00%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	99,78		224.511,61	96,68	217.528	4.362	2,13%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	99,97		1.399.573,82	95,29	1.334.088	4.208	1,00%
BE0002876572	GRP BRUXELLES LAMBERT S.A. TF 22/29		500.000	99,44		497.204,50	100,18	500.905	4.952	3,13%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		200.000	99,98		199.952,64	98,99	197.976	1.668	1,38%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	99,84		299.516,85	97,72	293.160	2.997	1,88%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	99,93		199.865,30	97,84	195.680	2.451	1,63%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.200.000	99,89		1.198.635,08	97,14	1.165.656	9.608	0,88%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,95		99.950,01	93,62	93.619	452	2,63%
XS2697483118	ING BANK NV TF 23/26		400.000	99,90		399.587,14	102,40	409.580	4.057	4,13%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		700.000	100,16		701.088,25	97,33	681.338	3.388	1,63%
XS2673808726	INTESA SANPAOLO SPA TF 23/31		600.000	99,28		595.692,45	106,50	639.000	10.418	5,13%
XS2461234622	JP MORGAN 22/30		700.000	99,72		698.045,32	93,03	651.210	10.625	1,96%
BE0002832138	KBC GROUP 21/27		700.000	99,61		697.259,48	93,44	654.087	1.458	0,25%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		1.000.000	99,98		999.809,92	97,76	977.570	1.964	0,63%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		500.000	99,85		499.265,91	96,39	481.955	2.271	0,63%
FR001400HX73	L' OREAL SA TF 23/25		500.000	99,85		499.242,73	99,80	498.985	9.648	3,13%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		1.200.000	99,58		1.194.959,48	91,98	1.103.784	10.685	1,00%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		1.000.000	99,97		999.739,45	98,56	985.600	16.803	3,00%
FR001400HOZ2	LA BANQUE POSTALE TF 23/28		1.100.000	99,91		1.098.993,26	102,82	1.130.965	29.093	4,00%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		600.000	99,79		598.761,63	94,47	566.838	4.508	1,00%
FR001400HJE7	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 23/25		400.000	99,94		399.774,87	100,59	402.348	2.619	3,38%
FI4000261201	NESTE OYJ TF 07/24		200.000	99,99		199.984,98	98,80	197.600	1.697	1,50%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		1.820.000	99,91		1.818.385,98	94,68	1.723.194	12.053	0,88%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		500.000	99,99		499.969,84	99,78	498.880	1.783	0,38%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	99,78		199.552,26	96,56	193.124	1.684	1,13%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		400.000	99,76		399.036,60	95,87	383.460	1.852	1,50%
FR0013396512	ORANGE SA TF 19/24		200.000	99,99		199.987,15	98,43	196.858	1.039	1,13%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		200.000	99,92		199.831,28	95,98	191.960	3.836	2,00%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		200.000	99,94		199.875,28	98,02	196.032	3.126	2,00%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		600.000	99,92		599.549,34	97,39	584.340	549	0,50%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	99,78		299.326,05	97,56	292.677	1.399	1,88%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		200.000	99,97		199.934,24	99,14	198.270	-	0,00%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		1.200.000	99,65		1.195.786,66	95,84	1.150.044	9.180	1,00%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do	% do valor	Preço médio	Valor total	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO		valor nominal	nominal	de aquisição	de aquisição	unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0014002G44	SAFRAN SA TF 21/26		500.000	99,66		498.296,41	93,60	468.020	495	0,13%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		200.000	99,44		198.887,23	90,76	181.512	246	0,63%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,80		199.598,62	96,75	193.490	2.971	1,88%
FR0013324340	SANOFI TF 18/26		600.000	99,89		599.344,56	96,05	576.270	4.672	1,00%
FR0014009KS6	SANOFI TF 22/25		600.000	99,96		599.786,07	96,97	581.814	3.859	0,88%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		100.000	99,98		99.984,85	99,54	99.543	841	1,00%
DE000A2TSTE8	SAP SE TF 18/24		600.000	99,91		599.462,46	97,33	583.968	258	0,75%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		200.000	99,94		199.887,60	96,32	192.642	1.601	1,00%
FR0013201308	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 16/24		900.000	99,91		899.200,32	97,66	878.922	695	0,25%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	99,99		99.989,04	98,85	98.848	877	1,50%
FR001400A4J6	SFIL SA TF 22/32		500.000	86,19		430.973,82	90,71	453.535	6.168	1,50%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		300.000	99,88		299.638,83	93,35	280.050	1.764	0,88%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		700.000	99,98		699.828,18	97,17	680.176	7.379	1,13%
FR001400KZP3	SOCIETE GENERALE TF 23/26		1.000.000	99,87		998.709,64	102,45	1.024.450	10.915	4,25%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		300.000	99,78		299.329,98	91,85	275.559	1.369	1,00%
FR0014006TQ7	TDF INFRASTR TF 21/29		500.000	99,71		498.536,80	87,03	435.135	717	1,75%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		100.000	99,33		99.325,67	84,45	84.447	251	0,88%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		300.000	99,66		298.970,25	89,07	267.198	1.577	0,63%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		400.000	99,87		399.484,30	91,99	367.968	921	0,25%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	101,85		203.695,40	99,47	198.938	660	2,88%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	101,15		202.303,16	97,65	195.292	4.430	2,63%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		600.000	99,98		599.909,77	97,33	583.962	4.750	3,37%
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27		1.100.000	99,73		1.097.048,50	89,68	986.469	210	0,13%
CH1142231682	UBS GROUP AG 21/26		1.300.000	99,85		1.298.104,15	93,70	1.218.152	515	0,25%
BE0002784651	UCB SA TF 21/28		400.000	99,85		399.383,10	88,70	354.788	3.016	1,00%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		600.000	99,92		599.531,19	95,52	573.132	3.773	0,75%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		400.000	99,93		399.706,58	96,58	386.336	1.463	0,88%
XS2147133495	UNILEVER NV TF 20/25		440.000	100,00		439.988,46	97,47	428.872	4.223	1,25%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		200.000	99,62		199.244,11	95,51	191.022	2.828	1,88%
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB TF 20/24		200.000	99,94		199.876,97	97,41	194.826	72	0,13%
	sub-total		63.585.000			63.458.235,99		61.622.841	649.826	
	sub-total		86.145.000			86.428.202,08		84.553.897	693.337	

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções									
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	25.400			31,13	790.702,00	35,70	906.780	-	
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	107			10.048,36	1.075.174,77	10.120,01	1.082.841	-	
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	241			2.284,63	550.595,83	2.330,11	561.557	-	
FR0000989626	GROUPAMA TRESORERIE-IC	12			40.414,13	484.969,56	41.223,12	494.677	-	
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	53			10.820,81	573.502,80	11.109,83	588.821	-	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	8.395			122,52	1.028.543,58	131,03	1.099.911	-	
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	7.469			108,11	807.500,12	110,55	825.686	-	
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	1			20.080,26	20.080,26	20.750,64	20.751	-	
	sub-total	41.678				5.331.068,92		5.581.024	-	
	2.2.2.4 - Outros									
	sub-total	41.678								
	total	41.678	86.145.000			91.759.271,00		90.134.921	693.337	
	3 - TOTAL GERAL	41.678	86.145.000			95.109.976,77		93.544.116	733.551	

Two thick, parallel blue curved lines that sweep from the bottom left towards the top right, framing the text.

3. Relatórios de Fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da VICTORIA – Seguros, S.A. (“Companhia”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 155.317.034 euros e um total de capital próprio de 56.000.337 euros, incluindo um resultado líquido de 2.143.248 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da VICTORIA – Seguros, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração dos passivos de contratos de seguros dos ramos não vida (Notas III e 14)

No exercício de 2023, os passivos de contratos de seguro passaram a ser mensurados de acordo com a norma IFRS 17, a qual substituiu o normativo anteriormente em vigor. Face aos requisitos da norma IFRS 17, a data efetiva de transição foi 1 de janeiro de 2022, o que resultou na reexpressão dos saldos comparativos de acordo com os novos modelos de mensuração dos contratos de seguro e de resseguro. As responsabilidades com contratos de seguro dos ramos não vida registadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 ascendem a 80.263.781 euros, conforme detalhadas na Nota 14 do Anexo às demonstrações financeiras, sendo determinadas conforme descrito nas políticas contabilísticas apresentadas nesse Anexo. Estes passivos incluem responsabilidades por serviços passados mensuradas pela abordagem da alocação do prémio no valor de 57.712.703 euros, que correspondem a estimativas dos montantes a pagar por sinistros já ocorridos e ainda não regularizados à data das demonstrações financeiras. A determinação destas responsabilidades requer a aplicação pelo Conselho de Administração de julgamentos significativos ao nível das metodologias de cálculo a utilizar e dos pressupostos a assumir (taxas de desconto, taxa de inflação, expectativa de concretização dos sinistros), estando assim as estimativas sujeitas a subjetividade e incerteza.	Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram: • Leitura das posições técnicas elaboradas pela Companhia, de suporte às decisões metodológicas tomadas pelo Conselho de Administração no âmbito da implementação da norma IFRS 17; • Análise da razoabilidade das decisões tomadas face aos requisitos da norma IFRS 17, nomeadamente ao nível dos critérios de agregação de contratos, dos modelos de mensuração a aplicar e das metodologias e pressupostos significativos utilizados pela Companhia para o cálculo das responsabilidades; • Entendimento do processo de apuramento e registo dos passivos de contratos de seguro dos ramos não vida, e do respetivo ambiente de controlo interno implementado pela Companhia neste âmbito; • Análise da integridade, exatidão e reconciliação dos dados utilizados no cálculo das referidas responsabilidades com referência ao final do exercício; • Análise da metodologia e dos dados utilizados pela Companhia na determinação dos principais pressupostos a considerar no apuramento das responsabilidades; • Teste ao montante das responsabilidades apuradas pela Companhia para os portefólios mais significativos; • Leitura do relatório atuarial interno, preparado pela Companhia, e análise dos resultados e conclusões apresentados relativamente à mensuração dos passivos de contratos de seguro registados pela Companhia;
---	---

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Mensuração dos passivos de contratos de seguros dos ramos não vida (Notas III e 14) (cont.)

Desta forma, alterações nas metodologias utilizadas ou nos pressupostos assumidos podem ter impacto nas estimativas dos passivos de contratos de seguro registados para cada portefólio, e consequentemente no montante apurado das responsabilidades a registar pela Companhia. Por outro lado, as estimativas de responsabilidades com serviços passados dependem de informação sobre o volume, montante e padrão atual e histórico de pagamentos de indemnizações, que é utilizada para formar expectativas relativamente a indemnizações futuras. Caso a informação utilizada para o cálculo das responsabilidades por serviços passados ou para a definição dos principais pressupostos não seja adequada, o montante das responsabilidades reconhecidas pela Companhia pode ser afetado por distorções materiais. Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância das responsabilidades registadas pela Companhia, e que eventuais alterações nas metodologias e pressupostos utilizados para a sua determinação podem ter impactos relevantes no apuramento dos passivos de contratos de seguro, bem como a necessidade de utilização de julgamentos, a mensuração dos passivos de contratos de seguro foi definida como uma matéria relevante de auditoria.	Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, incluindo as relacionadas com a primeira aplicação da Norma IFRS 17, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
--	--

PA

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de novembro de 2022, para concluir o mandato compreendido entre 2020 e 2022. Na assembleia geral de acionistas realizada em 17 de abril de 2023 fomos nomeados para um segundo mandato compreendido entre 2023 e 2025;

PA

- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 26 de abril de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros, S.A. ("Companhia"), relativos ao ano de 2023, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2023 ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- Participou em reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, através nas quais acompanhou a atividade da Companhia a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis tendo obtido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Companhia as informações e os esclarecimentos solicitados;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, da qual obteve os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisou o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com a qual concordou e dá aqui como integralmente reproduzida;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;



- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Finalmente, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2023, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a conta de ganhos e perdas, a demonstração rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2023, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído.

2. PARECER

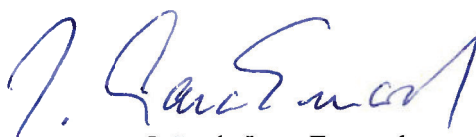
Face ao exposto, tendo em consideração o trabalho realizado, e após considerada a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023; e,
- Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.
- Proceda à apreciação geral da gestão e fiscalização da Companhia.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 26 de abril de 2024

O CONSELHO FISCAL



João de Lara Everard
Presidente



Célia Maria Pedro Custódio
Vogal



Eduardo Roque do Rosário Rêgo
Vogal